



Prêmio Profissional Democracia e Cidadania Plena das Mulheres.





Prêmio Profissional Democracia e Cidadania Plena das Mulheres.



Organizadores

Clara Goldman Ribemboim

Autores

Adilson Dias, Andréa Moreira Chagas,
Adriano Henrique Nuernberg, Edna Cherncharo, Emmanuela Neves
Gonsalves, Fábio França, Glauciana Souza, Janaina Reis, Kely Cristina
Brocco de Oliveira, Liane Cilene Romanini, Lillian Rabelo, Luciana
Francez Cariello, Maria Cristina D'Almeida Marques, Marília Cortes
Gouveia de Melo, Marivete Gesser, Nilcemar Nogueira, Nivea, Paloma
Abelin Saldanha Marinho, Raphael Homem, Regina Cibele Serra dos
Santos Jacinto, Sandra Adelina Giacomini, Sheila Farias Figueiró, Silvio
Fernandes, Simone Francisca de Oliveira, Thaís Seltzer Goldstein,
Viviane Martins

Comissão Julgadora

Clara Goldman, Guacira Cesar de Oliveira, Marisa Sanabria,
Severina Santana e Yone Duarte

Prêmio Profissional Democracia e Cidadania Plena das Mulheres



2012

1ª Edição
Brasília-DF

*É permitida a reprodução desta publicação, desde que sem alterações e citada a fonte.
Disponível também em: www.cfp.org.br*

1ª edição – 2012

Projeto Gráfico – Luana Melo/Liberdade de Expressão

Diagramação – Fabrício Martins

Capa – Fabrício Martins

Revisão – Joíra Coelho/Suely Touguinha/Cecília Fujita



Liberdade de Expressão - Agência e Assessoria de Comunicação
atendimento@liberdadeexpressao.inf.br

Coordenação Geral/ CFP
Yvone Duarte

Edição
Priscila D. Carvalho – Ascom/CFP

Produção
Gustavo Gonçalves – Ascom/CFP

Direitos para esta edição – Conselho Federal de Psicologia: SAF/SUL Quadra 2,
Bloco B, Edifício Via Office, térreo, sala 104, 70070-600, Brasília-DF

(61) 2109-0107

E-mail: ascom@cfp.org.br

www.cfp.org.br

Impresso no Brasil – Abril de 2012

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Conselho Federal de Psicologia

Prêmio Profissional: "Democracia e Cidadania Plena das Mulheres" / Conselho
Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2012.

160 p.

ISBN: 978-85-89208-44-4

1. Mulheres 2. Cidadania 3. Democracia I. Título.

HQ1206

Plenário responsável pela publicação

Conselho Federal de Psicologia

XV Plenário

Gestão 2011-2013

Diretoria

Humberto Cota Verona – Presidente

Clara Goldman Ribemboim – Vice-presidente

Deise Maria do Nascimento – Secretária

Monalisa Nascimento dos Santos Barros – Tesoureira

Conselheiros efetivos

Flávia Cristina Silveira Lemos

Secretária Região Norte

Aluizio Lopes de Brito

Secretário Região Nordeste

Heloiza Helena Mendonça A. Massanaro

Secretária Região Centro-Oeste

Marilene Proença Rebello de Souza

Secretária Região Sudeste

Ana Luiza de Souza Castro

Secretária Região Sul

Conselheiros suplentes

Adriana Eiko Matsumoto

Celso Francisco Tondin

Cynthia Rejane Corrêa Araújo Ciarallo

Henrique José Leal Ferreira Rodrigues

Márcia Mansur Saadallah

Maria Ermínia Ciliberti

Mariana Cunha Mendes Torres

Marilda Castelar

Sandra Maria Francisco de Amorim

Tânia Suely Azevedo Brasileiro

Roseli Goffman

Conselheiros convidados

Angela Maria Pires Caniato

Ana Paula Porto Noronha

Apresentação

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) estimula a divulgação de experiências e práticas dos profissionais de Psicologia que contribuíam com o avanço da profissão, em seus diversos campos, sempre comprometida com os direitos humanos. Entendemos que o país encontra-se em um momento especial em sua história, no qual mulheres vêm assumindo importante papel nas questões sócio-políticas. Além disso, não podemos esquecer que nossa profissão, no Brasil, é composta por cerca de 89% de profissionais mulheres.

Com a publicação dos trabalhos vencedores e das menções honrosas do Prêmio Profissional Democracia e Cidadania Plena das Mulheres, reafirmamos a defesa da articulação do saber e da prática psicológica com ações afirmativas na promoção e desenvolvimento da cidadania plena das mulheres. Esses trabalhos também contribuem com estratégias que possibilitem o enfrentamento das diversas formas de preconceito e violência contra a mulher. Eles demonstram que nossa profissão vem contribuindo ativamente com a construção das políticas públicas, articuladas aos princípios da inclusão e da participação social.

O prêmio, cujos resultados trazemos nessa publicação, é parte de uma campanha Psicologia: profissão de muitas e diferentes mulheres realizada ao longo de 2011. Foram recebidas 42 inscrições, entre trabalhos individuais e em grupo. A comissão julgadora, composta por Marisa Sanabria, Severina Santana, Guacira Cesar de Oliveira e Yvone Duarte, e presidida por Clara Goldman, selecionou três para recebimento da premiação em dinheiro e seis trabalhos para recebimento de menções honrosas. selecionou três para recebimento da premiação em dinheiro e seis trabalhos para recebimento de menções honrosas. A comissão julgadora avaliou que o prêmio foi importante por trazer à tona uma quantidade importante de experiências relevantes. Também foi positiva a quantidade de trabalhos recebidos, acima da média dos prêmios anteriores.

O Conselho Federal de Psicologia, ao prestar a sua homenagem à mulher brasileira, busca incentivar e aproximar o diálogo com as muitas e diferentes mulheres que compõem a riqueza e a diversidade da sociedade brasileira, em especial a mulher psicóloga. A vocês, a nossa homenagem, reconhecimento e compromisso em trazer a questão da mulher para o centro de nossas prioridades.

Humberto Verona
Conselho Federal de Psicologia

Sumário

GÊNERO, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA: A PSICOLOGIA CONTRIBUINDO PARA A RESSIGNIFICAÇÃO DA EXPERIÊNCIA DA DEFICIÊNCIA EM MULHERES DE CAMADAS POPULARES	15
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------

Autores: Marivete Gesser, Adriano Henrique Nuernberg

AS OFICINAS SOCIAIS E O FORTALECIMENTO DA AUTONOMIA FEMININA.....	43
------------------------------------------------------------------------------	-----------

Autores: Paloma Abelin Saldanha Marinho, Emmanuela Neves Gonsalves, Luciana Francez Cariello, Regina Cibele Serra dos Santos Jacinto

MEXENDO NO VESPEIRO.....	57
---------------------------------	-----------

Autora: Simone Francisca de Oliveira

SANTA TERESA: O TOQUE DE NOSSAS MÃOS.....	79
--------------------------------------------------	-----------

Autora: Andréa Moreira Chagas

CENTRO CULTURAL CARTOLA – ECONOMIA FEMININA NA ARTE DO CARNAVAL.....	93
---------------------------------------------------------------------------------	-----------

Autores: Nilcemar Nogueira, Raphael Homem, Lilian Rabelo, Fábio França, Sílvio Fernandes, Adilson Dias, Nivea, Viviane Martins, Janaina Reis, Edna Cherncharo, Glauciana Souza

SOFRIMENTO FEMININO E ETHOS MILITAR: EXPERIÊNCIAS EMANCIPATÓRIAS DE MULHERES EM PSICOTERAPIA DE GRUPO	109
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------

Autora: Thais Seltzer Goldstein

**MULHERES QUE VIVENCIAM VIOLÊNCIA: UMA ANÁLISE
A PARTIR DO ATENDIMENTO NO CENTRO DA MULHER
REVIVI 131**

Autores: Sandra Adelina Giacomini, Liane Cilene Romanini

MULHER: FORTALECIMENTO EM BUSCA DE AUTONOMIA 153

Autores: Kely Cristina Brocco de Oliveira, Sheila Farias Figueiró

**MULHERES NO MUNDO: A CONSTRUÇÃO DO DIREITO DE VIVER
SEM VIOLÊNCIA..... 159**

Marília Cortes Gouveia de Melo, Maria Cristina D'Almeida Marques



TRABALHOS PREMIADOS:
Prêmio Profissional
Democracia e Cidadania
Plena das Mulheres.



GÊNERO, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA: A PSICOLOGIA CONTRIBUINDO PARA A RESSIGNIFICAÇÃO DA EXPERIÊNCIA DA DEFICIÊNCIA EM MULHERES DE CAMADAS POPULARES.

Marivete Gesser

Adriano Henrique Nuernberg

A experiência foi realizada na Associação Blumenauense de Deficientes Físicos (Abludef)¹.

Resumo

As questões de gênero constituem-se um aspecto importante a ser considerado no estudo da experiência da deficiência. A imbricação dos discursos relacionados à deficiência e à feminilidade é geradora de opressão e de vulnerabilidade. Diante disso, o trabalho do psicólogo, na luta pelos direitos humanos das mulheres com deficiência, é uma questão ético-política. O propósito deste trabalho é apresentar uma experiência realizada com mulheres portadoras de deficiência física que teve como objetivos: a) construir estratégias de enfrentamento para lidar com os preconceitos decorrentes de se ter um corpo com lesões e impedimentos; b) caracterizar a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e relacioná-la com as dimensões da vida das mulheres abrangidas pelas ações implementadas; c) propiciar espaços de discussão acerca de problemáticas presentes em suas vidas, como os preconceitos decorrentes de se ter um corpo com lesões e impedimentos, a negação dos direitos sexuais e reprodutivos, a infantilização, as barreiras arquitetônicas e atitudinais e demais questões cotidianamente vivenciadas e propiciadoras de opressão. O trabalho foi realizado em uma Associação de Pessoas com Deficiência situada no município de Blumenau/SC. As intervenções realizadas foram: a) um grupo de mulheres com deficiência; b) um seminário sobre gênero, deficiência física e cidadania; c) acompanhamento e auxílio das mulheres associadas nos fóruns e conferências voltados à garantia dos direitos

1 Rua Bertha Odebrech, n. 63. Blumenau, SC. Fone: (47) 3035-5822; e-mail: abludef@yahoo.com.br; blog: <http://dalvaday.blogspot.com/>.

humanos; d) formação dos profissionais da ONG e de atores das áreas de educação e saúde do município voltada à sensibilização acerca da imbricação de lesões e impedimentos corporais com as questões de gênero, raça, classe social e geração. O referencial teórico norteador do trabalho foi o da Psicologia Histórico-Cultural, articulado com o da segunda geração de autores do Modelo Social da Deficiência. Como principais resultados, constatou-se que o trabalho possibilitou a ressignificação da experiência de ser mulher e de ser pessoa com deficiência nas diversas dimensões da vida. Além disso, também contribuiu com a politização das mulheres que, a partir da inserção nele, puderam conhecer e lutar pelos seus direitos políticos. Diante da vulnerabilidade na qual esse segmento da população se encontra, destaca-se a necessidade de a Psicologia contribuir para a construção da cidadania desse grupo social.

Palavras-chave: Cidadania; Democracia; Gênero; Vulnerabilidade; Modelo Social da Deficiência; Psicologia Histórico-Cultural.

1 Introdução

O campo de direitos humanos é constantemente reduzido ao marco legislativo e de proteção de direitos, embora se refira a processos mais amplos relacionados à dimensão ética e à justiça (SEN, 2010). Ou seja, o foco desse processo tende a recair sobre o que é ou não legalmente possível de ser obtido como direito ou sobre a ausência de alguma referência legislativa para garantir o acesso à cidadania. Contudo, cabe ressaltar a relevância de intervenções que valorizem e promovam a ética que subjaz o campo dos direitos humanos. No caso deste trabalho, buscou-se, em uma associação de pessoas com deficiência, produzir uma prática psicossocial ética e política (SAWAIA, 2002) comprometida com a inclusão da diversidade humana de um público esquecido pela Psicologia e pelos estudos de gênero (FERRI; GREG, 1998; MELLO; NUERNBERG, 2011): o das mulheres com deficiência.

Embora a Psicologia tenha, desde o final século passado, realizado muitos estudos na área de gênero e buscado a articulação destes com os determinantes de raça, geração e classe social (NUERNBERG et al, 2011), ela tradicionalmente não tem considerado a dimensão da deficiência como um elemento analítico importante em seus estudos e práticas

profissionais (GESSER; NUERNBERG; TONELI, 2011). Esse dado também pode ser observado no que se refere a intervenções voltadas às mulheres com deficiência. Um estudo de Gesser (2010) identificou que, além de haver poucos trabalhos voltados às mulheres com deficiência, esses são, predominantemente, pautados em uma visão biomédica, que procura reabilitá-las para que se adaptem ao contexto social opressivo, ao invés de voltarem sua atuação à promoção da cidadania e dos direitos humanos e enfocarem a eliminação das barreiras sociais.

O trabalho ora apresentado foi realizado na Associação Blumenauense de Deficientes Físicos (Abludef). Essa associação, hoje caracterizada juridicamente como ONG, foi fundada em 28 de maio de 1988 por um grupo de pessoas com deficiência física no município de Blumenau/SC. A Abludef tem como missão possibilitar, promover e articular ações, em conjunto com o poder público e com a comunidade, que visem a propiciar o desenvolvimento da autonomia, a reabilitação e a inclusão social, assim como de combate à discriminação e ao preconceito às pessoas com deficiência física. Além disso, busca a garantia dos direitos humanos e de cidadania assegurados na Constituição Federal e em leis específicas de proteção e de acesso às políticas públicas às pessoas com deficiência do município de Blumenau e da região.

O trabalho da Psicologia nessa ONG foi o de assessorar a implementação de ações voltadas à inclusão social das pessoas com deficiência física. Os eixos dessas ações foram: a) no plano da construção das políticas públicas – assessorava as pessoas com deficiência na busca pelos direitos legalmente garantidos e na participação de fóruns e conferências para construção de novas políticas e reivindicação de necessidades percebidas como importantes e ainda não garantidas nesse âmbito; b) nas ações voltadas à visibilidade das pessoas com deficiência ocorridas no município de Blumenau e na região do Vale do Itajaí (passeatas; palestras nas escolas e demais eventos voltados à luta pela inclusão); c) na sensibilização dos profissionais da ONG e profissionais das áreas de educação, saúde e assistência social para a imbricação da experiência da deficiência com as questões de gênero, raça, classe social e geração e para a importância de esses fatores serem considerados em suas práticas profissionais; d) no desenvolvimento de

práticas relacionadas a imbricação entre gênero e deficiência e garantia dos direitos sexuais e reprodutivos dos associados. Neste artigo, dar-se-á ênfase às ações que envolvem a inclusão das mulheres com deficiência e a contribuição dessas em suas vidas, tendo como horizonte ético o disposto na Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (BRASL, 2007).

A relevância de se realizar intervenções voltadas à inclusão das mulheres com deficiência associadas à Abludef se justifica pelos muitos processos de opressão que elas relataram vivenciar cotidianamente. Por meio das observações realizadas na ONG, relacionadas com os dados de uma pesquisa que teve o objetivo de conhecer a experiência da deficiência vivenciada pelas mulheres associadas à Abludef e suas implicações no processo de constituição do sujeito (Gesser, 2010), identificou-se que há um conjunto de fatores que se inter-relacionam, configurando um processo de exclusão/inclusão social perversa limitador do acesso aos direitos humanos.

Entre tais fatores, destacam-se os efeitos dos discursos biomédico e moral-religioso na vida das entrevistadas. O primeiro associa a deficiência a uma patologia que deve ser corrigida, demandando que a pessoa com deficiência seja transformada em um "remendo" de não deficiente. Portanto, compreende a deficiência como um problema individual e não social. Além disso, considera a deficiência como uma tragédia médica e a sexualidade como uma dimensão não presente na vida das pessoas com deficiência, conforme também foi identificado nos estudos de Tepper (2000); Shakespeare (1998) e Thorne, McCormick e Carty (1997). Outro discurso identificado pela pesquisa como bastante presente na vida das mulheres com deficiência foi o moral e religioso. Esse reduz a sexualidade ao coito pênis-vagina e a associa a algo que somente pessoas adultas, em idade reprodutiva e que desejam ter filhos, podem fazer (Paiva, 2000). Por fim, destacam-se como geradoras de exclusão, as expectativas relacionadas ao gênero e às barreiras arquitetônicas e atitudinais e os determinantes de classe social.

No que se refere aos determinantes de classe social, percebeu-se que as mulheres com deficiência possuíam, em sua maioria, renda *per capita* inferior a um salário mínimo. Esse fator se agravou pela quase ausência de políticas públicas que viabilizassem o acesso a educação, serviços de

saúde e lazer. As barreiras arquitetônicas foram uma constante na vida das beneficiadas pela experiência ora descrita. Embora, a partir de 1988, com a garantia de direitos iguais pela constituição federal e também com a fundação da Abludéf no município de Blumenau, tenha se iniciado um processo de luta pela construção de uma cidade mais adaptada às variações corporais humanas, ainda há muito que se conquistar, haja vista que muitos espaços públicos ainda não possuem acessibilidade.

Embora as questões relacionadas às barreiras arquitetônicas estejam ainda bem presentes no cotidiano das pessoas com deficiência, as barreiras atitudinais – preconceitos, estereótipos e estigma – foram as que, conforme relato das mulheres abrangidas pela experiência, geravam maior sofrimento. Elas relataram com muita tristeza que eram constantemente infantilizadas e caracterizadas como assexuadas. Ou seja, era comum a negação de seus direitos sexuais e reprodutivos, inclusive nos serviços de saúde, nos quais alguns profissionais da saúde diziam que, diante de uma lesão medular ou paralisia infantil, a questão da sexualidade e do prazer não era relevante, pois "elas tinham que se concentrar na recuperação da saúde".

As observações realizadas na Abludéf evidenciaram que o processo de constituição das mulheres no que se refere à sexualidade está relacionado com o lugar social atribuído às pessoas com deficiência, visto aqui à luz das questões de gênero e que atribuem à mulher as qualidades de "frágil" e "indefesa", em referência ao padrão hegemônico de corpo. Assim, difundem-se mitos nos quais uma pessoa com deficiência não tem a dimensão da sexualidade e onde as pessoas sem deficiência podem se "aproveitar" das que possuem uma deficiência; muitas vezes vigora também o preconceito no qual as pessoas com deficiência são carentes de atrativos e que uma pessoa sem deficiência só se aproxima dela para obter alguma vantagem.

Outro elemento observado nas mulheres associadas à Abludéf foi o alijamento delas à participação política. Muitas, em decorrência do medo que seus pais tinham de que fossem discriminadas, foram escondidas dentro de suas casas desde a tenra infância, sendo tolhidas do acesso a alfabetização e convívio comunitário.

Destaca-se, por fim, que o problema abordado pela experiência é uma realidade mundial. As pesquisas realizadas por autores como

Joseph (2005-2006), na Índia, e Dhungana (2006), no Nepal, indicam que, ao contrário das mulheres não deficientes, as expectativas que a sociedade tem das mulheres com deficiência muitas vezes as excluem do direito ao exercício da sexualidade, do trabalho de qualquer natureza e da maternidade. Há uma significação cultural de que as mulheres com deficiência são incapazes de cumprir os papéis tradicionais de dona de casa, esposa, trabalhadora e de mãe (MCDONALD; KEYS; BALCAZAR, 2007; DHUNGANA, 2006; JOSEPH, 2005-2006).

A realização de trabalhos no âmbito da inclusão das pessoas que convivem com deficiências é de grande relevância, haja vista que o número de pessoas com lesões e impedimentos corporais não para de crescer. Hoje a deficiência é vivida por mais de 600 milhões de pessoas em todo o mundo (BERNARDES; MAIOR; SEPEZIA; ARAÚJO, 2009). No Brasil, segundo informações obtidas no censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano 2000², pelo menos 24,5 milhões de brasileiros possuem algum tipo de deficiência, o que representa 14,5% do total da população.

Neste trabalho, entendeu-se deficiência a partir da Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência³ (BRASIL, 2007). De acordo com o artigo 1º desse documento, "pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, as quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas". O documento supracitado inova em relação à visão predominante de deficiência que, ancorada no modelo biomédico, reduz a deficiência ao corpo com impedimentos.

Quanto ao referencial teórico norteador do trabalho, este foi baseado na Psicologia Histórico-Cultural de Vygotski (1998) no seu diálogo com os autores da segunda geração do Modelo Social da Deficiência. A Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2007), construída a partir de um longo e amplo diálogo entre a Organização das Nações Unidas (ONU) e organizações da sociedade civil, especialmente as de pessoas com deficiência, também serviu de

2 Os dados referentes ao número de pessoas com deficiência obtidos no censo realizado em 2010 ainda não foram contabilizados pelo IBGE.

3 Essa convenção foi ratificada pela Presidência da República em 2007 e hoje tem valor de lei.

norte para a elaboração do trabalho, inspirando os princípios éticos que pautaram a intervenção grupal.

A partir da perspectiva vygotskiana de Psicologia, destaca-se que o homem se constitui pela apropriação dos múltiplos significados presentes nas relações intersubjetivas. Estes o constituem como sujeito e mediam seu modo de pensar, sentir e agir no mundo. Portanto, ele é uma síntese inacabada das múltiplas relações que possui com a cultura e a sociedade, configuradas na processualidade. Também destaca-se que, dentro dessa perspectiva, o psicólogo pode contribuir, por meio da mediação ocorrida nas relações intersubjetivas, para a transformação de significados e sentidos socialmente construídos sobre habitar em um corpo com lesão.

O modelo social da deficiência surgiu na Inglaterra, no final dos anos 70. Ele parte do pressuposto de que as pessoas com deficiência são sistematicamente discriminadas e excluídas da participação na sociedade contemporânea, sendo este o resultado negativo das barreiras atitudinais, físicas e institucionais que limitam as pessoas com impedimentos corporais de ter participação efetiva na sociedade (LANG, 2009; BARTON, 2009; SANTOS, 2010). Nesse modelo, a deficiência deixa de ser compreendida num campo estritamente biomédico confinado aos saberes médicos, psicológicos e de reabilitação, que associam a deficiência a uma condição médica ou a uma tragédia pessoal, e passa a ser também um campo das humanidades (DINIZ, 2007; SANTOS, 2010; GARLAND-THOMSON, 2002). Portanto, é uma questão de Direitos Humanos (SANTOS, 2010; BARTON, 2009; NUSSBAUM, 2007:2006).

Destaca-se que, a partir da inserção da perspectiva feminista nos estudos sobre deficiência, surgiu a segunda geração de teóricos do Modelo Social de Deficiência que, sem desconsiderar a deficiência como produtora de opressão, incorporaram em seus estudos as questões de gênero que tornam a experiência da deficiência diferente para homens e mulheres. Autores como Joseph (2005-2006); Dhungana (2006); McDonald, Keys e Balcazar (2007); Garland-Thomson, (2002), a partir dos estudos realizados em diferentes países, mostraram que as mulheres com deficiência vivenciam processos de exclusão em decorrência das representações presentes nos diversos contextos culturais em que elas, em função de terem uma lesão, não podem reproduzir as atribuições

de mulher e mãe. Destarte, a partir desses estudos, evidenciou-se que a intersecção da deficiência com gênero, raça, classe social, orientação sexual e velhice potencializa processos de opressão.

Já a dimensão de gênero foi compreendida como "uma produção histórica e cultural baseada nas diferenças percebidas entre os sexos que organiza a vida social por meio de relações assimétricas" (TONELI, 2006). Essa, conforme identificado nos estudos sobre deficiência ancorados na segunda geração do modelo social, quando imbricada com a deficiência, potencializa processos de exclusão social.

Vale destacar que a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (BRASL, 2007), documento elaborado com base nos princípios da segunda geração do Modelo Social da Deficiência, foi um documento de suma importância não somente para as ações discutidas no grupo de mulheres, mas também com os demais profissionais da ONG e em momentos em que a Abludéf foi convidada a discutir a inclusão das mulheres com deficiência nas políticas públicas. Considerando que ela é o principal instrumento voltado à garantia de direitos das pessoas com deficiência (DHANDA, 2008), o diálogo com ela foi muito fecundo ao êxito da proposta de intervenção profissional ora apresentada.

Apesar da complexidade de elementos presentes no processo de constituição das pessoas com deficiência e de todos os estudos que visibilizam uma relação entre deficiência física, gênero, classe social e demais determinantes sociais, a Psicologia, no Brasil, pouco tem contribuído por meio de estudos e práticas voltadas à garantia dos direitos humanos das mulheres que possuem deficiências. No tópico seguinte, será explicitada brevemente a metodologia do trabalho realizado. Por fim, serão apresentados os resultados obtidos com a experiência, seguidos de algumas considerações.

2 Metodologia

Com base no referencial teórico acima descrito, desenvolveu-se esse trabalho de intervenção. Assim, neste tópico, explicitar-se-á o modo como as ações voltadas à cidadania plena das mulheres foram desenvolvidas, os sujeitos beneficiados pela experiência e os procedimentos de avaliação dos resultados.

O trabalho já vem sendo desenvolvido na Abludéf desde fevereiro de 2005. Todavia, será dada aqui maior evidência às ações desenvolvidas a

partir de 2006 e até março de 2011. A escolha da data de início se deu porque foi naquele ano que a primeira autora deste artigo se inseriu no doutorado de Psicologia, e, sob orientação do co-orientador, pode aprimorar as ações realizadas. Quanto à data final, esta foi determinada pelo fato de que nesse mês, a primeira autora foi nomeada como professora adjunta da UFSC e teve de restringir sua atuação na Abludef ao nível de consultorias pontuais sobre gênero e deficiência.

Quanto ao processo de identificação das necessidades, o trabalho ora apresentado foi desenvolvido *a posteriori*, como propõe Freitas (1998). Ou seja, após a inserção profissional na Abludef, primeiramente foram identificadas as necessidades de intervenção em Psicologia. Nesse período, muitas mulheres solicitavam opiniões ou simplesmente queriam compartilhar suas dificuldades de ser mulher com deficiência, conversando abertamente sobre essa questão. Elas também alegavam que, embora a entidade tivesse muitos grupos de pessoas com deficiência, estes eram abertos (não havia um grupo de pessoas fixo; durante todos os encontros havia inserção de novos integrantes e desistência de outros) e mistos (participavam tanto homens como mulheres), além de ser programados predominantemente com dinâmicas de grupo e atividades de colagens e desenhos, nem sempre havendo espaço para conversas sobre a singularidade da experiência de ser mulher com deficiência, o que as deixava inibidas para expor suas intimidades.

A partir das necessidades apontadas pelas mulheres, sugeriu-se inicialmente a criação de um grupo de mulheres, primeiramente às interessadas e, após, aos dirigentes da Abludef. A ideia foi muito bem aceita por todos. Todavia, como muitas das participantes necessitavam de transporte da entidade para comparecer aos encontros, a diretora solicitou que esse grupo ocorresse na parte de manhã do encontro socializador⁴.

O grupo, primeira ação concreta envolvendo a temática gênero, deficiência e direitos humanos, foi criado para que as mulheres tivessem um espaço para conversar sobre assuntos qualificados nesse espaço como "de mulher", entre eles: como ser mulher tendo um corpo com

4 Os encontros socializadores ocorrem uma vez por mês. Trata-se de um espaço aberto à discussão de questões que são pertinentes aos objetivos da associação e de interesse dos associados. Também tem a finalidade de integração e lazer, além de propiciar a construção de laços e trocas de conhecimentos adquiridos entre os associados sobre a experiência da deficiência.

deficiência; como lidar com o preconceito, sentimentos de vergonha, medo e humilhação; dificuldades enfrentadas no cotidiano; direitos sexuais e reprodutivos e prevenção a violências vivenciadas cotidianamente e nem sempre percebidas como tal. Quando solicitado um nome para o grupo, elas disseram que queriam que ele fosse caracterizado como "Grupo de Mulheres", por se tratar de um espaço para discutir as questões que as mulheres com deficiência vivenciam cotidianamente, evidenciando que o que as unia naquele espaço era a identidade coletiva de mulheres com a experiência da deficiência. Sua configuração lembra os históricos grupos "de consciência" (ou reflexivos) de mulheres, realizados no início do movimento feminista na década de 70, nos quais se utilizava dessa estratégia para promover maior visibilidade aos modos de vida de mulheres, enfatizando sua identidade de gênero (Alves et al, 1981).

Participaram do grupo cerca de 20 mulheres com idades variando entre 24 e 68 anos, e oito delas permaneceram nele durante todo o tempo em que o trabalho foi realizado, ou seja, desde fevereiro de 2005 até março de 2011. As demais permaneceram no grupo por períodos mais curtos. Destaca-se que foram as mulheres que participaram dessa atividade desde o início e que constituíram o "núcleo duro" do grupo que sugeriram a abertura para novas associadas no espaço do grupo. Além disso, elas também tinham compromisso de contribuir com o desenvolvimento das participantes que foram se inserindo no espaço e, muitas vezes, eram protagonistas na mediação das problemáticas trazidas pelas novas componentes.

Quanto à caracterização das participantes, a maior parte tinha renda *per capita* inferior a um salário mínimo, tinha mais de 40 anos, era de religião católica e morava em locais de difícil acesso ao centro da cidade, onde são oferecidos os serviços especializados de saúde. No que se refere à origem étnico-racial, doze mulheres se identificavam como brancas, seis como pardas e duas como negras. Quanto ao grau de escolarização, esse foi mudando ao longo dos anos, pois muitas das participantes que inicialmente eram analfabetas e/ou semianalfabetas tiveram a oportunidade de terminar o ensino fundamental e iniciar o ensino médio com o apoio da Abludef. Uma delas, que entrou no início de 2010 no grupo, teve seu curso de Pedagogia interrompido em decorrência de um acidente de moto que ocasionou uma lesão medular,

mas pretende retomá-lo. Quase todas as participantes dessa atividade eram do município de Blumenau.

Quanto à metodologia utilizada para a realização do grupo, esta consistia em as participantes trazerem os assuntos e as situações da vida cotidiana que tinham vontade de discutir no grupo, que tinha como papel discutir os temas com a mediação do profissional de Psicologia. Houve sempre preocupação de potencializar a autonomia das participantes, para que elas conseguissem refletir criticamente sobre as questões trazidas. O grupo sempre começava com uma reflexão sobre o sigilo e o cuidado que temos de ter com os outros. Em seguida, as participantes traziam suas problemáticas relacionadas à experiência de ser mulher com deficiência, que eram compartilhadas entre elas.

Até o início de 2009, as atividades ocorriam predominantemente no âmbito do grupo, uma vez por mês. A partir da apropriação das discussões relacionadas às políticas públicas de inclusão social, passou-se a ampliar a realização de visitas domiciliares para conhecer a realidade social das participantes e o entrecruzamento desta com as questões de gênero, classe social, geração, religião, entre outras. Também foi iniciado um trabalho de assessoria às mulheres participantes do grupo de mulheres e também às que apenas eram associadas quando essas viessem a buscar seus direitos sociais nos fóruns e conferências das áreas da Saúde (SUS), Assistência Social (SUAS) e também nos eventos relacionados especificamente à pessoa com deficiência. Essa ação objetivou contribuir para que mulheres atuassem na formação de novas políticas voltadas às suas necessidades.

Outra ação que surgiu a partir das necessidades das participantes da associação foi o Seminário da Abludef sobre Gênero, Deficiência Física e Cidadania⁵. O evento teve como objetivos: a) caracterizar as principais políticas públicas para mulheres com deficiência; b) facilitar o acesso a conhecimentos relacionados às práticas de feminilidade; c) fornecer informações sobre os direitos sexuais e reprodutivos. O público-alvo do evento foi constituído por mais de 50 mulheres com deficiência e alguns familiares. Além disso, também foram convidadas autoridades das diversas secretarias dos municípios do Vale do Itajaí. Vale também

5 Segue endereço do blog da Abludef, no qual foram publicadas informações sobre o evento. <http://dalvaday.blogspot.com/2010/03/i-seminario-da-abludef-sobre.html>.

destacar que nesse seminário houve um espaço em que as mulheres puderam expor suas dificuldades cotidianas aos demais participantes, tornando-as protagonistas do processo e não somente pessoas que recebem passivamente informações. A participação delas ocorreu tanto por meio da sugestão de temas a ser abordados como também por meio de um espaço para debate após a palestra principal, que abordou a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência com ênfase na inclusão social e nos direitos sexuais e reprodutivos. As participantes, num exercício de reflexão para o Fórum da Pessoa com Deficiência, que a princípio ocorrerá no corrente ano, foram instigadas a pensar, em pequenos grupos, quais são as principais dificuldades que vivenciam no cotidiano e que estão relacionadas a ter um corpo com lesões e impedimentos e a buscar estratégias para superar essas dificuldades.

Também foi oferecido um curso de formação intitulado "*Nada sobre nós sem nós...*, Curso de Capacitação Política para Pessoas com Deficiência", com base na atual bandeira do movimento de pessoas com deficiência em nível nacional e internacional (CHARLTON, 1998). Este abrangeu tanto os profissionais da Abludéf como também a equipe da diretoria da associação e teve como objetivo principal contextualizar a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e os impactos que ela pode ter nas políticas públicas. Além disso, também objetivou instrumentalizar esses profissionais para o desenvolvimento de uma cultura de direitos humanos e de empoderamento dos associados para a participação nas conferências que irão ocorrer no ano de 2011. Esse curso também foi oferecido para alguns profissionais da Prefeitura Municipal de Blumenau, com adaptação às necessidades identificadas pelos participantes.

O trabalho ora descrito teve, desde o início da proposta, um caráter político, no sentido de possibilitar a construção de estratégias de enfrentamento do preconceito relacionado a possuir um corpo com lesões e impedimentos, a lidar com as dificuldades cotidianas relacionadas à inclusão no mercado de trabalho, à educação dos filhos, ao lazer e à saúde. Todavia, a partir do estudo das políticas públicas direcionadas à mulher e à pessoa com deficiência, especialmente a partir da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência – ele enfatizou a formação ético-política, pois garantiu que as participantes

conhecessem um instrumento voltado à garantia dos seus direitos e que promove seu empoderamento. Como desdobramento deste, algumas das participantes começaram a participar de eventos relacionados à construção das políticas públicas, como as Conferências Municipais pelos Direitos das Pessoas com deficiência, entre outros.

Destaca-se ainda que o trabalho apresentado está em consonância com a Política Nacional de Assistência Social e foi financiado parcialmente pela Secretaria de Assistência Social, da Criança e do Adolescente (Semascri). Ele é articulado em forma de rede com as Secretarias do Município de Blumenau e a Psicologia assessora a participação dos associados da Abludéf nos diversos conselhos que existem no município (Conselho de Saúde, Conselho de Habitação, Conselho Municipal de Assistência Social e Conselho Municipal do Transporte). Os autores tomaram conhecimento do edital a partir da divulgação realizada por e-mail e parabenizaram a iniciativa do Conselho Federal de Psicologia em promover um espaço de divulgação de experiências exitosas desenvolvidas com mulheres.

Os resultados das ações voltadas à cidadania plena das mulheres portadoras de deficiência foram avaliados da seguinte forma: a) ficha de avaliação anual do impacto da participação das ações desenvolvidas pela Abludéf na vida familiar, comunitária e política (formulário construído juntamente com as assistentes sociais que atuam na ONG e aplicado ao final de cada ano para avaliar o impacto dos projetos desenvolvidos na entidade); b) participação e nível de reflexão dos associados e familiares no Seminário da Abludéf sobre Gênero, Deficiência Física e Cidadania; c) impacto do curso oferecido aos profissionais acerca da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência em suas estratégias de ação. Além disso, uma pesquisa realizada na ONG⁶ também serviu de subsídio para identificar as contribuições das ações na vida das mulheres com deficiência. Essa pesquisa foi realizada com base nas normas da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde e as informações obtidas por meio dela foram utilizadas para contextualizar os resultados.

6 GESSER, M. (2010). *Gênero, corpo e sexualidade: processos de significação e suas implicações na constituição de mulheres com deficiência física*. Tese de Doutorado. (Programa de Pós-Graduação em Psicologia). Florianópolis, SC. Orientadores: Maria Juracy Filgueiras Toneli (orientadora) e Adriano Henrique Nuernberg (co-orientador).

Quanto à organização dos resultados referentes aos impactos que a experiência teve para as mulheres com deficiência, optou-se em organizá-los a partir de dois eixos de análise. A escolha por essa forma de organização objetivou dar visibilidade às conquistas obtidas em termos de direitos humanos, o que, acredita-se, tem um peso político relevante. Os nomes citados são fictícios e foram escolhidos pelos sujeitos abrangidos pelo trabalho, que ficaram orgulhosos com a inscrição dele neste concurso.

3 Resultados⁷

Embora a experiência realizada na Abludéf tenha contribuído, com diferentes intensidades, em todas as dimensões da vida das mulheres participantes, aqui se dará maior visibilidade ao reconhecimento destas dos seus direitos sexuais e reprodutivos, à ressignificação da sexualidade e à ampliação da participação social e política delas. Acredita-se que esses indicadores tornam essa experiência diferenciada em relação aos demais trabalhos realizados com pessoas com deficiência que focalizam suas ações mais no campo do fornecimento de reabilitação e da capacitação profissional para a inclusão no mercado de trabalho, restringindo-se à dimensão socioeconômica da desigualdade social das pessoas com deficiência.

3.1 Reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos e ressignificação da sexualidade

O motivo pelo qual se trabalhou com a temática Direitos Sexuais e Reprodutivos tanto no grupo de mulheres como também em curso oferecido aos profissionais da educação e da saúde vinculados principalmente à Secretaria de Educação do Município de Blumenau está relacionado à convicção de que dar visibilidade à experiência sexual da pessoa com deficiência e instrumentalizar os profissionais dessa área a lidar com ela é um ato político, pois possibilita a desnaturalização das ideias de que as pessoas com deficiência são assexuadas. Isso porque, de acordo com Shakespeare (1998, p. 204), "o sexo e o amor não têm sido

⁷ As informações obtidas na pesquisa realizada pelos autores às oito participantes que constituíram o núcleo duro do grupo de mulheres será também utilizada para subsidiar a descrição dos resultados.

prioridade nem para os estudiosos e nem para os militantes". Destaca-se que a recém-aprovada Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASL, 2007), contudo, inova nesse aspecto, ao defender os direitos sexuais e reprodutivos das pessoas com deficiência, legitimando o trabalho da Psicologia e de demais profissionais com essa população. Diante disso, serão ligeiramente apresentados os resultados obtidos a partir da abordagem desse tema na Abludef.

Uma importante contribuição obtida com as intervenções realizadas junto às mulheres foi a de que, nas relações intersubjetivas, elas puderam ressignificar a forma de lidar com a sexualidade. Essa era predominantemente mediada pelos discursos morais e religiosos, embora também, em alguns momentos, influenciada pelo discurso biomédico. Esses discursos foram discutidos a partir de depoimentos de algumas mulheres do grupo de que não se sentiam à vontade, no caso das casadas ou em união estável, em conhecer seus corpos, conversar com os seus parceiros sobre questões como a de nunca terem "subido as paredes" (termo utilizado para se referir a ter orgasmo), bem como pela dificuldade que elas tinham de discutir aspectos do relacionamento ligados à sexualidade. Ao se discutir essa questão percebeu-se que, juntamente com a questão dos mitos e preconceitos que envolvem a sexualidade de pessoas com lesões e impedimentos, identificados por autores como Shakespeare (1998), Tepper (2000), Soares, Moreira e Monteiro (2008), também foram fatores constituintes desse fenômeno os discursos morais e religiosos dos quais elas se apropriaram ao longo de suas histórias. Muitas delas relataram que cresceram com base em uma educação sexual ancorada numa "ortopedia discursiva" (FOUCAULT, 1988) na qual operava a restrição da sexualidade ao âmbito do casamento, ao coito pênis-vagina e à reprodução. Destaca-se que, a partir dessas discussões, elas relataram que conseguiram conhecer melhor seus corpos e descobrir o caminho do prazer, embora em alguns momentos essa ideia ainda gerasse alguns desconfortos.

Outra importante contribuição foi a de que, as atividades realizadas na Abludef com mulheres com deficiência contribuíram para elas se perceberem como seres desejantes, contrapondo à ideia de que são assexuadas. Moranguinho, que ficou paraplégica aos 18 anos, em seu depoimento, afirmou que é muito lindo quando duas pessoas se gostam e sentem prazer uma com a outra. Reiterou que, quando olha

para determinados homens, sente desejo de se relacionar com eles, contrapondo a noção de que as pessoas com deficiência são assexuadas. Quando questionada se já sentiu desejo de namorar alguém, afirmou que sim, fato que a faz se sentir mulher, conforme depoimento: "E foi bom! E foi bom assim saber que a gente tem ainda esse prazer, desejo assim não completo, mas a gente tem. Que eu achava assim que nunca mais ia ter" (Moranguinho).

Outra questão debatida no grupo foi relacionada aos efeitos do preconceito relacionado à questão da sexualidade presente nos familiares e na comunidade de modo geral. Mônica, por exemplo, teve sua sexualidade cerceada pelos seus familiares. Esses a impediam de sair e namorar, obstaculizando todas as tentativas que ela realizou de tentar se casar e ter filhos, o que sempre foi avaliado por ela como importante e que é um direito hoje preconizado pela Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência. Quando ela, aos 67 anos, arrumou um namorado, seus familiares alegaram que ela não poderia se relacionar com este, pois, por ela ser pessoa com deficiência, as atitudes de todos os homens que se aproximavam dela eram percebidas como sendo pelo interesse em sua herança. Vejamos o seu depoimento:

Pesquisadora: Como eles descobriram que tu estavas namorando? Eu queria que tu me contasse um pouco mais.

Mônica: Não precisava descobrir, é que ele ligava em casa pra mim né? Aí eu não estava, daí a minha mãe metia a língua nele, chamava ele de sem-vergonha, de vagabundo, de tudo o quanto era coisa, **que ele queria comer só o que eu tinha tudo de herança**, e não sei o que, se ele não tinha vergonha de namorar com uma pessoa paraplégica, que eu era paraplégica, tu vê. Pois se ele tinha me visto e me viu que eu não era paraplégica. Daí quando era de noite ele ligava, lá por umas nove, dez horas ele ligava. Daí nove, dez horas eu estava em casa, e ele dizia: Pó, tua mãe hoje me atendeu mal pra mais de metro. Se tu visse o que que ela chamou tudo pra mim. (Mônica).

Após Mônica socializar essa questão no grupo de mulheres, o debate trouxe à tona dois dos princípios preconizados pela Convenção da ONU, a

saber: a) o respeito inerente à dignidade, autonomia individual incluindo a liberdade de fazer suas próprias escolhas, e à independência das pessoas; b) a não discriminação de pessoas com deficiência. Discutiu-se o quanto a interferência na vida de uma pessoa com deficiência configura-se uma violação de um direito humano. Esse momento foi muito rico por elas poderem perceber o quanto é necessário avançar na luta pelos direitos sexuais e reprodutivos das pessoas com deficiência. Também, nessa oportunidade, mulheres que são ou foram casadas relataram os preconceitos vivenciados por elas e seus esposos/companheiros e as estratégias utilizadas para lidar com eles, o que, na avaliação do grupo, foi importante para aprender a desenvolver estratégias em meio ao preconceito historicamente construído e ainda muito presente no cotidiano delas.

Um ponto a que as mulheres chegaram à conclusão foi o de que os preconceitos relacionados à sexualidade das pessoas com deficiência poderão ser rompidos por meio da sua inclusão na sociedade, pois os fatores que mantêm o preconceito estão relacionados à redução da pessoa às suas limitações e impedimentos físicos e ao processo de infantilização dela. Elas ressaltaram que o processo de inclusão pode ser desencadeado pela participação das pessoas com deficiência nos diversos espaços sociais e destacaram que a política de educação inclusiva iniciada há alguns anos no município poderá contribuir com a inclusão, na medida que possibilita a aproximação entre pessoas com deficiência e sem deficiência.

Outro ponto trazido por elas diz respeito à importância de se instrumentalizar os associados que participam de fóruns e conferências voltados às áreas de educação, saúde, deficiência e assistência social, a sinalizar a necessidade de formação dos profissionais que atendem essa população, pois esses também reproduzem preconceitos relacionados à sexualidade. Em relação a essa questão, Luana destacou que, após ficar paraplégica, tentou tirar dúvidas em relação à sexualidade com dois profissionais da Medicina sobre os aspectos relacionados à sexualidade dessas pessoas. Todavia, um deles fez de conta que não entendeu a pergunta e outro disse que essa questão "não era importante", como já destacado na introdução deste trabalho. A associada disse que obteve as informações sobre essa questão nos encontros do grupo de

mulheres e também no seminário realizado na entidade sobre direitos sexuais e reprodutivos.

Outra importante contribuição do trabalho realizado para a vida das mulheres associadas à Abludef e beneficiadas com a experiência foi a de que, a partir dos conhecimentos obtidos no Grupo de Mulheres e no Seminário da Abludef sobre Gênero, Deficiência Física e Cidadania, elas puderam aprender a identificar experiências opressivas na vivência da sexualidade e a construir formas de obter prazer por meio dela. Vejamos o depoimento de Magali sobre essa questão:

É, eu acho assim né, Marivete? Mais é. É porque ele [ex-marido] fazia, vou fala assim né? Ele fazia, mas não... não chegava onde eu queria entendeu? [...] Então, era só pá pum e deu né acabou né? Só servia pra ele, pra mim nada, né. *Ahãm*. Então, eu me sentia assim... Meu Deus! Parece que eu sô um pano de chão, usa vira e vira do lado e deu né? *Ahãm*. Ai depois que eu arrumei esse namorado. [...] foi muito bom sabe? [...]. Daí eu vi que eu [...] que eu tinha vontade. [...] Eu tinha prazer naquilo, sabe? [...] Que eu pensava que eu não tinha, né? [...] Então, eu pensava [...] não, agora sim eu vi que eu... que eu sinto prazer, tenho uma coisa dentro de mim né, um fogo né? Que nem se diz, né? (risos). Um fogo que né... (Magali, grifos nossos).

Depoimentos como esse corroboram o fato identificado por Shakespeare (1998) e Tepper (2000) de que as mulheres com deficiência, dentro e fora de um relacionamento estável, podem sentir prazer por meio do sexo. A socialização dessas experiências no grupo de mulheres gerou um espaço de reconstrução da sexualidade também nas demais participantes. Além disso, a inserção do tema sexualidade e prazer no Seminário sobre Gênero, Deficiência Física e Cidadania, quando abordada a Convenção da ONU, também foi avaliada positivamente pelas participantes daquele evento.

Acredita-se que dar visibilidade à erotização e às necessidades sexuais do corpo deficiente é de grande relevância para esse público. Colocar em pauta a questão dos direitos sexuais e reprodutivos das pessoas com deficiência, já garantidos pela Convenção sobre os Direitos da Pessoa

com Deficiência (BRASL, 2007) em seus artigos 6 e 23, é necessário pelo fato de essas pessoas, ao contrário do que se pensa no senso comum, não serem neutras e sem desejo.

As mulheres abrangidas pela experiência, em diferentes níveis, tiveram a oportunidade de superar a concepção predominante identificada na pesquisa de França e Chaves (2005) de que o prazer na sua condição serve somente para a reprodução. Magali, por exemplo, nunca teve interesse em ter filhos, mas se reconhece como sujeito de desejo e sente necessidade de ter relações sexuais para sentir prazer.

Fênix também conseguiu ressignificar experiências de abuso que vivenciou na adolescência e, dessa forma, vivenciar a dimensão da sexualidade de forma mais potencializadora. Sua participação no "Grupo de Mulheres", bem como os processos de ressignificação ocorridos por meio desta, mediaram essa transformação. Ela relatou: "Ele contribuiu, em que... todos falam, né? Eu escutava muito as amigas, né? Eu fui pela uma parte d'uma, uma parte de outra, fui juntando [...] Foi isso que me ajudou, captando de cada pessoa. [...] E foi captando isso das pessoas que eu fui, mudei" (Fênix).

Portanto, destaca-se a relevância de a Psicologia criar espaços de escuta e problematização dos múltiplos processos de opressão vivenciados no cotidiano das mulheres com deficiência. O diálogo com Convenção pelos Direitos da Pessoa com Deficiência pode corroborar essa prática, pois essa preconiza que as pessoas com deficiência tenham garantidos os direitos sexuais e reprodutivos.

Por fim, os depoimentos obtidos no processo de avaliação da experiência com as mulheres evidenciaram que, para fazer jus ao que está preconizado pela Convenção, é necessário que os estados cumpram com suas responsabilidades, preconizando uma efetiva política voltada ao fim de qualquer forma de discriminação, como também garantindo a qualificação dos profissionais da saúde para o fornecimento de informações isentas de juízos de valor sobre sexualidade e prazer. Isso se faz necessário tanto pela contribuição que a aquisição de conhecimentos sobre sexualidade tem para a garantia dos direitos humanos, da dignidade e da autonomia sobre essa dimensão da vida como também para que a sexualidade seja efetivamente "trabalhada" nas políticas públicas a partir do conceito da OMS, que engloba sexo, gênero identidades, orientação

sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2008).

3.2 Ampliação a participação social e política

Além de a Abludéf ter como membros da diretoria pessoas que vivem cotidianamente a experiência da deficiência, ela estimula e viabiliza a participação de associados e profissionais nos conselhos municipais, fóruns e conferências sobre assistência social, acessibilidade, direitos da mulher, da criança e do adolescente buscando lutar pela inclusão social de pessoas com os diversos tipos de deficiência, realizados em nível municipal, estadual e, esporadicamente, federal. Na preparação dos associados para a participação nesses espaços, a Psicologia tem contribuído significativamente com suas intervenções realizadas diretamente junto a eles, como também nas reuniões técnicas e nos cursos oferecidos aos profissionais e à diretoria. Destaca-se que as intervenções propostas são ancoradas nos pressupostos do Modelo Social da Deficiência, da Psicologia Histórico-Cultural e na convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASL, 2007). Esse aporte teórico-metodológico aponta para uma práxis voltada ao desenvolvimento da autonomia e do pensamento crítico dos sujeitos.

Um elemento muito importante a ser desenvolvido em movimentos sociais como a Abludéf está relacionado à participação social de seus integrantes. Numa perspectiva diferenciada por assumir uma concepção de ser humano que pensa, sente e age determinado por suas paixões, Sawaia entende a participação social como imanente à condição humana e também como potencializadora do desenvolvimento dos sujeitos. Fundamentada nos autores Heller, Espinosa e Vygotski, afirma que "A participação não vem de fora, é uma necessidade do sujeito. É paixão que leva os homens a se comporem com outros homens" (SAWAIA, 2002, p. 124). Nesse sentido, a autora ressalta que só por contingências históricas que essa participação pode ser tolhida. Analisando a vida das pessoas com deficiência física, destaca-se que o tolhimento da participação tem ocorrido em decorrência das barreiras de todas as ordens que eles enfrentam no cotidiano, nos diferentes espaços.

Todas as mulheres entrevistadas afirmaram que a inserção na Abludéf e a participação nos diversos grupos de apoio trouxeram mudanças

significativas em suas vidas. Para exemplificar essa questão, segue o depoimento de Moranguinho, que já é associada há mais de 20 anos na entidade. Ela relata importantes mudanças que aconteceram em sua vida a partir das mediações que teve nas atividades de grupo desenvolvidas pela entidade. Segundo o depoimento dela, a participação na Abludef contribuiu tanto para se reconhecer como pessoa com deficiência, como para entender que, mesmo com paraplegia, pode continuar a fazer coisas que aqueles sem deficiência fazem, como também para a busca de alternativas para melhorar suas condições de vida. Vejamos seu relato:

Então, eu sempre digo: a Abludef pra mim foi que... Foi uma escola assim, sabe? De aprendizado, assim [...] de cadeirante. De me ensinar o que é ficar paraplégica. [...]. Né? E foi onde que a gente teve muito incentivo. Assim, que não. Que a gente pode se cuidar, que a gente pode ser vaidosa, se arrumar. Que a gente pode isso. Que a gente pode aquilo né? [...] Que a gente pode. [...] aprendi a passar a sonda, o que me ajudou a me libertar da fralda, que era desconfortável.

O relato acima evidencia que a participação na Abludef contribuiu para a ressignificação da experiência da deficiência. Ou seja, antes Moranguinho se percebia como vítima de uma tragédia, antônima das pessoas não deficientes em todas as dimensões da vida e à margem da sociedade e, após sua inserção no grupo de mulheres, passou a entender que continua fazendo parte do gênero humano e que a deficiência é uma das muitas dimensões presentes em sua totalidade de pessoa.

Os depoimentos das participantes evidenciam que a participação do "Grupo de Mulheres" e demais atividades voltadas às mulheres com deficiência possibilitou novos processos de apropriação de suas limitações vivenciadas cotidianamente, bem como formas de enfrentamento do olhar preconceituoso a elas dirigido. Esse dado pode ser percebido na fala de Fênix, tanto pelas mudanças ocorridas no que tange à percepção do preconceito e da discriminação dirigida a ela, por ser uma pessoa com sequelas de um AVC e, conseqüentemente, com algumas limitações motoras, como também pelo processo de inclusão nos espaços institucionalizados de participação social e luta pelos direitos das pessoas com deficiência. O depoimento abaixo evidencia a contribuição das atividades realizadas para o empoderamento e a luta

pelos direitos sociais e políticos. Ele se refere à participação de Fênix na Conferência Municipal de Assistência Social como relatora e, na Conferência Estadual, como delegada:

Como não tinha ninguém que queria ir, daí eu fui. Falei na Conferência Municipal pra mais de 500 pessoas. Tive coragem e falei, né! Na hora de indicar delegados, ninguém podia ir, porque era em Balneário. Mesmo falando com dificuldade, que é do AVC, né? Eu fui. Daí queriam tirá um direito de nós, deficientes, e eu levantei a mão e disse que não podia, pois nós precisava disso (Fenix).

Em síntese, os depoimentos evidenciaram que a participação nos grupos foi potencializadora de processos de ressignificação de muitos preconceitos e estereótipos relacionados à deficiência e à feminilidade. Também se mostrou potencializadora na aquisição de aprendizagens de como viver com deficiência e melhorar a qualidade de vida, bem como para o surgimento da consciência política voltada à luta pelos direitos sociais preconizados pelas políticas públicas de inclusão social.

Portanto, no que se refere ao trabalho realizado com as mulheres, observou-se que a fusão de experiências dos grupos nos quais elas participaram possibilitou a ressignificação da experiência de ser deficiente, a emergência de processos de identificação e o sentimento de não estar sozinho. Essa questão pode ser explicada pelas reflexões de Sawaia sobre o conceito de potência de ação. Segundo a autora, essa potência de ação pode emergir na participação em movimentos sociais e possibilitar a passagem da passividade à atividade, da heteronomia passiva à autonomia corporal. Isso porque, a potência de ação é da ordem do encontro do corpo com outros corpos. Quando o sujeito se une com outros sujeitos, estes podem aumentar o campo de ação. Sawaia argumenta que os homens realizam-se com outros e não sozinhos, portanto os benefícios de uma coletividade organizada são relevantes para todos, e a vontade comum a todos é mais poderosa do que o *conatus* individual, e o coletivo é produto do consentimento e não do pacto ou do contrato (SAWAIA, 2002c, p. 126-127).

Com base nas reflexões dessa autora e nos resultados obtidos pela experiência aqui descrita, destaca-se a relevância de a Psicologia

mediar espaços de resignificação da experiência de ser mulher com deficiência, com foco nas relações intersubjetivas produzidas nas e pelas coletividades.

4 Considerações finais

As atividades contribuíram com a ampliação da autonomia e da melhoria da qualidade de vida das mulheres com deficiência. Por meio das mediações que foram ocorrendo nas relações intersubjetivas, foi possível às associadas obter conhecimentos e refletir criticamente sobre as questões relacionadas a algumas normas de corpo e de sexualidade, estabelecer novas formas de significar a experiência da deficiência e ampliar suas inserções nos vários contextos interativos. Ademais, possibilitou a elas construir, coletivamente, estratégias para lidar com os problemas e os preconceitos da vida cotidiana e com as vulnerabilidades sociais e programáticas que as limitaram ao longo de suas vidas.

Destaca-se também, a partir da avaliação do trabalho realizado, que a participação das mulheres em grupos e associações de pessoas com deficiência promove potência de ação. Os movimentos sociais de pessoas com deficiência, quando em consonância com as políticas públicas voltadas à inclusão social dessas pessoas, ao fim da homofobia, bem como à garantia dos direitos à mulher, à criança e ao idoso, podem promover a resignificação da experiência de ser pessoa com deficiência.

Os textos citados ao longo deste trabalho, especialmente os relacionados ao modelo social da deficiência, trazem a deficiência como uma experiência de opressão. Em contrapartida, as análises da experiência aqui descrita evidenciam que, quando o sujeito está num contexto em que várias pessoas se identificam pela condição física e têm a possibilidade de compartilhar essa experiência de opressão, há a possibilidade de elas resignificarem sua posição diante da realidade e, por meio disso, dentro dos limites de diversas ordens (principalmente barreiras arquitetônicas e atitudinais), compreenderem sua condição e variação corporal como uma possibilidade digna da condição humana.

A participação social das mulheres associadas à Abludéf nos espaços legitimados de controle social consiste num movimento de resistência ao instituído socialmente às pessoas com deficiência. Isso ocorre predominantemente por meio da luta coletiva por uma inclusão social

potencializadora do grupo e para o desenvolvimento de todos, ao invés da busca por algo somente para si, rompendo com o individualismo e buscando o bem comum. Essa união pelo bem coletivo evidencia o preceito que aponta Sawaia (2004), baseada em Espinosa, do irredutível humano que aponta para o movimento que o sujeito faz de não querer somente se conservar, mas conservar e expandir nas relações com outros seres que coletivamente criam formas de reconstruir a experiência cotidiana.

Por fim, acredita-se que a atuação da Psicologia junto a esse público deve ser ancorada em uma perspectiva crítica de sujeito e de subjetividade. Com base em levantamento bibliográfico realizado sobre as práticas voltadas a pessoas com deficiência, identificou-se a predominância de um foco pautado no modelo biomédico, voltado à correção do corpo com lesões e impedimentos. Destaca-se, diante disso, a necessidade de se refletir sobre o quanto é preciso avançar no reconhecimento da legítima humanidade desse grupo social, perdida em meio à sua histórica identificação social com o desvio e a patologia.

REFERÊNCIAS

ALVES, B. M.; PITANGUY, J.; BARSTED, L. L.; RIBEIRO, M.; BOSCHI, S. Espelho de Vênus: identidade social e sexual da mulher, São Paulo: Brasiliense, 1981.

BARTON, L. La posición de las personas con discapacidad. ¿Qué celebrar y por qué celebrarlo? ¿Cuáles son las consecuencias para los participantes? In: BROGNA, Patricia (Org.). Visiones e revisiones de la discapacidad. México: FCE, 2009, p. 123-136.

BERNARDES, L. C. G.; MAIOR, I. M. M. L.; SPEZIA, C. H.; ARAÚJO, T. C. C. F. Pessoas com deficiência e políticas de saúde no Brasil: reflexões bioéticas. *Ciência e Saúde Coletiva*. v. 14, n. 1, 2009, p. 57-74.

BRASIL. Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência. Brasília: CORDE, SEDH, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6949.htm. Acesso em 14 de dezembro de 2011.

CHARLTON, J. *Nothing About Us Without Us: Disability Oppression and Empowerment*. California: University of California Press, 1998.

DHANDA, A. Construindo um novo léxico dos direitos humanos: Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências. *SUR - Revista Internacional de Direitos Humanos*. v. 5, n. 8, 2008, p. 42-59.

DINIZ, D. *O que é deficiência*. São Paulo: Brasiliense, 2007, 89 p. Coleção Primeiros Passos.

DHUNGANA, B. M. The lives of disabled women in Nepal: vulnerability without support. *Disability & Society*. Sheffield-UK, v. 21, n. 2, p. 133-146, mar. 2006.

FERRI, B. A.; GREGG, N. I. Women with disabilities: missing voices. *Women's Studies International Forum*, Canadá, v. 21, n. 4, 1998, p. 429-439.

FRANÇA, I. S. X. de; CHAVES, A. de F. Sexualidade e paraplegia: o dito, o explícito e o oculto. *Acta Paul. Enferm.*, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 253-259, set. 2005.

FREITAS, M. F. Q. de. Inserção na comunidade e análise de necessidades: reflexões sobre a prática do psicólogo. *Psicologia: reflexão e crítica*. Porto Alegre, 1998, v. 11, n. 1, p. 175-189.

GARLAND-THOMSON, R. Integrating Disability, Transforming Feminist Theory. *NWSA Journal*. v. 14, n. 3, 2002, p. 1-32.

GESSER, M.; NUERNBERG, A. H.; TONELI, M. J. F. A contribuição do Modelo Social da Deficiência à Psicologia Social. Submetido à revista *Psicologia e Sociedade*, 2011.

GESSER, M. Gênero, corpo e sexualidade: processos de significação e suas implicações na constituição de mulheres com deficiência física. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010.

JOSEPH, M. V. Diversity in Women with Disabilities. *International Journal Of The Diversity*, Champaign-USA, v. 5, n. 6, p. 213-220, 2005/2006.

LANG, R. The Unites Nation Convention on the right and dignities for persons with disability: a panacea for ending disability discrimination? *European Journal of Disability. Research* 3, p. 266-285, 2009.

MCDONALD, K. E.; KEYS, C. B.; BALCAZAR, F. Disability, race/ethnicity and gender: themes of cultural oppression, acts of individual resistance. *Am J Community Psychol*, 2007, p. 145-161.

MELLO, A. G.; NUERNBERG, A. H. (no prelo). Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. *Estudos Feministas*, 2011.

NOSEK, M. A.; HUGHES, R. B. Psychosocial Issues of Women with Physical Disabilities: The Continuing Gender Debate. *Rehabilitation Counseling Bulletin*, Stanford, v. 46, n. 4, 2003.

NUERNBERG, A. H.; TONELI, M. J.; MEDRADO, B.; LYRA, J. Feminism, Psychology, and Gender Studies: The Brazilian Case. In: RUTHERFORD, A.; CAPDEVILA, R.; UNDURTI, V.; PALMARY, I. (Org.) *Handbook of International Feminisms*. Londres: Springer, 2011 (no prelo).

NUSSBAUM, M. (2007). *Las fronteras de la justicia*. Madrid: Paidós, (Original pub. Em 2006).

PAIVA, V. L. M. O. Fazendo arte com a camisinha: sexualidade jovem em tempos de Aids. São Paulo: Summus, 2000, 309 p.

SANTOS, W. Deficiência, desigualdade e assistência social: O Brasil e o debate internacional. In: DINIZ, D. Deficiência e discriminação, p. 117-141. Brasília: Letras Livres: EdUnB, 2010.

SAWAIA, B. B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão In: SAWAIA, B. B. (Org.) *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 97-118.

_____. O irreduzível humano: uma ontologia da liberdade. In: GUARESCHI, N. M. F. (Org.). *Estratégias de invenção do presente: a Psicologia Social no contemporâneo*. Porto Alegre: Editora da PUC-RS, 2004. p.165-177.

SHAKESPEARE, T. Poder y prejuicio: los temas de género, sexualidad y discapacidad. In: LEN BARTON (Comp.) Discapacidad y sociedad. Madrid: Morata, 1998, p. 205-229.

SEN, A. Elementos de uma teoria de direitos humanos. In: DINIZ, D.; SANTOS, W. Deficiência e discriminação. Brasília:Letras Livres, 2010, p. 19-63.

SOARES, A. H. R.; MOREIRA, M. C. N.; MONTEIRO, L. M. C. Jovens portadores de deficiência: sexualidade e estigma. Ciê. Saúde Col, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 185-198, 2008.

TEPPER, M. S. Sexuality and Disability: The Missing Discourse of Pleasure. Sexuality and Disability, Victoria-USA, v. 18, n. 4, 2000.

THORNE, S.; McCORMICK, J; CARTY, E. Deconstructing the gender neutrality of chronic illness and disability. Health Care for Women International, v. 18, n. 1, 1997.

TONELI, M. J. F. Homofobia em contextos jovens urbanos: contribuições dos estudos de gênero. v. 7, n. 2, 2006, p. 31-38.

VYGOTSKI, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Definitions. Disponível em: <www.who.int/reproductive-health>. Acesso em: 14 abr. 2008.

AS OFICINAS SOCIAIS E O FORTALECIMENTO DA AUTONOMIA FEMININA

Paloma Abelin Saldanha Marinho

Emmanuela Neves Gonsalves

Luciana Francez Cariello

Regina Cibele Serra dos Santos Jacinto

Em nossa sociedade, a organização social de gênero é parte essencial do arranjo de igualdade e desigualdade em que vivemos (SAFFIOTI, 2005). Nas relações sociais de gênero, as concepções de feminilidade e masculinidade formam uma matriz hegemônica constituída sobre os outros arranjos sociais de desigualdade (ALMEIDA, 1997).

A matriz hegemônica de gênero, que estabelece quais devem ser os papéis masculinos e femininos, produz desigualdades na família, na escola, na igreja, nos meios de comunicação, nas relações de trabalho e nas relações sociais como um todo. Nesses espaços, a hierarquia dos homens em relação às mulheres é naturalizada, e são desenvolvidos mecanismos de subordinação e de acesso desigual às fontes de poder e aos bens materiais e simbólicos.

Nesse sentido, os papéis e funções construídos socialmente para homens e mulheres resultam em desigualdades que oprimem as mulheres, geram e mantêm a violência de gênero por meio do poder e da força. A violência é possível no interior dessas articulações desiguais de poder. Enquanto a categoria subjugada for a feminina, as vítimas da violência de gênero serão mulheres.

Com o propósito de enfrentar a violência de gênero, é elaborada a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Essa política incorpora ações de prevenção, assistência e garantia dos direitos das mulheres em diferentes campos e tem como objetivo principal "a integração dos serviços nas áreas de saúde, segurança, educação, assistência social, cultura e justiça, de forma a permitir às mulheres romperem com o ciclo da violência" (BRASIL, 2007).

O Pacto Nacional vem consolidar a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, desenvolvendo um conjunto de ações para combater todas as formas de violência contra as mulheres.

O Brasil se fez signatário de diversos compromissos internacionais, tais como a Declaração de Viena, a Convenção pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher e a Convenção de Belém do Pará. Como desdobramento destes, foi elaborado o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, como forma de "reconhecimento que as políticas de promoção da igualdade e de valorização das diversidades encontram-se em permanente processo de construção e aperfeiçoamento" (BRASIL, 2008).

Tal plano é um dos instrumentos que materializa a Política Nacional e se propõe a garantir atendimento de qualidade e humanizado às mulheres em situação de violência, mediante criação ou reforma dos serviços especializados, constituição e fortalecimento da rede de atendimento e formação continuada de agentes públicos e comunitários.

Na proposta do Plano, os Centros de Referência de Atendimento à Mulher "são equipamentos da política pública especial de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher" (BRASIL, 2006). Funcionam como porta de entrada e articuladores da rede de serviços voltados para o enfrentamento da violência de gênero e visam a promover a ruptura do ciclo de violência e a construção ou o resgate da cidadania feminina, oferecendo atendimento interdisciplinar (psicológico, jurídico e social) e ações globais. Fazem parte dessa rede as Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher, as casas-abrigo, os serviços de saúde, a Defensoria Pública e organizações não governamentais que trabalham com o enfrentamento da violência contra a mulher.

Dentro desse escopo, foi criado o Centro de Referência de Mulheres da Maré- Carminha Rosa (CRMM-CR), com o seguinte projeto teórico-político: uma organização social que prescindia da desigualdade de gênero, fazendo que não mais sejam sustentadas as condições de emergência da violência de gênero em sua modalidade doméstica.

O CRMM-CR foi implantado, inicialmente, por meio de um convênio entre a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) e uma organização não-governamental (ONG) denominada Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação (Cepia). Porém, logo depois, o Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CFCH-UFRJ) assumiu a demanda formulada pela Secretaria de Políticas para as Mulheres e pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, incluindo o CRMM-CR como um de seus projetos de extensão universitária.

Atualmente, o Centro é vinculado ao Núcleo de Estudos de Políticas Públicas de Direitos Humanos (NEPP-DH) do CFCH/UFRJ. Como parte integrante do programa de prevenção e enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres, recebe financiamento, também, do governo federal, por meio da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

O CRMM-CR localiza-se na Vila do João, microbairro que faz parte do Complexo da Maré, na cidade do Rio de Janeiro. O conjunto de comunidades que compõem o denominado Complexo da Maré abrange uma área de aproximadamente 800.000 m², com concentração populacional em torno de 130.000 habitantes, sendo constituído por 16 microbairros.

Característica marcante dessa comunidade é a valorização de uma rede social, que se coloca como estratégia de sobrevivência, desenvolvendo práticas de solidariedade interna e auxílio mútuo contra as vicissitudes causadas pela tímida presença do Estado. Acompanhando a tendência verificada nas comunidades populares do Rio de Janeiro, o bairro possui forte presença de grupos armados de traficantes de drogas, de diferentes facções. A população da Maré sente duplamente os efeitos dessa violência: de fora, a discriminação e de dentro, a constante ameaça por grupos armados. Vivendo numa sociedade em que a violência é estrutural, as mulheres, especialmente as mulheres pobres, são as mais vitimizadas e revitimizadas, pois, além de sofrer com a violência urbana, são as vítimas preferenciais da violência de gênero em sua expressão doméstica.

As estratégias de enfrentamento da violência de gênero no CRMM-CR se dão mediante avaliação dos riscos inerentes à situação de violência, construção da cidadania feminina e instrumentos que favoreçam o resgate da autoestima, fortalecimento de redes de solidariedade e fomento à emancipação da mulher, respeitando a singularidade e temporalidade que cada um desses processos possui, para que as mulheres que frequentam o CRMM-CR tornem-se agentes de sua própria transformação.

Com base nos preceitos acima descritos, são propostas as seguintes intervenções: o acolhimento (sempre por um par de profissionais de formações diferentes, dentre as áreas de direito, psicologia e serviço

social), os atendimentos subsequentes ao acolhimento (caso a usuária atenda ao perfil desse serviço) e o monitoramento territorial (pela inserção dos acolhimentos e atendimentos numa base de dados que serve como registro na construção de indicadores do perfil da parcela da comunidade que recorre ao CRMM-CR). Além dessas estratégias, aquelas que propomos como práticas importantes no sentido de garantir o fortalecimento da cidadania das mulheres e o reconhecimento de seus direitos são as oficinas sociais e as práticas de produção e geração de renda. Especificamente sobre elas, objeto de enfoque deste trabalho, nos deteremos mais adiante.

O trabalho dos profissionais da Psicologia neste Centro de Referência vem sendo construído dentro de uma prática interdisciplinar. O acolhimento, realizado em conjunto com profissionais do Serviço Social e do Direito, funciona como espaço construído a partir da demanda espontânea de qualquer mulher, independentemente de seu pedido inicial. Podemos localizar muitas situações de violência doméstica encobertas em demandas aparentemente jurídicas, sociais ou psicológicas inespecíficas. Isso porque, além da dificuldade de trazer a situação de violência doméstica como motivação na busca por auxílio profissional, muitas vezes essa situação nem sequer é percebida como tal, especialmente quando não há violência física.

Os primeiros atendimentos são realizados num sistema de plantão, sem necessidade de agendamento prévio. A partir dessa primeira escuta, que pode se estender a quantos atendimentos forem necessários, procuramos identificar a existência ou não de situação de violência doméstica e, em caso negativo, realizamos, se necessário, o encaminhamento devido a outros dispositivos da rede de atendimento, tais como serviços de saúde, ambulatórios de saúde mental, serviços de assistência jurídica ou psicológica, entre outros.

Caso detectemos ou mesmo suspeitemos da existência de violência doméstica, absorvemos a usuária no acompanhamento e atendimento dentro do próprio centro. Esse acompanhamento dispõe de profissionais de diferentes áreas, de acordo com a necessidade de cada caso, visando ao atendimento integral à mulher. O acompanhamento individual é feito, no centro, a partir da especificidade da escuta do profissional de referência para o caso, sendo este um dos dois

profissionais presentes no acolhimento. Para esse fim são realizados tantos encontros quanto necessários.

Considerando que a violência de gênero se torna possível dentro de uma estrutura de desigualdade social e de gênero, cuja construção é histórica e cultural, como mencionado anteriormente, o olhar para esse fenômeno é, em geral, um olhar macro, preocupado com o estabelecimento de normas que deem suporte para a rede de atenção à mulher em situação de violência, oferecendo recursos institucionais diversos. A Psicologia caminha em um sentido complementar a esse movimento, por meio do entendimento de que a complexidade desses processos requer olhar atento para o fato de que cada mulher vivencia essa situação de modo único e singular.

É com base nessa singularidade que se torna possível olhar para as mulheres em sua diversidade de origens, características próprias, processos de enfrentamento da violência, sem que se tenha uma forma padronizada de acompanhá-las no caminho para a emancipação. As psicólogas e os estagiários de Psicologia contribuem com sua escuta diferenciada para a análise e as intervenções nas relações produtoras de subjetividades que emergem em meio à situação de violência doméstica (atual ou pregressa).

Cabe ainda à Psicologia situar o espaço da fala e a capacidade de estranhamento crítico em uma instituição cuja perspectiva tem seu espaço bem delineado no campo da Assistência Social, com intensa produção bibliográfica sobre o tema. Para além da escuta clínica em sua dimensão tradicional, a Psicologia social comunitária também nos fornece arranjos metodológicos na construção de embasamento teórico que sustenta as nossas práticas.

Podemos ainda localizar como efeito da presença de profissionais "psi" dentro do CRMM-CR o estranhamento, dentro do serviço e entre as usuárias, de algumas falas que poderiam passar como naturais. Isso se torna especialmente importante dada a naturalização dos papéis sociais de gênero e das desigualdades decorrentes deles. Procuramos, no entanto, estar atentos à necessidade de produzir esse estranhamento sem nos colocar no lugar de estranhos, de quem está fora. Este efeito é também um produto da nossa posição de disponibilidade de acolher e pensar juntos a construção de uma demanda sem a urgência de resolver um problema.

Seguindo a orientação de desenvolver ações globais para a prevenção e o enfrentamento à situação de violência de gênero, o Centro de Referência de Mulheres da Maré, além de oferecer o atendimento psicológico, social e jurídico, promove, também, oficinas sociais para as mulheres.

Tais oficinas têm como objetivos:

1. Fornecer instrumentos de resgate da autoestima feminina, criando formas para que as mulheres tornem-se agentes de sua própria transformação.
2. Potencializar o reconhecimento dos direitos da mulher e do exercício da cidadania.
3. Viabilizar o aprendizado técnico que possibilite a independência financeira das mulheres que participam das oficinas.

Esses objetivos estão inseridos nas temáticas dos direitos humanos e do enfrentamento à violência contra a mulher.

Em 2010, foram realizadas sete oficinas: Culinária de Festas, Culinária Natural, Biscuit, Guirlanda, Arranjos Florais, Fuxico e Artesanato. Parte dessas oficinas surgiram de ideias da equipe de profissionais e parte surgiu como demanda das usuárias do Centro. Ao todo, 147 mulheres participaram das oficinas, mas, tendo em vista que elas tinham a opção de fazer diversas oficinas, o número de mulheres participantes foi 73.

As oficinas aconteceram de março a dezembro, uma vez por semana cada uma, com a duração de três horas. A maior parte do material utilizado para as atividades teve como fonte de financiamento a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Ainda assim, recentemente, as próprias alunas das oficinas têm obtido tecidos, linhas e agulhas em confecções dentro da própria Maré, sem custo.

As oficinas são acompanhadas por uma técnica, que, a partir das conversas entre as mulheres durante as aulas, busca promover reflexões sobre Direitos Humanos, educação não-sexista, violência de gênero, violência urbana, entre outros temas importantes para o efetivo exercício da cidadania. Para tanto, partimos de conversas informais que têm

lugar nessas oficinas, de modo a promover reflexões, problematizações e estranhamentos que formem novos sentidos. Trata-se de trabalho desafiador, especialmente levando-se em conta o fato de que nossa formação é tradicionalmente mais voltada para atendimento individual que para a intervenção em espaço de grupo.

Aqui, é importante destacar o potencial do trabalho em grupo. Barros (1997) coloca em análise o grupo como dispositivo clínico. Por meio da historicidade das práticas grupais no tempo e de diversas linhas teóricas, o grupo como instrumento de intervenção sai do lugar de solucionador em si dos impasses gerados pela clínica individual nas décadas de 1960/70, e não cai no lugar de método ultrapassado que lhe foi oferecido a partir dos anos 1990.

A valorização atual de espaços individualizados, a necessidade de tratar maior número de pessoas de forma barata, atendendo mais gente em menos tempo, a aplicação num grupo de técnicas individuais, o uso indiscriminado de técnicas grupais, entre outros perigos, alertam-nos para a contribuição de práticas grupais.

O grupo não é uma figura de anulação de singularidades, mas de alargamento e diferenciação delas, de modo a ampliar os repertórios de ação e subjetivação que permitem ressignificar e criar novos modos de ser e perceber. Na qualidade de sociabilidade estabelecida sobre um plano indiferenciado⁸, um grupo possibilita em seus componentes certo descompromisso com a existência atual, a partir do momento em que promove o estabelecimento de laços de afeto que deslocam os indivíduos para as margens de sua própria existência.

Isso ganha importância porque falar sobre as próprias vivências de violência é constrangedor, dada a sacralização ainda presente do espaço doméstico. Dentro do grupo, as reflexões sobre os temas mencionados podem surgir livremente, permeadas por trocas baseadas tanto em opiniões objetivas como em vivências subjetivas.

Com esse entendimento sobre o que caracteriza um trabalho de grupo, temos orientado o trabalho de nossas oficinas sociais e percebemos que muitas delas têm se constituído como grupos. Essa configuração coletiva propicia o diálogo e a troca de experiências entre as mulheres que participam das aulas. Nota-se que cada turma vivencia

⁸ Indiferenciação na qual cada indivíduo não se diferencia do outro, ou não se acha discriminado do outro, e na qual não existe discriminação estabelecida entre eu e não-eu (BLEGER, 2007).

um processo de formação grupal de forma diferenciada. No entanto, pode-se observar, em cada um desses espaços, a construção de redes de solidariedade que permanecem além do espaço do presente serviço. Considerando o isolamento social como barreira significativa para o rompimento das situações de violência, a construção de redes de apoio serve como instrumento essencial de fortalecimento das mulheres no processo de superação da violência.

A inserção dos estagiários de Psicologia, Serviço Social e Direito acontece também nas oficinas sociais. Para ampliar o processo de formação dos estagiários e a aproximação destes com o tema da divisão sexual dos papéis sociais, das desigualdades de gênero e da violência contra a mulher, os estagiários participam das turmas de oficinas, contribuindo para as discussões que surgem durante as aulas.

As aulas são ministradas poricineiras que podem ser estagiárias de determinada área de interesse para o Centro, ou profissionais de culinária, artes e afins, ou ainda ex-alunas das oficinas sociais que possuem notável saber em determinada habilidade.

A constituição das ex-alunas comoicineiras é uma experiência recente, que possibilitou a construção do grupo de formação dasicineiras. Assim, além da capacitação em Direitos Humanos e violência de gênero oferecida para os profissionais eicineiras que ingressam no CRMM, o grupo de formação dasicineiras funciona como um grupo de supervisão contínua. Este é um espaço de reflexão sobre os temas discutidos nas aulas e o processo de ensino-aprendizagem das alunas e das própriasicineiras.

Com os grupos das oficinas, são realizadas atividades culturais, tais como idas a museus, centros culturais, espetáculos de dança, entre outras. Ao abrir o caminho para a apropriação dos espaços culturais e públicos da cidade, estamos contribuindo para o acesso à cultura das mulheres e para o fortalecimento de sua cidadania.

As reflexões sobre Direitos Humanos, Cidadania, Divisão sexual dos papéis sociais, violência de gênero, violência urbana, educação não-sexista, relacionamentos familiares, relacionamentos conjugais e outros temas afetos ao cotidiano das mulheres, bem como as trocas de experiências entre as mulheres e a ampliação do acesso à cultura funcionam como formas de prevenção da violência de gênero.

É importante destacar a existência de fluxo contínuo entre as oficinas sociais e o atendimento psicossocial e jurídico no CRMM. Assim, ao mesmo tempo que as oficinas exercem a função de porta de entrada para o atendimento individual, em muitas situações a equipe técnica encaminha a mulher do atendimento interdisciplinar para uma das turmas de oficina social que ela tenha interesse. Dessa forma, o enfrentamento à violência de gênero acontece de forma integrada, tendo como base tanto os atendimentos como as oficinas, em um projeto unificado de enfrentamento à violência de gênero. Essa integração será exemplificada adiante por meio de uma situação vivida no Centro.

Nesse sentido, o CRMM é amplamente reconhecido como um projeto de extensão que atende todas as mulheres em suas demandas diversas, oferecendo espaço de criação e produção que se materializa no projeto das oficinas sociais.

Tendo em vista essa orientação e a demanda das mulheres para a continuação da produção de artigos e de alimentos aprendidos nas oficinas sociais de 2010, o resultado mais concreto das oficinas sociais foi a criação das oficinas de produção.

O projeto das oficinas de produção tem como intuito a construção coletiva de um grupo de mulheres, ex-alunas de oficinas sociais, que busca a ampliação do caráter empreendedor das oficinas sociais, possibilitando, assim, a inserção destas mulheres no mercado de trabalho.

Iniciaram-se, portanto, as oficinas de produção de culinária e de artesanato. Em reuniões conjuntas, foram designadas duas técnicas para o acompanhamento das oficinas de produção e foram estabelecidos critérios básicos para a formação do grupo, como por exemplo, a obrigatoriedade de ter participado anteriormente de uma oficina social para a inserção no grupo de produção.

Os encontros do grupo de produção são semanais, podendo aumentar a frequência de acordo com as necessidades da produção. Cada grupo conta com a participação de quatro a sete mulheres, além da técnica de referência. As mulheres que participam da oficina de produção, em sua maioria, já dominam a técnica do trabalho a ser realizado, por isso, o foco dessa oficina está em – além da continuação das reflexões sobre os temas importantes para o exercício efetivo da cidadania, como direitos humanos, violência e direitos sociais – também direcionar as discussões

sobre economia solidária, cooperativas, lucro e assuntos ligados ao movimento empreendedor e à inserção no mercado, dentro dos preceitos dos trabalhos grupais abordados anteriormente.

Assim, as oficinas de produção buscam dar suporte para o movimento inicial das mulheres de associação para a geração de renda com base nos conhecimentos técnicos aprendidos nas oficinas sociais, para que elas alcancem, posteriormente, a formação de um grupo independente, garantindo sua autossustentabilidade no mercado.

As oficinas de produção fortalecem o protagonismo das mulheres por terem acolhido seu desejo e seu movimento no sentido de estruturar um grupo de geração de renda. Também respeitam os passos graduais que as mulheres dão na construção desse empreendimento, valorizando o tempo e o ritmo do grupo.

Elas também contribuem para o rompimento da situação da violência por possibilitar a geração de renda e conseqüente independência financeira. Esses fatores não apenas propiciam a autonomia da mulher de forma objetiva como também permitem que ela se veja como sujeito em seu processo, e não subordinada ao poder de outra pessoa.

Com o propósito de ilustrar a importância das oficinas para a emancipação das mulheres em situação de violência, apresentaremos a situação de uma usuária do Centro que frequenta os diversos espaços da instituição.

Joana⁹ foi acolhida no atendimento pelo encaminhamento de uma oficina social do CRMM. Sua demanda era a preocupação com a subsistência de sua neta de quatro anos. Essa encomenda, inicialmente dirigida ao Serviço Social, teve como encaminhamento o Centro de Referência de Assistência Social (Cras Nelson Mandela) para cadastramento no Programa Social Bolsa Família. Em menos de uma semana, a usuária começou a chorar durante outra oficina social, sendo convidada, novamente, para escuta mais particularizada. Durante o atendimento queixou-se de insônia, falta de dinheiro e relacionamentos familiares nos quais se sente ignorada, especialmente por seu filho.

Joana sofre violência patrimonial por parte de seu filho, que mantém o controle do dinheiro da casa. Quando vivia com seu esposo, trabalhava em casa de família e entregava os vencimentos para o conjugue administrar. Há seis anos, com o falecimento deste,

9 Nome fictício.

sua inabilidade em lidar com dinheiro serviu de mote para que o filho assumisse as funções de gerir as economias da casa, advindas exclusivamente de sua pensão por viuvez.

A usuária passou a ser acompanhada com sazonalidade irregular: ora suas colegas de oficina insistiam para que ela buscasse atendimento, ora tomava a iniciativa de solicitar acompanhamento psicossocial, mas nessas horas "perdia a vontade de falar e queria ir para casa ficar sozinha". Foi trabalhada a possibilidade de agendamento de retorno para o estabelecimento de cuidado mais próximo e frequente (um atendimento por semana). Naquele período a usuária faltava de uma a duas vezes por mês, alegando esquecimento.

Joana ficava muito tempo em casa, embora não tivesse relacionamento amigável com sua enteada, seu filho e sua nora, que coabitam seu lar. A equipe que acompanhava o caso tinha a impressão de que o "atendimento não andava" e que a usuária "esquecia" menos frequentemente de comparecer às oficinas, por ela frequentadas três vezes por semana com regularidade.

Cada atendimento parecia desarticulado em relação aos demais, e a proliferação de assuntos em curto espaço de tempo dificultava que cada um fosse trabalhado. A comunicação entre Joana e as profissionais que a atendiam não se azeitava. Os incômodos que a usuária tinha em casa e a dificuldade de se cuidar, marcada pela morte do marido, se atualizaram nos atendimentos. A usuária começou a frequentar cada vez mais oficinas sociais para sair de casa e verbalizou que não estava gostando do atendimento individual, apesar de parecer gostar de ser ouvida.

Após aproximadamente seis meses desde o primeiro atendimento com a atual equipe de acompanhamento, Joana decidiu fazer parte da oficina de produção de culinária. A produção de culinária tem processo produtivo distribuído, ou seja, cada um dos componentes do grupo depende do ritmo de produção dos demais.

Progressivamente, Joana vem mudando sua postura, passando a se colocar mais em termos do que gosta (ou não) de fazer, tanto nos espaços de oficina quanto nos atendimentos individuais. Nesse mesmo movimento de emancipação, Joana voltou a estudar, começou a namorar e retornou ao trabalho de empregada doméstica.

Joana saiu deste trabalho após um mês, porque não concordou com o valor oferecido, o qual passou a julgar baixo por conta do volume de

serviços realizados e por não aceitar submeter-se a situações de abuso de poder por parte de seus patrões pelas quais estava passando, como palavras obscenas e gestos de masturbação.

Após o recebimento do dinheiro, em vez de entregá-lo todo ao filho, fez planos e guardou parte da quantia recebida. Parte desses planos incluiu a compra de roupas, desodorante, tinta para cabelo e outros objetos que remetem a um cuidado de si como mulher.

O caso de Joana é interessante para pensar num projeto de cuidado ampliado, no qual oficinas e atendimentos individuais são partes complementares e indissociáveis. Se, por um lado, como vimos anteriormente, a oficina trouxe a usuária para o espaço dos atendimentos, por outro, os atendimentos também servem para trabalhar os acontecimentos que têm lugar nas oficinas, tais como as dificuldades de realizar as atividades e as sensações de menos-valia e baixa autoestima que também fizeram parte das vivências de Joana nesse espaço.

Os impactos das oficinas do CRMM-CR são variados. Podemos destacar entre eles a divulgação na comunidade do próprio Centro, que conta desde então com procura crescente para atendimentos e, mais especificamente, para atendimentos relativos a violência doméstica, prevenção de novas situações de violência (essa de difícil mensuração) por meio das reflexões vividas no espaço da oficina, construção de uma rede sólida entre as usuárias das oficinas, processo de emancipação observado nos movimentos de busca autônoma por novos materiais para as oficinas e na iniciativa de formar um grupo de produção e, por fim, mudança subjetiva de muitas usuárias em relação à própria vivência de violência.

O enfrentamento da violência de gênero é um processo que se dá em diferentes espaços. A articulação dos movimentos feministas e de órgãos internacionais promoveu avanços que resultaram em políticas públicas no território mundial e no brasileiro. Os Centros de Referência fazem parte dos planos traçados por essas políticas e preveem atendimentos e articulação de serviços como forma de enfrentamento.

As práticas apresentadas aqui, com foco nas oficinas sociais, são fruto não apenas da possibilidade de realização de atividades como essa em um Centro de Referência. Para além de terem acontecido nesse local, expressam e apresentam a luta cotidiana na promoção da cidadania feminina, dos direitos humanos das mulheres e do complexo processo de

emancipação da situação de violência vivida por mulheres no Brasil, com o envolvimento e a participação de psicólogas e estagiários de Psicologia contribuindo com seus olhares específicos para a questão. Os resultados e impactos dessa prática são espelho das possibilidades que acarreta e, sendo assim, espera-se que outras instituições, comunidades e grupos de pessoas possam também se apropriar dela, em esforço conjunto para o fortalecimento da autonomia feminina.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S.S. (Org). *Violência de Gênero e Políticas Públicas*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2007. p. 23-42.

BARROS, B. B. Dispositivos em ação: o grupo. In: LANCETTI, A. (Org.) *Saúdeloucura 6 – Subjetividade*. São Paulo: Hucitec, 1997.

BLEGER, J. O grupo como instituição e o grupo nas instituições. In: *Temas de Psicologia – entrevista e grupos*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BRASIL. *II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília: Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008.

BRASIL. *Norma Técnica de Uniformização: Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência*. Brasília: Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006.

BRASIL. *Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres*. Brasília, 2007.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Gênero e Patriarcado: a necessidade da violência. In: CASTILLO-MARTÍN, Márcia e OLIVEIRA, Suely de (Orgs.). *Marcadas a Ferro: violência contra a mulher, uma visão multidisciplinar*. Brasília: SEPM, 2005, pp. 35-76.

MEXENDO NO VESPEIRO

Simone Francisca de Oliveira¹⁰

Experiência realizada no "Espaço Bem-Me-Quero" - Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência de Contagem/MG¹¹

Fabiola: eu tenho uma sequência de desculpas e no final das contas eu nem sei o que eu fiz mais. (...) E aí gente e agora?

Camila: e agora está tudo bom, que coisa chata. (Risos)

Fabiola: ele parou de beber, financeiramente eu estou ótima, estou até viajando. Aí tá tudo bem. (Camila ri)

Simone: aí está tudo bem

Fabiola: está tudo bem entre aspas. Aí que começa a confusão; eu vou mexer em uma coisa que está aparentemente arrumada.

Camila: você vai mexer no vespeiro. Vai mexer na colmeia. (Trecho de uma sessão do Grupo apresentado nessa experiência retirado de OLIVEIRA, 2010, p. 129)

Atividades realizadas: psicóloga, no Espaço Bem-Me-Quero – Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência de Contagem/MG, responsável pelos atendimentos individuais psicossociais iniciais e pelo atendimento psicológico individual e em grupo operativo das mulheres sobreviventes¹² à violência de gênero.

¹⁰ Psicóloga do "Espaço Bem-Me-Quero" - Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência de Contagem/MG

¹¹ Rua José Carlos Camargos, 218 – Centro-Contagem – Minas Gerais CEP: 32040-600. Telefone: (31)335-2757 E-mail: cepom@contagem.mg.gov.br

¹² Adoto neste texto e na minha prática a noção de sobrevivente, apresentada por Almeida (1998), em contraposição à de vítima, por entender que "ela confere uma dimensão mais afirmativa a categorias subalternizadas, indicando não se tratar de uma categoria passiva, mas inscrita em condições de vida e em relações de força altamente desfavoráveis" (ALMEIDA, 1998, p.10). Para essa autora, no contexto da violência doméstica, sobrevivente designa o sujeito que foi capaz de reunir forças para lutar contra intensas e multidimensionais condições de opressão, expressas, diretamente, mediante relações de gênero processadas em contextos familiares (em sua dimensão crônica) e, indiretamente, por meio de constrangimentos e limites institucionais, gerados e impostos a partir de um campo de forças determinado (em sua dimensão extensiva) (ALMEIDA, 1998, p. (10).

Supervisora institucional dos estágios curriculares e extracurriculares em Psicologia, em convênio com a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG) e com a Faculdade FEAD de Belo Horizonte/MG.

Objetivo: apresentar alternativa de atendimento psicológico que possibilitasse a construção de um espaço de participação coletiva e democrática, mediante a teoria e técnica do Grupo Operativo, para as mulheres sobreviventes à violência de gênero atendidas no Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência "Espaço Bem-Me-Quero".

Temáticas centrais da experiência:

a) psicólogos e psicólogas atuando em instituições privadas, governamentais ou não governamentais, em suas diversas áreas de atuação;

b) atividades que contribuam para a desconstrução do preconceito e da discriminação nas relações de gênero, instituídos e cristalizados na sociedade brasileira, incidindo sobre suas bases sociohistóricas e culturais;

c) a atuação do psicólogo com profissionais, famílias, educadores e demais pessoas ligadas ao atendimento de mulheres, ou à formação para tal atendimento, tanto na prevenção de situações de vulnerabilidade social quanto na promoção de ações afirmativas pela cidadania plena das mulheres;

d) experiências de enfrentamento da violência de gênero;

e) ações relacionadas à construção de espaços democráticos de acesso contínuo às políticas públicas ou à formulação de novas políticas públicas, resultando na produção de novas reflexões, ações e saberes sobre o tema.

Problema abordado pela experiência: A busca de alternativas para o atendimento psicológico das mulheres atendidas no Espaço Bem-Me-Quero que agregasse ao aspecto terapêutico a possibilidade de discussões sobre a violência de gênero como um fenômeno social, seu processo de enfrentamento pelas vias públicas, além de práticas que priorizassem a participação social e favoreceu a busca por intervenções guiadas por contribuições da Psicologia Social. Outro foco do trabalho

foi oferecer um espaço terapêutico para as sobreviventes à violência de gênero, no qual elas pudessem se expressar sobre seus ciclos de violência e construir estratégias para seu enfrentamento. Interessava possibilitar que essa discussão fosse realizada coletivamente, potencializando a acolhida, a aprendizagem, a crítica e as possíveis mudanças na situação da violência, da mulher na sociedade e dos caminhos percorridos para quebrar os ciclos de violência. A teoria e técnica do Grupo Operativo foram ao encontro dessa busca por possibilitar, por meio de negociações e trocas comunicacionais, diferenciadoras e reforçadoras do processo grupal operativo, atingir a dinamicidade e a legitimação da agência dessas mulheres vistas como sujeitos responsáveis pelas mudanças em suas pautas comportamentais/discursivas e pela defesa de seus direitos e de uma vida sem violência.

Um pouco de mim (para compreender um pouco da experiência)

Durante a graduação, participei como bolsista de iniciação científica, da equipe de pesquisa coordenada pela Professora Doutora Sandra Azerêdo nos projetos *O significado da violência de gênero: comparação e contraste entre perspectivas de homens e mulheres que participam das cenas de violência* (1999/2000) e *A Representação social da violência de gênero e a emergência de demandas sociais entre mulheres* (2000/2001). Além disso, realizei o estágio curricular coordenado pela Prof^a Sandra Azerêdo na Delegacia de Mulheres de Belo Horizonte durante um ano. Com essas experiências, entrei em contato com a teoria feminista, com as sobreviventes à violência de gênero e com um conceito que marcaria meu olhar e minha prática para sempre: gênero - apresentado por Joan Scott (1991) como uma categoria útil para análise e como uma "encrenca" por Judith Butler (2003). Entre a leitura didática da primeira autora e o susto nos primeiros atendimentos no estágio até o conhecimento da escrita subversiva de Butler (2003, 2007) a escrita da minha dissertação e o trabalho no Espaço Bem-Me-Quero se passaram doze anos, nos quais me debruço respeitosamente sobre esse conceito e sobre a realidade dessas mulheres que sobrevivem à violência de gênero.

Devido a essa trajetória, fui convidada a integrar a equipe do Espaço Bem-Me-Quero - Centro de Referência de Atendimento à

Mulher em Situação de Violência de Contagem/MG (inaugurado em 08 de março de 2007), que procurava entre os servidores da Prefeitura de Contagem profissionais com interesse em trabalhar na iniciante política de enfrentamento à violência contra a mulher na cidade. Eu trabalhava no Centro de Testagem e Aconselhamento/CTA do Programa Municipal de DST/AIDS da Prefeitura de Contagem desde 2005 e, apesar da oportunidade de aprender muito sobre a vulnerabilidade social das mulheres e sobre o processo de feminização da AIDS nesse setor, aceitei imediatamente o convite de ir trabalhar no Espaço, a princípio, com plantões (setembro/2007 a março/2007) e definitivamente a partir de março de 2008. Desde essa época, sou a única psicóloga do Espaço. Coincidentemente, em novembro de 2007, participei do processo seletivo para o curso de pós-graduação (Mestrado) da Universidade Federal de Minas Gerais, com um projeto de pesquisa sobre a utilização do grupo operativo com mulheres em situação de violência. Fui aprovada e tive a alegria de ser orientada pelo Professor Doutor Adriano Roberto Afonso do Nascimento e novamente pela Professora Doutora Sandra Maria da Mata Azerêdo.

Um pouco da nossa história

Assim, em pleno processo de transferência de setor, com uma demanda reprimida de mulheres para atendimento psicológico (março de 2007 a março de 2008), aliado ao meu interesse em construir uma proposta de atendimento psicológico que apostasse na discussão do enfrentamento à violência de gênero pautado pelo enfoque grupal, ocorreu o primeiro encontro do nosso grupo com uma adaptação forçada de tema e um convite de improviso. Enfim, como uma agradável surpresa...

O primeiro encontro (que não era encontro) aconteceu em um evento para as comemorações do 'Mês de Março' de 2008, acordado pelo Espaço Bem-Me-Quero com o Programa Municipal de DST/AIDS da Prefeitura de Contagem/PMC (onde eu trabalhara anteriormente). Foi sugerido que se realizasse uma oficina sobre sexualidade, focalizando a prevenção às DST/AIDS, com mulheres atendidas pelo Espaço Bem-Me-Quero. A dinâmica desse encontro foi construída e desenvolvida por mim e por Sâmia Grasinoli Alves (psicóloga do Programa). Apresentamos como tarefa a construção, em grupo, de cartazes sobre a sexualidade

feminina, utilizando palavras chaves apresentadas por nós (como tesão, AIDS, amor, sexo, carinho, entre outras) e de recortes de revistas. As mulheres rapidamente começaram a produzir, mas qual não foi a surpresa quando começaram a falar. Elas falaram da violência vivida em casa, dos sonhos de amor romântico não correspondido, da descrença e da desilusão com o casamento e também da vontade e da esperança de que seus casamentos seguissem os caminhos sonhados anteriormente; sutilmente falaram de sexo e nada sobre as DST/AIDS. Assim, nossa proposta foi desconstruída e reconstruída por elas.

As palavras sugeridas foram utilizadas para falar do que era emergencial; uma vida onde a violência disputava espaço com os sonhos de um casamento feliz. Quando a primeira mulher falou: "Sexo, tem tanto tempo que eu não faço isto... Nem lembro..." Sâmia me cutucou e falou "Não tinha nada a ver realmente a gente vir falar disto, temos que ouvir o que elas querem [falar]..." E aí deixamos fluir e foi muito produtivo e emocionante.

Ao final do encontro, percebendo a animação e o entrosamento entre as mulheres, eu decidi aproveitar aquele momento para propor um grupo semanal no Espaço Bem-Me-Quero, para que pudéssemos continuar discutindo as questões iniciadas naquele encontro. Elas concordaram com a ideia imediatamente. Ao lado da disputa entre a violência e o amor, havia a necessidade de se falar sobre tal situação e de ser ouvida e acolhida. Assim começou o nosso Grupo, no dia 10 de março de 2008, com o sim de onze mulheres.

Desde essa época nos encontramos semanalmente, por um período entre uma hora e meia e duas horas, totalizando, até o dia 30 de maio de 2011, 130 encontros com uma média de seis mulheres em cada sessão. Já foram atendidas nesse grupo aproximadamente 150 mulheres. Todos os grupos são coordenados por mim com a presença de uma ou duas estagiárias, fazendo o papel de observadoras¹³. A tarefa proposta para

13 A equipe de coordenação de um Grupo Operativo é composta pelo coordenador e por um observador. A existência do observador é um diferencial dessa proposta de coordenação grupal. Sua função é basicamente se ocupar da observação silenciosa e da anotação de todo material expresso de forma verbal e não verbal pelo grupo, em todos os diferentes momentos grupais. Sua presença funciona como uma tela de projeção, por sua característica silenciosa. Pode também ser utilizado pelo coordenador em momentos limites onde a comunicação estereotipada e dilemática ameaçam o grupo. O material coletado pelo observador sobre cada sessão auxilia a equipe de coordenação a conseguir maior compreensão do grupo entre as sessões (PICHON-RIVIÈRE, 1994; BAREMBLIT, 1994).

o grupo foi a elaboração coletiva de estratégias de enfrentamento à violência de gênero. Esse é o fio condutor de todas as sessões e, a partir dele, temas como a maternidade, a relação afetiva entre as participantes e seus companheiros e familiares, a situação da mulher na sociedade, o machismo, bem como a atuação das outras organizações da Rede de Enfrentamento à Violência (Delegacia de Mulheres, Defensoria pública, Polícia Militar, entre outras) são apresentados de forma recorrente pelas mulheres. Consideramos isso um sinal da pertinência¹⁴ do grupo para com a tarefa e os temas utilizados, como ferramentas para facilitar a realização da tarefa.

Todas as mulheres que participam do grupo são, primeiramente, atendidas pela equipe técnica¹⁵ (sempre que possível conjuntamente pelas duas técnicas) do Espaço Bem-Me-Quero, em uma entrevista psicossocial de acolhida e encaminhamento. Nessas entrevistas, quando a mulher demonstra interesse e/ou a equipe percebe a necessidade de um acompanhamento psicológico, é feito seu encaminhamento para o atendimento psicológico realizado por mim e/ou por estagiárias.

O convite para o Grupo ocorre no primeiro atendimento psicológico ou mesmo na primeira entrevista psicossocial. Sempre é oferecida às mulheres a oportunidade de escolha entre a continuidade do atendimento psicológico individual ou pela proposta em grupo. Nesse momento eu apresento a dinâmica, o horário e o objetivo do Grupo de partilha de experiência e de construção coletiva de estratégias para o enfrentamento da violência. Deixo claro que é um momento de trocas onde, por mais que a situação de uma participante seja aparentemente sem saída e

14 Enrique Pichon-Rivière apresentou vetores para auxiliar na avaliação da dinamicidade de um grupo operativo. Entre eles, a pertinência que se refere à relação dos membros do grupo com a tarefa, ser pertinente em um grupo diz da coerência com a tarefa grupal. Ela é possibilitada pela pré-existência de outros três vetores: filiação, pertença e cooperação. A filiação a um grupo se dá pelo coeficiente de vinculação de um membro a um grupo, sendo o primeiro momento onde o sujeito aceita pertencer a determinado grupo. A pertença é o assumir a tarefa do grupo como sua com todas as consequências dessa escolha. Na dinâmica grupal, ela pode ser medida em relação à presença no grupo, à pontualidade e às intervenções. A cooperação de um grupo diz da relação de cada membro para com os outros, objetivando a execução da tarefa. Em todos esses vetores o Grupo a que se refere esta experiência foi avaliado positivamente (PICHON-RIVIÈRE, 1994; OLIVEIRA, 2010).

15 A equipe técnica do Espaço Bem-Me-Quero é composta, atualmente, por uma advogada e por mim. Contamos também com estagiárias de psicologia da FEAD/MG que realizam estágio curricular de três horas semanais. À época do início do grupo, em 2008, contávamos com uma assistente social que não participa mais da equipe e que ainda não foi substituída.

ela se mostre fragilizada, ainda assim, pode contribuir com as outras participantes. É interessante frisar a apresentação desse momento como um convite diferenciado de um simples encaminhamento, pois faço questão de assegurar que, caso ela não se adapte à dinâmica, poderá receber o atendimento psicológico individual comigo.

O enquadre desse grupo desde o início foi aberto e de livre participação, ou seja, sem obrigatoriedade de presença ou com número de sessões pré-determinado definido. Com isto pretendo valorizar a escolha da mulher em participar dessa proposta de atendimento. Até o momento, nenhuma mulher que compareceu ao Grupo escolheu retornar ao atendimento individual. Assim, todas as mulheres que permanecem no Grupo o fazem por opção e pelo aceite da proposta. Apenas não é realizado o convite para o Grupo nos casos de incompatibilidade de horários por causa de trabalho, escola de filhos ou casos psiquiátricos graves.

Como uma grande vitória desse Grupo, nunca foi marcada uma sessão em que não comparecesse nenhuma mulher. A única exceção foi quando meu pai faleceu (04/2010) e não foi possível avisá-las antecipadamente. Algumas das mulheres que compareceram, após receber a notícia, foram para uma praça próxima ao Espaço e ficaram conversando por um bom tempo, indo depois ao centro comercial da cidade juntas. As mulheres que tomaram tal iniciativa são algumas das que participam a mais tempo do Grupo. O enquadre aberto do Grupo permite que em uma sessão possam se encontrar participantes que estão no Grupo há mais tempo com as que estão nas primeiras sessões. Na dinâmica grupal, a experiência das participantes mais antigas é apresentada por elas e por mim às novatas, como exemplos de mulheres que estavam nitidamente percebendo mudanças em si e em seus ciclos de violência, apesar das muitas dificuldades financeiras, familiares, institucionais, jurídicas, afetivas e emocionais. As participantes mais frequentes ou com mais tempo no Grupo relatam o processo de mudanças que estão vivendo, como consequência direta da participação no Grupo.

Desde as primeiras sessões do Grupo, quando eu estava no início da pós-graduação e ainda não estava coletando os dados, informava constantemente às participantes que, além de psicóloga do Espaço Bem-Me-Quero, eu estudava na UFMG e que minha pesquisa era sobre como a participação naquele Grupo as auxiliava no enfrentamento à violência.

Ainda hoje, sempre que tenho a oportunidade de apresentar a proposta do Grupo em seminários, compartilho com as mulheres a receptividade da proposta e divido com elas a responsabilidade e a vitória por estarmos escrevendo essa nova história para o enfrentamento à violência na cidade de Contagem. Quando decidi começar a gravar as sessões para poder avaliar meu trabalho de coordenadora, além de registrar a história do Grupo, também não houve nenhuma objeção. Em nenhum momento houve vergonha, crítica, dúvida ou negação de participar do Grupo ao saberem desse, no mínimo, duplo vínculo do Grupo.

Um dos diferenciais favorecidos com a participação no Grupo é um acompanhamento mais próximo e constante de toda a trajetória dessas mulheres pela equipe técnica do Espaço Bem-Me-Quero, ocorrendo, se necessário, novos encaminhamentos e intervenções. Quando uma participante relata dificuldades ou dúvidas, por exemplo, sobre seus processos de separação, ela é imediatamente encaminhada para atendimento pela advogada do "Espaço". Além disso, quando ocorrem relatos de casos de violência institucional por parte de outras organizações, após encaminhamentos feitos pela nossa equipe técnica o caso é avaliado com a gerência, para as providências e os encaminhamentos necessários. Assim, esse Grupo não é fechado em si mesmo, ele é ponte de diálogo dentro e fora da instituição.

Outro aspecto interessante na trajetória das participantes do Grupo é a possibilidade de participação em eventos e cursos externos. Algumas mulheres do Grupo realizaram cursos profissionalizantes por meio de convênio firmado entre a Coordenadoria Especial de Políticas para as Mulheres de Contagem (Prefeitura Municipal de Contagem) e a Secretaria de Desenvolvimento Social (Prefeitura Municipal de Contagem). Outras participantes, devido às peculiaridades de suas histórias, já deram entrevistas para rádio e televisão¹⁶ e uma delas aceitou participar como único sujeito de uma pesquisa de graduação sobre história de vida de mulheres em situação de violência. É importante ressaltar que qualquer proposta ou convite ao Grupo ou às participantes só é posto em prática se elas concordarem. Em dezembro de 2008, por exemplo, o Grupo foi convidado a participar de um evento do Programa Municipal de DST/AIDS em comemoração ao dia 1º de dezembro – Dia Mundial de Luta

16 Rede Record Minas.

contra a AIDS. A data, porém, coincidiu com o dia de sessão grupal e elas preferiram não participar, para não ficar uma semana sem se encontrarem. Em dezembro de 2009, por sua vez, o convite foi feito novamente e o evento não coincidiu com o dia da sessão. Dessa vez, quatro mulheres compareceram como representantes do Grupo. Da mesma forma, uma das participantes que já tinha dado entrevista para uma revista foi novamente convidada pela gerência do Espaço Bem-Me-Quero para nova entrevista. A princípio ela concordou, mas depois ligou desmarcando, o que foi acatado sem questionamentos. Em conversa posterior ela me disse como fez bem a ela dizer não naquele momento, pois na verdade ela não queria expor sua história novamente e "ter que ler que a história de sua vida era aquilo". Dessa forma, sempre é respeitado o direito ao sigilo e à privacidade das participantes do grupo.

Um evento marcante na nossa história ocorreu em março de 2009, quando o Grupo foi, pela primeira vez, convidado para o tradicional Café da manhã com a Prefeita, em comemoração ao dia 8 de março, Dia Internacional das Mulheres. Para tal ocasião, como há muito desejado por elas, foram confeccionadas pela Coordenadoria Especial de Políticas para Mulheres (CEPOM/PMC) camisas especiais (ANEXO 01) para esse dia. Antes disto, elas sempre se remetiam ao desejo de ter esta marca do Grupo. Elas pensaram até em pagar pela confecção das camisas, mas, como é um serviço oferecido pela Prefeitura, a sua publicidade tem que ser aprovada pela equipe de Comunicação Social da Prefeitura. Na camisa confeccionada ficou escrito *Grupo de Mulheres*, com as logomarcas da Prefeitura logo abaixo.

O Grupo ainda não tem um nome, mas pode-se dizer que já tem uma localização política e histórica na cidade e na instituição. Nesse evento político de grande porte, compareceram como representantes do Espaço Bem-Me-Quero e do Grupo 12 mulheres. Uma delas, inclusive, entregou uma carta nas mãos da Prefeita agradecendo o atendimento recebido no Grupo e no Espaço e falando do seu desejo de conseguir um emprego. Em novembro de 2009, como mais uma forma de compartilhar informações sobre o enfrentamento à violência de gênero, o Grupo foi convidado para participar do IV Seminário da Rede de Enfrentamento à Violência, realizado em Contagem. Quatro mulheres se inscreveram e tiveram a oportunidade de se inteirar da discussão realizada por outros atores sociais e outras instituições sobre o enfrentamento da violência.

Para além desses eventos externos, também são marcantes as sessões de fechamento de semestre, para as quais são convidadas todas as mulheres que frequentaram o Grupo durante o semestre. Essa é uma forma de revê-las, obter notícias e reafirmar o convite inicial para participarem do Grupo. É um momento festivo e de reflexão onde, geralmente, fazemos uma avaliação do andamento do Grupo e delas nesse processo; tiramos fotos e são utilizados meios alternativos como mensagens e slides para auxiliar as discussões. Nos encontros de final de ano de 2008, 2009 e 2010 foi realizado um amigo oculto, por sugestão das participantes, para o qual nos organizamos de forma a que todas trouxessem de casa um brinde e um lanche para ser compartilhado. Considero a possibilidade de reencontrar as outras participantes e de (re)pensar a trajetória grupal e individual do último semestre importante para a história do Grupo e das participantes nesse processo, reafirmando a responsabilidade delas com a proposta e nossa com as trajetórias de cada uma.

Continuando a história, em 10 de março de 2010, foi comemorado o segundo aniversário do Grupo, com a participação de 22 mulheres. O evento foi incluído na programação oficial do mês de março da prefeitura de Contagem. Novamente fomos convidadas a comparecer ao Café da Manhã com a Prefeita no dia 12 de março de 2010, onde, dessa vez, o Grupo foi formalmente apresentado para a Prefeita como um conjunto de mulheres organizado e atuante do Espaço Bem-Me-Quero. Compreendo esses momentos como passos para a visibilidade e a legitimidade política e institucional da proposta do Grupo, da trajetória de suas participantes. Vale também destacar a seleção de duas participantes para o Projeto *Mulheres da Paz*, iniciativa do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) do Governo Federal com a Prefeitura Municipal de Contagem, por meio do qual elas realizaram um curso de formação de 150 horas que as capacitou a discutir, em suas comunidades, o enfrentamento à violência. É muito importante dizer que por ocasião desses eventos externos e internos são feitos contatos telefônicos convidando todas as mulheres que já participaram do Grupo a participar, como uma forma de reafirmar o vínculo delas com o Grupo.

Por fim, a partir do contato iniciado por mim com a Voglia Produções Ltda, para a solicitação de uma cópia do filme *Dias e noites*, para ser

exibido ao Grupo, e posterior leitura dos produtores sobre a proposta do Grupo e os relatos de mudanças nas trajetórias de suas participantes, foi realizado um convite para o Grupo participar da gravação do documentário *Silêncio das inocentes*¹⁷. Duas histórias foram escolhidas pela produção do filme entre as apresentadas por mim. A gravação com as duas participantes do Grupo relatando suas trajetórias ocorreu no dia 27 de abril de 2010, e foi um momento muito emocionante para elas e toda a equipe do Espaço Bem-Me-Quero.

No final de 2010, Roza, uma estudante do curso de Teatro da Universidade Federal, entrou em contato comigo desejando conhecer o Grupo e o trabalho oferecido por mim no Espaço. Ela estava em processo de pesquisa para a escrita de seu trabalho final de graduação, uma peça de teatro com histórias de superação de mulheres. Ela visitou o grupo algumas vezes e foi muito bem recebida pelas participantes. Além disso, ela agendou entrevistas individuais com algumas mulheres que concordaram em que suas histórias fossem utilizadas na escrita da peça. Roza se tornou uma amiga do nosso Grupo, sempre participando dos eventos festivos com enquetes elaboradas a partir de falas retiradas de minha dissertação, ou seja, do Grupo. É sempre muito emocionante ouvi-la representando o Grupo. Nesses momentos ela exprime a força e a emoção das palavras que podem se perder ou se tornar frias em uma folha de papel. No final deste ano já temos o compromisso de ir prestigiar a encenação dessa peça em um teatro de Belo Horizonte.

Outra experiência exitosa vivenciada com Grupo é o estágio de alunas de psicologia como observadoras. Por meio desse trabalho, elas podem entrar em contato com essa teoria e técnica de atendimento psicológico e vivenciar conosco o processo de mudança e aprendizagem das participantes. No amigo oculto do Grupo de 2010, uma das estagiárias que nos acompanhou disse ao final muito emocionada que o que ela tinha aprendido naquele dia era muito mais do que os cinco anos na faculdade. Foi muito emocionante para todas nós. Outra estagiária escreveu poemas lindos para o Grupo, o Espaço e as mulheres do Espaço. Apesar de ela só ter realizado atendimentos individuais mediante a supervisão da leitura da dissertação, ela entrou em contato com a

17 Disponível em: <http://www.cinemadobrasil.org.br/produzora.php?id_produzora=90>. Acesso em: 31 maio de 2011.

proposta e sempre é tocante ver como em poucos meses ela assimilou, com tanta coerência e carinho, o trabalho. Estar com essas alunas é uma experiência de crescimento e partilha não só teórica, mas de vida. Para a nossa felicidade, é sempre assim: todas que se aproximam de alguma forma de nossa proposta se sensibilizam e levam a causa consigo. É como se eu voltasse aos meus primeiros anos de estágio em 1999 e pudesse continuar aprendendo com elas.

Na nossa festa de três anos (e de quatro anos do Espaço), em março de 2011, foi realizado um Lual, e pudemos contar com a presença de muitas de nossas participantes das estagiárias deste semestre, mas também de Daniele, que fez questão de vir pessoalmente declamar suas poesias e de Roza, que nos presenteou com mais uma enquete. Elas são oficialmente parte do Grupo, o que muito nos alegra.

Desta forma, as mulheres participantes do Grupo são um ponto de referência para a instituição, pois, diferentemente de outras mulheres que não retornam para atendimentos agendados, estas mantêm um contato muito próximo com o Espaço. Algumas o chamam de "minha casa", e a gerente recentemente se referiu a elas como "a alegria do Espaço". Em qualquer evento externo elas são sempre lembradas, recebendo prontamente os convites. Estes são indícios de como estar filiada ao Grupo as posiciona de forma diferenciada na apropriação da proposta da instituição, da própria Rede de Enfrentamento e de suas trajetórias de sobreviventes à violência de gênero.

Esse é um pouco da nossa história até agora, que continua sendo escrita a cada semana com a presença e o aceite de cada nova mulher. Até o momento passaram pelo Grupo, aproximadamente, 140 mulheres. Algumas apenas uma vez, outras inúmeras, mas todas são consideradas efetivamente parte dessa experiência. Consideramos que todas essas mulheres sobreviventes à violência de gênero foram beneficiadas pela experiência do Grupo.

No início, eu esperava oferecer um atendimento psicológico diferenciado mediante a teoria e técnica do Grupo Operativo, por entender que o enfrentamento à violência de gênero como uma tarefa a ser realizada em grupo potencializaria os processos de mudança nos ciclos de enfrentamento iniciados pelas mulheres. Esperava dinamizar os atendimentos e atender o máximo de mulheres. Sabia do potencial dessa

técnica pela minha experiência na equipe de estágio e pesquisa da Prof^a Dr^a Sandra Azerêdo¹⁸ que também a utiliza, mas o decorrer da experiência me surpreendeu. O impacto causado nas vidas dessas mulheres, pela participação no Grupo e a aceitação da proposta no Espaço e em todos os locais em que a apresentava, foi além do planejado inicialmente.

Um fator que me auxiliou no desenvolvimento da experiência foi a escrita da minha dissertação¹⁹, que teve como objetivo geral investigar o processo de enfrentamento à violência de gênero em um Grupo Operativo com mulheres sobreviventes à violência de gênero e como objeto de estudo o nosso Grupo de Psicologia, sendo para isso analisadas quatro sessões realizadas entre julho e agosto de 2009. Novamente as participantes acolheram a proposta com carinho e me acompanharam em todo o processo, inclusive, com a presença de algumas no dia da minha defesa. Mesmo sem objetivar a avaliação da experiência, o exercício de me debruçar sobre a teoria e as sessões durante a escrita da dissertação permitiu que eu chegasse a resultados que legitimaram a proposta, demonstraram as mudanças nos ciclos de violência das participantes do Grupo e contribuíram para a discussão do enfrentamento à violência de gênero²⁰.

Com todo esse percurso concluímos que, para além da população-alvo diretamente beneficiada, a experiência do Grupo apresentado, em sua curta história, produziu mudanças na proposta de atendimento da organização ao qual está vinculado e da própria Rede de Enfrentamento à Violência, por se tornar lugar de legitimação das trajetórias de suas participantes. Para além, a experiência de participação no Grupo gera impactos nos ciclos de enfrentamento à violência²¹ de suas participantes,

18 Para relato dessas experiências, sugerimos o livro e os artigos de Sandra Maria da Mata Azerêdo, apresentados nas referências deste trabalho.

19 Oliveira, 2010.

20 A partir deste ponto nos apropriaremos de algumas considerações e conclusões apresentadas na minha dissertação "'Mexendo no Vespereiro': legitimando os ciclos de violência através do grupo operativo", orientada pela Prof. Dr. Adriano Roberto Afonso do Nascimento e co-orientada pela Prof^a Dr^a Sandra Maria da Mata Azerêdo. Meus sinceros agradecimentos a eles por me orientarem com maestria e carinho.

21 Ciclo de enfrentamento à violência: trajetória da sobrevivente à violência de gênero que se inicia com a decisão de divulgar a violência para organizações ou terceiros à relação violenta. Tal decisão pode ser ou não legitimada, levando a um processo cíclico que pode gerar a deslegitimação de todo o processo de enfrentamento iniciado pela mulher, caso sejam suas estratégias de enfrentamento à violência deslegitimadas. O processo inverso de legitimação ocorre quando a mulher é legitimada ao adotar estratégias de enfrentamento (OLIVEIRA, 2010).

ao legitimizar todo o processo de negociação e elaboração de estratégias e ao apoiá-las na execução dessas estratégias. O processo ativo de trocas e negociações de sentidos da violência, do papel da mulher e dos homens, da violência e do papel da sociedade em seu enfrentamento possibilita que elas exerçam os direitos de questionar, exigir mudanças e criticar a realidade social, como questionamento das normas sociais que delimitam lugares e posicionamentos de homens e mulheres e realimentam preconceitos e violência. Esse ciclo virtuoso de trocas, baseado em uma comunicação criativa, produtora e dialética, leva-as a transformar as relações de gênero em suas relações sociais, afetivas e familiares, expandindo a discussão para outros espaços de suas vidas.

Para além, ocorre a apropriação crítica por parte das participantes das propostas de organizações da Rede de Enfrentamento à Violência de Contagem/MG e da própria legislação pertinente à problemática. O Grupo é visto como um local diferenciado, como um mecanismo que, mediante sua dinâmica, possibilita às mulheres e a desindividuação da violência de gênero, bem como o questionamento dos mecanismos institucionais de seu enfrentamento. Vale se perguntar em qual outra instância poderia a mulher trazer à tona as dificuldades enfrentadas em suas trajetórias de sobreviventes à violência de gênero. Onde elas poderiam tornar públicas suas reclamações sobre o atendimento oferecido pela Polícia Militar/Civil, o Espaço Bem-Me-Quero e outras instituições como as do Poder Judiciário?

Os relatos de avanços ou retrocessos compartilhados durante a participação no Grupo permitem que seja realizada uma avaliação coletiva das estratégias e de suas consequências. A percepção de que estratégias adotadas estão dando início a um processo de mudança na relação violenta é valorizada pelas participantes do Grupo e pela coordenação. Geralmente observa-se que os relatos de adaptação ativa se referem à adoção de estratégias que as auxiliam a atuar sobre os pontos percebidos como mais difíceis de superar durante o ciclo de enfrentamento. As dificuldades apresentadas se referem aos aspectos familiares, sentimentais, afetivos, financeiros, sociais e relativos ao próprio companheiro. A oportunidade de avaliar, com outras mulheres na mesma situação, as suas decisões e estratégias é um dos impactos diferenciadores possibilitados pela dinâmica grupal. Observamos que

isso potencializa o processo de tomada de decisões das mulheres, auxilia nos momentos de deslegitimação do processo, enriquece o processo de construção de outras estratégias, incentiva outras participantes a tomar ou manter decisões e estratégias e legitima o ciclo de enfrentamento.

A dinâmica de um Grupo Operativo incita à criatividade no pensar com o abandono de estereótipos no fazer e no criar. Compreendemos que as participantes, na verdade, deverão decidir sozinhas se e como encerrarão seus ciclos de violência, mas podendo utilizar-se do aprendizado no Grupo para tal propósito. O aspecto criativo definidor da metodologia do Grupo Operativo reafirma a proposta de elaboração e utilização de estratégias variadas como forma de enfrentar a violência e o lugar de destaque da participação no Grupo, como uma estratégia de extravasamento que as apoia neste processo de (re)criar e (re)avaliar suas trajetórias. Assim, no Grupo a tarefa é realizada a partir do processo de negociação das estratégias, permitindo que o conjunto adquira legitimidade e eficiência para as participantes.

Nesse Grupo, o processo de enfrentamento à violência se guia pelo respeito ao direito da mulher de decidir sobre como agir, marcando essa experiência como legitimadora das trajetórias individuais. A negociação para elaboração de estratégias no Grupo tem como espelho as opiniões das outras participantes e da coordenação, mas se guia primeiramente pelo respeito ao processo de cada participante. O respeito aos papéis desempenhados e ao processo de cada participante é o guia que cria uma tela favorável à mudança. Aprender a negociar, a pensar, a construir estratégias coletivamente, a ter opiniões e confrontá-las e a respeitar as decisões do outro são tarefas de quem se encontra em um Grupo que se pretende Operativo. Acredito, por isso, que a aprendizagem possibilitada pelo tipo de comunicação adotada em um grupo operativo auxilia as participantes em suas trajetórias de sobreviventes à violência de gênero. Além disso, o fato de a dinâmica do grupo se guiar pela imagem de uma espiral permite que se compreenda que, nas idas e vindas do processo, as resistências e as estereótipos estão sendo alteradas ou destruídas, legitimando as trajetórias e (des)naturalizando as críticas às dificuldades nesse processo. Da mesma forma, o percurso de negociação, apresentação e avaliação coletiva das estratégias permite que o Grupo se configure como operativo e atinja seu objetivo último de produzir mudanças em suas participantes e na sociedade.

Estou ciente de que esse processo de intervenção, coerente com a proposta a que se filia, é contínuo tanto na vida das participantes como na proposta de Enfrentamento à Violência a partir de uma Rede de instituições. O desafio lançado pelas sobreviventes participantes do Grupo tanto às instituições como ao próprio Grupo vai ao encontro de experiências que se baseiem na legitimação do trabalho das instituições entre si e, principalmente, na legitimação de suas trajetórias por toda a Rede, conforme suas decisões e de acordo com as especificidades de seus casos. Entretanto, o desafio proposto a elas, a partir da participação no Grupo, é que a legitimação dos mecanismos e das estratégias se sustente em seus posicionamentos como sobreviventes ao ciclo de violência e ao ciclo de enfrentamento à violência. Considero a relevância dessa experiência como uma base para novos estudos sobre a utilização dessa prática grupal com sobreviventes à violência de gênero e, também, como uma contribuição para discussões que permitam investigar a utilização dessa técnica grupal como esquema terapêutico. Assim, a minha aposta é no diferencial legitimador do atendimento com a proposta do Grupo Operativo (que pode ser replicado com qualquer outra população alvo de violência), aliado à discussão sobre as normas que sustentam a violência de gênero em nossa sociedade.

Por fim, considero que os aspectos que apontam para a participação no Grupo como local diferenciado seriam o acolhimento, por parte da equipe de coordenação e das participantes, das várias estratégias adotadas para o enfrentamento à violência e das denúncias sobre os processos deslegitimadores que guiam a ação ou a omissão de agentes das instituições da Rede de Enfrentamento e de outros interlocutores(as) da sociedade. Acredito que é possível colocar em prática as estratégias elaboradas de modo respeitoso, criativo e colaborador, apostando na aprendizagem do novo fazer e do novo pensar. Não negamos a dificuldade de levar esse tipo de discurso para o campo da prática institucional/pública/política, mas também não o consideramos utópico, pois assim estaríamos reiterando justamente o que procuramos desconstruir. A ternura no convite, a alegria na acolhida e a reiteração do desejo de mudança são aspectos legitimadores e potencializadores das mudanças, de caráter simples, mas aparentemente não encontrados tal procedimento em outras instituições ou com outros interlocutores(as).

Essa experiência é realizada em uma organização²² que faz parte da Rede do Estado de Minas Gerais de Enfrentamento à Violência contra a Mulher do Estado de Minas Gerais, composta pelas seguintes instituições: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres da Presidência da República (apoio); Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social/MG-Sedese (apoio); Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para Mulheres do Estado de Minas Gerais; Conselho Estadual da Mulher/MG-CEM; Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais; Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos da Mulher do Ministério Público de Minas Gerais; Delegacias Especializadas de Crimes contra a Mulher de Belo Horizonte e Contagem; Consórcio Regional de Promoção da Cidadania "Mulheres das Gerais"; Coordenadoria Especial de Políticas para Mulheres de Contagem (Cepom); Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para Mulheres (Cepam); Coordenadoria Municipal dos Direitos da Mulher de Belo Horizonte e de Lagoa Santa (Comdim); Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência de Contagem-Espaço Bem-Me-Quero; Bemvinda-Centro de Apoio à Mulher de Belo Horizonte; Centro Risoleta Neves de Atendimento (-Cerna) Conselho Estadual da Mulher de Minas Gerais; Instituto Albam; Superintendência de Políticas Públicas para Mulheres de Sabará; Secretaria Municipal de Ação Social da Prefeitura Municipal de Nova Lima; Casa Abrigo Sempre Viva e Polícia Militar de Minas Gerais.

Concluindo

Ao receber o e-mail informativo do CFP e ficar sabendo da campanha desenvolvida "Psicologia: profissão de muitas e diferentes mulheres" e do prêmio profissional *Democracia e cidadania*, resolvi enviar fotos minhas e também me inscrever no prêmio, pois desejava de alguma forma deixar registrada essa experiência que venho vivenciando nos últimos três anos. Queria compartilhar essas histórias que se entrelaçaram de uma forma que não se faz possível (ou necessário) saber o que levou a quê ou quem possibilitou o quê para quem. Elas foram escritas em um processo cheio de desafios, idas e vindas, lágrimas, risos, derrotas, vitórias, surpresas e descobertas.

²² Agradeço a gerência desta coordenação e a toda a equipe por permitirem que eu coloque em prática esta experiência.

Neste texto está presente a história do Grupo; a história de cada sobrevivente que aceitou dele participar e a minha. Todo o processo de escrita e estudo que envolve a sua execução tem como objetivo contribuir não só para a discussão acadêmica sobre a violência de gênero, mas para as sobreviventes à violência que cotidianamente buscam solucionar esse problema em suas vidas. Não imaginava quais seriam os desdobramentos da proposta para o atendimento em Grupo no Espaço. Se cada novo convite era guiado por uma aposta na possibilidade de mudança no ciclo de violência de cada sobrevivente e pela reafirmação da proposta de atendimento em Grupo como dinâmica privilegiada, a cada final de sessão seguiam-se momentos de incerteza sobre a continuidade das participações na próxima sessão e, mais importante, da pertença de cada uma das participantes naquele Grupo.

Percebo agora que esse processo de reafirmação e de legitimação não se dirigia apenas ao Grupo, mas à trajetória de cada sobrevivente e a minha, como profissional, pesquisadora e mulher. As mudanças comemoradas e os retrocessos apresentados com tristeza por cada participante se unem a avanços e retrocessos das horas de estudo e escrita que sempre confidencio a elas. A cada semestre finalizado comemoro que a proposta do Grupo se consolida institucionalmente, mas muito mais do que isso comemoro as mudanças visíveis nessas mulheres e em suas trajetórias. Para além dessas histórias contadas no Grupo, devo meu reconhecimento à possibilidade de escuta de outras tantas histórias de sobreviventes (que atendi individualmente ou ouvi de terceiros) que, devido às peculiaridades, pressões e opressões de suas trajetórias, não participaram do Grupo. Em especial, à memória de Maria Islaine de Moraes e de Eloá Cristina Pimentel, que tiveram seus assassinatos transmitidos em cadeia nacional, colocando em xeque as políticas públicas de enfrentamento à violência e a atuação de suas instituições.

Ser ao mesmo tempo mulher, profissional de uma instituição pública da Rede de Enfrentamento e pesquisadora feminista poderia dificultar minha trajetória, mas prefiro me posicionar não negando essa rede de identificações em que me situo, apossando-me disso como um diferenciador que legitima a mim e ao meu trabalho.

Por fim, ressalto que se essa proposta de atendimento em Grupo delimita-se como diferenciada daquela indicada em outros momentos nas trajetórias

dessas sobreviventes, a própria manutenção da dinâmica grupal só é possível pela aposta e pela pertença dessas sobreviventes. Assim, sustento que o grande trunfo da técnica do Grupo Operativo está, justamente, nesse movimento dialético em que cada membro do Grupo, mediante trocas comunicacionais, aprende a aprender, a pensar e a mudar, ao mesmo tempo em que ensina ao Grupo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Suely Souza de. Femicídio: algemas (in) visíveis do público-privado. Rio de Janeiro: Revinter, 1998.

AZERÊDO, Sandra Maria da Mata. O significado da violência de gênero e a questão da demanda na Delegacia de mulheres de Belo Horizonte. Caderno de Debates Plural, Belo Horizonte: FUMEC, n. 15, p 81-106, 2001.

_____. Deslocamentos da identidade: teorizando a violência na Delegacia de Mulheres. In: RIAL, Carmen; TONELI, Maria Juraci. (Org.). Genealogias do silêncio: feminismo e gênero. Florianópolis: Editora Mulheres, p. 117-130, 2004.

_____. Preconceito contra a "mulher": diferença, poemas e corpos. São Paulo: Cortez, 2007. 120 p. (Preconceitos, 1).

BAREMBLITT, Gregório (Org.). Grupos teoria e técnica, 3. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1994, 219 p.

BUTLER, Judith P. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003. 236p.

BUTLER, Judith. "Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do 'sexo'". Tradução: Tomás Tadeu da Silva. In: LOURO, Guacira. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999[1993]. p. 151-172.

OLIVEIRA, Simone Francisca de. 'Mexendo no vespeiro': legitimação dos ciclos de violência de gênero através do grupo operativo. 2010. 219f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais.

PICHON-RIVIÉRE, Enrique. O Processo Grupal. São Paulo: Martins Fontes, 1994. p. 181.\

SCOTT, Joan Wallace. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Nº. 14 Recife: S.O.S Corpo, 1991.



MENÇÕES HONROSAS

Prêmio Profissional
Democracia e Cidadania
Plena das Mulheres.



SANTA TERESA: O TOQUE DE NOSSAS MÃOS

Andréa Moreira Chagas

*Não imagine que precise ser triste para ser militante,
mesmo que a coisa que combatemos seja abominável*

Michel Foucault

Fui convidada para trabalhar com o grupo Toque de Mão, em função dos conflitos de relacionamento intragrupal decorrentes de um entrave na relação com a organização que criara e mantinha o grupo. Outro motivo para o convite foi o fato de que o contrato com o patrocinador finalizaria em seis meses, contados a partir daquele mês em que eu entrara no trabalho. Uma situação que acabou não se efetivando, o trabalho com o grupo de mulheres teve a duração de dois anos e meio.

Quando cheguei, o grupo Toque de Mão já tinha dois anos de existência e produzia trabalhos diferenciados de bordado e costura, que se destacam pela criatividade, assim como realizava prestação de serviços sob encomenda para estilistas e lojas, fazendo dessa atividade sua fonte de renda. Entre os trabalhos desenvolvidos, elas fazem uma releitura de pintores brasileiros, como Cândido Portinari, Tarsila do Amaral e Di Cavalcanti na confecção de bolsas e almofadas.

O trabalho que me foi solicitado era de mediação de conflitos. Era essa a expectativa da organização em relação a minha prática. Quando foram informadas sobre a contratação de uma psicóloga, as mulheres também manifestaram essa expectativa. Conforme nossa intervenção foi se desdobrando em encontros semanais, criamos desvios e fomos descobrindo a singularidade desse grupo.

Quando comecei o trabalho com as mulheres, já havia amadurecido em mim um olhar diferenciado em relação à população negra. Embora trabalhasse há muitos anos com essa população, ainda não havia desenvolvido um trabalho que nomeasse como uma intervenção em "saúde da população negra".

Durante as reuniões, a organização pontuava que se tratava de um grupo de mulheres e eu deveria pensar a valorização do grupo considerando essa natureza. Nesses momentos, afirmava novamente que

era na qualidade de mulheres e com o que traziam com sua pele, seu corpo, seu cabelo, que elas tinham certo tipo de vivências específicas que se evidenciam quando desciam as escadarias de Santa Teresa e entravam nas Lojas Americanas, no centro, relatando que eram perseguidas por seguranças. Essa não é uma vivência de todas as mulheres pobres, mas uma vivência, infelizmente, comum para a mulher negra. Quanto a esse fato, que era uma experiência relatada por elas, tornava-se difícil construir argumentos de que discordassem.

O trabalho com o Toque de Mão foi construído, portanto, com o entendimento de que a interseccionalidade²³ dos fatores racismo, gênero, território, classe, entre outros, são elementos que dificultam ou impedem a construção de redes sociais constituídas por relações interpessoais e intergrupais respeitáveis e igualitárias. Minha proposta de intervenção foi construída também com base na compreensão de que

23 Interseccionalidade. Trata-se de um conceito que afirma a coexistência de diferentes fatores (vulnerabilidades, violências, discriminações), também chamados de eixos de subordinação, que acontecem de modo simultâneo na vida das pessoas. Desse modo, é um conceito que ajuda a compreender a complexidade da situação de indivíduos e grupos, como também a desenhar soluções mais adequadas. A interseccionalidade corresponde ao encontro (intersecção) dos diferentes fatores na vida de cada mulher ou grupo de mulheres. Desde a perspectiva da interseccionalidade, é possível pesquisar e visibilizar a existência ou não de desvantagens produzidas pela sociedade desigual sobre as pessoas. No caso das mulheres negras, essas desvantagens podem ser resultantes das discriminações de raça/ser negra; de gênero/ser do sexo feminino; de classe social/ser pobre, de moradia/residir em favelas ou em áreas rurais afastadas; de idade/ser jovem ou idosa. E podem somar-se à orientação sexual/ser lésbica; à presença de deficiência ou não, e muito mais.

Um aspecto que a interseccionalidade permite destacar é a impossibilidade de, na elaboração e gestão de políticas para a equidade, isolamento ou privilégio de qualquer uma das características atuantes na vida de indivíduos e grupos, seja raça, gênero, classe social, seja qualquer outro. O isolamento prejudica a percepção da complexidade, das correlações e das potencializações entre eles. O que, apesar de permitir a simplificação de diagnósticos e ações, termina não apenas excluindo pessoas e grupos, como, principalmente, favorecendo, no interior desses grupos, aqueles em posição de privilégio. A utilização da perspectiva da interseccionalidade permite compreender e enfrentar de forma mais precisa a articulação entre as questões de gênero e raça, uma vez que estes não se desenvolvem de modo isolado nem afastam outros fatores passíveis de produzir desigualdade e injustiça da vida cotidiana das pessoas. E mais, a presença concomitante de outros fatores potencializa os efeitos de ambos, bem como oferece as condições necessárias para que outras violações de direitos ou de criação de privilégios e desigualdades se instalem.

Assim, ações, políticas e programas voltados para as mulheres negras devem necessariamente considerar a necessidade de enfrentar não apenas o racismo e o sexismo, como também as iniquidades decorrentes da pobreza, da baixa escolaridade, das condições precárias de saúde, da distância dos grandes centros e das dificuldades de acesso a transportes coletivos, das diferenças culturais, das diferentes orientações sexuais e da lesbofobia, das necessidades específicas de cada pessoa e demais fatores que interagem na vida dessas mulheres específicas. Considerando sua capacidade de produzir e aprofundar vulnerabilidades ou de fornecer elementos que lhes permitam o confronto cotidiano com as desvantagens vividas e a produção de estratégias de reafirmação de sua condição de agentes de resistência e mudança social.

o cuidado, o acolhimento, a geração de renda, a inserção e a valorização de gênero, de estrato social e de território são promotores de saúde e transformadores dessas situações inaceitáveis.

Embora metodologicamente o grupo não fosse construído como um espaço de psicoterapia, eu acreditava no efeito terapêutico do grupo. Compreendendo, como Lancetti (1993, p.167),

Perdida toda esperança de reencontrar a entidade grupo, de verificar estruturas psíquicas ocultas e de traduzir o que é exprimido, o coordenador de grupos coloca-se em contato com a superfície expressiva que não quer dizer, diz. A grupalidade não é a manifestação de uma qualidade única. O devir grupal, múltiplo e temporal, ou o que entendemos como grupalidade vai conjugando expressões diversas e produzindo uma superfície [...]

A vivência no grupo favorecia a elaboração de questões que não encontram outros espaços em nossa sociedade para ter visibilidade e assim ser acolhidas e cuidadas. As mulheres que participam deste grupo tiveram experiências diretas com diferentes formas de violência (racial, doméstica, institucional, situações relacionadas ao narcotráfico, ação policial, entre outras). O espaço do grupo foi iniciado quando uma das mulheres teve o filho de 16 anos assassinado por policiais. Esse espaço foi inaugurado por uma liderança comunitária com a intenção de distraí-la. Temia-se que ela não saísse do estado de depressão em que se encontrava. Com o tempo, ela mesma começou a convidar as vizinhas para se juntarem nesse encontro. O grupo começou no final de 2006 e comecei a trabalhar no início de 2008.

Nossos encontros passaram a acontecer uma vez por semana. Naqueles momentos, buscávamos privilegiar os pontos identificados como dificultadores para o avanço do trabalho do grupo. Havia, ainda, espaço para a discussão do cotidiano, do dia a dia, da vida pessoal, sendo também espaço de intervenção, que buscava refletir sobre os diferentes atravessamentos políticos e sociais que envolviam o cotidiano das componentes do grupo.

O serviço de Psicologia, utilizando os conceitos de Winnicott, Deleuze e Guattari, compreende o grupo como um "espaço potencial" (WINNICOTT, 1975) que busca intervir positivamente no processo de subjetivação (GUATTARI; ROLNIK, 2005) das mulheres que fazem parte desse trabalho,

compreendendo as especificidades de suas vivências como mulheres negras, moradoras de comunidades populares.

O material produzido é atravessado por expectativas além das objetivamente compreendidas. Tem função subjetiva, como se representasse um "espelho" positivo de si mesmas, de sua criatividade e potencialidade, o que contribui para a construção de nova e positiva relação de pertencimento social.

O produto criado é valorizado socialmente pela qualidade estética que apresenta, tornando-se marcador identitário positivo, elemento que facilita a reestruturação das experiências pessoais das mulheres do grupo, afetadas pelos diversos dispositivos sociais da produção de subjetividades negras.

Além das demandas do grupo, eu trazia questões que entendia significativas e favorecedoras da compreensão do contexto social e político em que elas estavam inseridas. Lembro de uma reunião um dia após o governador Sérgio Cabral declarar no Jornal Nacional que as mulheres pobres de comunidade eram "fábricas de marginais" e que "a polícia deveria andar nos morros da cidade como anda na Vieira Souto"²⁴. Quanto a esse último ponto, concordaríamos com o governador, caso a polícia entrasse nas comunidades, com respeito ao cidadão, como ocorre na zona sul da cidade.

Perguntei se elas haviam visto esse jornal e o que achavam, já que o governador estava falando sobre mulheres pobres, seus filhos, comunidades e bandidos fazendo uma perigosa relação entre violência e pobreza, que temos tanto trabalho e empenho em diferenciar. A conversa rendeu muitas colocações e elas começaram a praticar o questionamento sobre o que era informado pela televisão e pelos jornais e que afetava diretamente suas vidas.

Em todo o tempo de trabalho foram diferentes os exercícios de buscar contextualizar o meio ambiente em que estavam inseridas. Pudemos perceber em diferentes momentos como algumas informações ficam incorporadas como verdades. Muitas delas acreditavam que o fato de estarem numa situação de pobreza ou de violência doméstica indica que elas querem isso e que para mudar é preciso somente uma declaração de vontade. Não estamos tentados a desvalorizar o potencial do desejo ou do esforço. Acreditamos na mudança, sendo essa a forma de construir nossa

24 Vieira Souto é uma rua que fica na orla de Ipanema, bairro da Zonal Sul do Rio de Janeiro.

prática. Porém, não podemos desvalorizar a importância de condições mínimas para que mudanças sejam efetivadas e principalmente para que as pessoas acreditem ser possível transformar.

No primeiro ano de trabalho, em nossa avaliação, tornava-se mais evidente como as mulheres começavam a mudar o olhar sobre si mesmas, o que era percebido em suas falas quando se referiam positivamente a seus traços, às roupas que gostavam de usar, ao cabelo trançado e percebiam que começava a valer a pena e a ser positivo ser negro.

Com o tempo de trabalho e também com minha entrada no mestrado, a organização não mais discutia que se tratava de um grupo de mulheres negras. Com toda certeza, a boa relação que eu tinha com a coordenação da instituição permitia que as questões políticas sobre a população negra fossem trabalhadas com o grupo com total autonomia.

No início de 2010, apresentei o trabalho no 1º Seminário Internacional de Saúde da População Negra, em Salvador, sobre o Toque de Mão. Discuti com a organização a importância de uma das integrantes do grupo me acompanhar naquele espaço. Um dos mantenedores concordou, e uma das integrantes do grupo foi comigo. Considerei essa possibilidade muito positiva principalmente por dois aspectos: o primeiro é o de que a organização em que o projeto se desenvolve não é voltada para a questão racial, era um esforço profissional meu inserir a autorização para a viagem, cuja concessão significava que o trabalho estava ecoando. O segundo é o de que nenhuma das mulheres havia saído do estado e, assim, seria uma experiência interessante para elas a possibilidade de viajar para outro estado, e de avião, onde estaria sendo apresentado um trabalho em que era também protagonista.

Uma integrante do grupo foi sorteada e partimos para Salvador. Por não haver acomodação no mesmo voo, fui primeiro e esperei por ela no aeroporto em Salvador. Marina se mostrou emocionada desde a chegada no aeroporto. Ela dizia estar "agradecida à vida" pelo acontecimento. A seguir, apresento algumas falas dela durante a viagem e no seminário, a que ela também assistiu, que ajudam a traduzir sua experiência:

Eu até fiz trança para vir para cá, para ficar mais de acordo e mais bonita para o seminário.

Quando olha o banner:

Nossa, Andréa! É trabalho mesmo! Que bonito! Nós temos tanto carinho que às vezes nem entendemos que é trabalho. Acho que tem gente que não entende que é trabalho não. Tô até emocionada, as outras tem que ver isso, falando da gente, mostrando a gente, para esse povo todo, acho que vou chorar...

Após ouvir a segunda fala do seminário:

Tô ouvindo aqui o que estão falando e estou pensando como é importante se informar né? A gente pode falar melhor, se relacionar melhor com as pessoas, é muito importante isso.

Tô com sede de conhecimento. Tô aqui aumentando o meu currículo.

Estou boba com esses profissionais, as pessoas aqui com esses cabelos, nunca que eu diria que ela era médica. Médica rastafari! Eu, hein! Mas que beleza ela ser médica e falar tão bem. Até dá orgulho de ser preta também. Mas eu confesso que, se eu não soubesse, eu nunca iria acreditar. (Após ouvir Jurema Werneck, médica e coordenadora da ONG Criola.)

Gente! Que mulher é essa, com esse cabelo todo! Como ela sabe tanto assim? Fala com a alma, toca o coração da gente! Quando encontramos com ela ontem, lá no acarajé, eu não iria acreditar que ela sabia tanto assim. (Após ouvir Vilma Reis.)

A gente não pode ser discriminado, andar por aí, com medo de ser maltratado. (Durante o café, após ouvir as apresentações de Jurema Werneck e Vilma Reis, repetida para as outras participantes e para a coordenadora ao chegar ao grupo.)

Antes da apresentação:

Olha, eu não vou falar, você me apresenta! (Ela me avisou antes, porém se apresentou muito bem, falando dela e do grupo, despertando interesse do responsável pelo Fundo de População das Nações Unidas que veio falar conosco no final.)

Tô saindo mais preta daqui.

Andréa, eu estou com você, hein!

No mês de abril, portanto, uma semana após chegarmos de Salvador, o Rio de Janeiro foi afetado por fortes chuvas, na cidade como um todo, e em Santa Teresa, no Morro dos Prazeres, houve 26 mortos.

Para o encontro do grupo daquela semana, havia planejado falar sobre a viagem a Salvador e fazer um paralelo entre a conquista coletiva do grupo, sobre o prazer que alimenta o sentimento de esperança e o sentimento de dificuldade e até desesperança que por vezes nos atravessa, devido a condições limitadas de viver.

Diante da tragédia vivida pela população, não houve possibilidade de falar sobre isso, já que famílias perderam casas ou tiveram que sair delas devido aos estragos nas edificações. Esse episódio das chuvas afetou a todos do Rio de Janeiro, porém esse grupo vive sempre a questão de maior vulnerabilidade, fica sempre mais suscetível a diferentes tipos de violência, sejam elas provenientes do Estado ou da natureza.

Na época, eram muitas as reportagens falando sobre o ocorrido e várias delas culpabilizavam as vítimas pelas condições de suas moradias. Todas as onze mulheres do grupo foram diretamente afetadas e tiveram suas casas alagadas, tendo algumas perdido crianças próximas e, mesmo assim, começaram a incorporar o discurso da mídia de serem culpadas pelas condições de vida difíceis em que viviam.

Durante o trabalho com o grupo, procurei colocar a importância de estar atentas, não aceitando informações que culpabilizam, simplificando situações atravessadas por inúmeras complexidades. Para que melhor pudesse traduzir o que estava querendo levá-las a pensar, usei a história infantil dos três porquinhos. Perguntei para o grupo se conheciam a história dos porquinhos que estavam em risco e fugindo do lobo mau. Apontei que cada um deles construiu uma casa e que a de madeira era mais frágil e que, por fim, todos fugiram para a casa de alvenaria para ficar mais protegidos. Fomos falando, rindo, buscando dar um tom mais leve, mas sem perder a noção da importância do que estávamos discutindo. A todo o tempo afirmando que ninguém mora em condições que ferem a dignidade humana porque simplesmente assim deseja e não era justo aceitar o lugar de culpa onde o poder público, que seria responsável por proteger a população, estava tentando colocar essas pessoas. Consideramos em conjunto que, em alguns casos, as

pessoas moradoras nessas condições estão tão despontecializadas, sem esperanças, que não veem outro modo de construir suas vidas.

Lembrei, com elas, outras falas comuns em situações de violência, quando por exemplo uma mulher é violentada e há uma referência à roupa que estava usando, na alegação de que deveria ser provocativa, entre outros apelos, lembrei que deveríamos estar atentas para a culpabilização em relação à vítima. Nas diferentes ações do trabalho com o grupo, buscava construir com elas o entendimento de que não há justificativa para a violência, assim como ampliar o entendimento do que é violência. Podemos avaliar essa situação, conforme Lancetti (2009, p. 68):

Além dos próprios fracassos que tem, existem todos os fracassos que o resto da sociedade joga, culpando essas pessoas por tudo que existe de ruim: são culpadas pelos assaltos; são culpadas pelas mortes; são culpadas pelos homicídios e pelo tráfico de drogas; tudo culpa delas! Por que as pessoas têm medo de entrar na favela? Porque parece que lá tem um monte de bicho irracional.

Durante esse desastre ocorrido por causa das chuvas e do descuido do Estado, contaram sobre o caso de duas crianças que morreram, a mãe estava na casa da vizinha, pedindo para que ficasse com as meninas para que ela fosse trabalhar. As crianças estavam sozinhas, aguardando a mãe voltar. Fomos falando sobre essa situação: uma mulher que busca alguém para cuidar de suas filhas para ela ir trabalhar deve ser responsabilizada pela condição de sua moradia? Alguém merece passar por isso, além de perder as duas filhas?

Nessa época, nossos encontros ficaram focados na tragédia que assolou a comunidade. Numa tarde, fui com elas ao Morro dos Prazeres, acompanhar o resgate das vítimas que eram crianças próximas. Na comunidade, encontramos com famílias que perderam suas casas e com outras que não perderam, mas sofriam com vazamentos. Alguns eram tão intensos que teriam que deixar suas casas.

Quando saí da comunidade, não conseguia explicar o que sentia: era uma sensação de solidão diante de tanto a fazer. Quando acordei, no dia seguinte, a sensação de solidão me acompanhou. Era uma solidão de não ter como dividir o que tinha vivido como profissional. Neste trabalho, com tantas experiências de sofrimento, seria importante haver a possibilidade

de cuidar desse sentimento da experiência profissional em grupos ou na equipe em supervisão, mas, na ausência desses espaços, é um viver sozinho. Esse trabalho clínico exige a reinvenção tanto da população como dos profissionais que estão intervindo. A contratransferência acontece com grande intensidade e todos necessitam de campo de escoamento.

Durante toda a semana falei por telefone com as mulheres do grupo. Num desses telefonemas, uma delas solicitou que eu falasse com seu filho, um jovem de 21 anos, que acabara de voltar do enterro da amiga e dizia não ter palavras para dizer o que estava sentindo. Concordei que não existem palavras, mesmo, para dar conta de algumas dores ou emoções. Falamos um pouco e ele agradeceu, dizendo que ajudei muito. Agradeceu mais uma vez, dizendo que eu morava em seu coração e que estava mais aliviado. Como é possível aliviar? Fiquei pensando.

Na visita à comunidade, também encontrei Rosa, que já conhecia, por ter participado de um projeto anterior da mesma organização. Após um longo abraço, contou: "Perdi todos os meus amigos, meus filhos perderam todos os amigos, mas ainda estou viva, e minha casa, só caiu a metade, e irei continuar a viver". Termina dizendo que era uma alegria me encontrar, mesmo naquelas condições, e me oferece um café. Agradeço e disse que naquele momento eu teria de voltar para a organização, mas que eu voltaria para tomar um café.

Naquela situação, ao mesmo tempo que fiquei feliz por representar uma possibilidade de alegria para Rosa, não poderia deixar de me surpreender com sua resiliência e sua generosidade em me oferecer um café. Essas situações, como outras que também foram apresentadas no trabalho, chamam a atenção pelas possibilidades de intervenção do campo clínico.

No mês de setembro de 2010, sem aviso prévio, o convênio que custeava os técnicos do projeto foi encerrado. A postura de seus gestores, a forma como se relacionaram com as pessoas envolvidas no projeto, psicóloga e artesãs, era o oposto do cuidado empreendido no trabalho ao longo dos anos.

Esse fato chama a atenção sobre a responsabilidade das pessoas que fazem contratos com programas sociais, no sentido de zelar para que não reproduzam no trabalho social a prática da violência cotidiana, vivenciada pela população sobre a qual que intervimos e que buscamos transformar.

A situação vivida com esse grupo, na finalização do trabalho, colabora para o entendimento da importância de políticas públicas que garantam a continuidade de práticas no cuidado em saúde da população negra. O trabalho com esse grupo também mostrou a possibilidade de construir "um outro olhar" dessas mulheres sobre elas mesmas e seu meio ambiente. O resultado obtido mostra como é possível criar novos mundos, mesmo estando diante de situações adversas.

Na reunião em que finalizamos o trabalho, avaliamos seu efeito positivo para as mulheres e o rompimento do trabalho. Estávamos todas atravessadas pelo tratamento a que havíamos sido submetidas.

Depois eles não querem que fique essa visão de que ONG é só para arrumar dinheiro. As que dão certo, parabéns. Mas em geral o pessoal sabe que é muito complicado. Tem muita coisa envolvida: diminui imposto, tem de tudo, nem tô falando que é esse o caso. Aqui tem é vaidade mesmo acabar o contrato, porque não saiu o nome no jornal. Isso não existe. Aliás, isso existe né?!

Eu penso que, por ser um projeto social, deveriam saber que ter um psicólogo é muito importante dentro de um grupo. Sempre eles falam que devemos saber como falar, que aqui é um projeto social. Concordo, acho que devemos ter esse exercício, sim. Mas como é que acabam o seu trabalho assim, de um momento para o outro? Será que não pensam nisso? Que aqui é projeto social, lugar para cuidar da gente.

Quando falaram que o convênio iria acabar, a primeira coisa que pensei foi em você. Como ficaria nosso trabalho. Como ficaria você. E seu salário? Eu sei que é difícil, é trabalho né?!

Você, para mim, foi o meu organizador mental, eu tinha muita coisa: febre, irritação na pele, emagrecia, tudo por conta da ansiedade. Você sempre me acolheu com uma calma, que me dava calma. Tirando minhas dúvidas, sem estar me criticando, sem estar me apontando, e isso é muito diferente que falar com mãe, com vizinho, com o amigo. Com você me sinto estando diante de alguém que não está para tirar nada de mim, só me acrescentar, não está querendo em troca.

Através do que eu aprendi aqui no grupo, e que não foi pouco, foi muito, eu já consigo ajudar outras pessoas. Outro dia mesmo uma vizinha, que tem problemas sérios com o marido, eu conversei com ela, mas já sei que não é comigo, ela precisa de um psicólogo, ela precisava de alguma coisa que não é para eu dar, o que posso dar é o que aprendi, então falei com ela: procura um psicólogo. Só que sei que não é simples. É duro as pessoas não terem com quem falar, e não é porque é sozinho, é porque precisa falar de um outro jeito.

Eu aprendi a fazer uma autoanálise de mim mesma, mas quantas vezes foi difícil.

Eu acho que a vida da gente é um grande quebra-cabeça e o psicólogo vem para juntar, outro dia estava pensando que poder é esse que o psicólogo tem que a gente confia a vida e a pessoa compartilha com você. É muita responsabilidade. Não é só porque eu gosto de você, é porque eu sei que você estudou para isso e posso confiar.

Eu nunca fui negra tão feliz. Aqui nesse trabalho ser negro virou uma coisa boa, imagina que coisa boa se olhar no espelho e gostar? Mudar o cabelo e gostar? Isso muda tudo, muda a vida. O que você fala é muito importante, entra no meu íntimo e me dá suporte.

Meu vizinho diz que o que a gente leva da vida é um monte de terra na cara. Para mim, não é assim: o que a gente leva da vida, é a vida que a gente leva.

Eu ouvi ontem e fiquei muito emocionada e vou falar para você, sei que não vamos morrer, mas terminamos de alguma forma. Quando alguém morre, não devemos chorar para não molhar as asas do anjo, para o anjo poder voar e eu quero ver você voando.

Nos morros da vida que você passou vai ter sempre alguém com a raiz da árvore que você plantou. Então as raízes devem estar longas e as nossas também estão aqui.

Nesse encontro, uma mulher do grupo, chegou um pouco atrasada, ela estava usando uma blusa estampada com uma mulher negra com

o cabelo *black power*. De imediato alguém do grupo brincou: "Olha só veio com a minha foto!" Ela responde: "Claro! Estou com a nossa foto! A foto de todas nós, até da Andréa, que é mais clarinha." Falaram alegres e vaidosas sobre isso.

No final do encontro, elas giraram a roda e me fizeram a pergunta: "E você, Andréa, o que acha desse poder de psicólogo?" Respondo relembrando minha entrada no grupo, afirmei a importância de cada uma delas para mim e que não sabia o que estavam chamando de "poder do psicólogo", mas que eu acreditava na possibilidade de criar novos sentidos na vida, de produzir o estranhamento e de abandonar qualquer rótulo, e que o nosso trabalho havia sido realizado pelo poder de todas nós, fazendo-nos crer que era possível construir novos olhares a partir do toque de nossas mãos.

Alguns resultados objetivos conquistados

- O trabalho é realizado por mulheres de faixas etárias diferenciadas, o que permitiu eficaz troca de saberes.
- As integrantes do grupo tornaram-se referências como artesãs em suas comunidades e trabalham como multiplicadoras.
- As integrantes do grupo realizam trabalhos voluntários em outras instituições, ensinando bordado e costura, auxiliando pessoas na busca por um caminho profissional e na mudança da expectativa de vida.
- Houve reingresso escolar e capacitação em instituições, em áreas relacionadas ao trabalho desenvolvido no projeto, como corte e costura e pintura, e também a participação em cursos extracurriculares (como curso de inglês no programa de bolsistas oferecido pela Cultura Inglesa).
- Observa-se mudança da vivência em relação a situações de violência doméstica e conquista de independência financeira.
- Reformas e melhorias nas casas são realizadas com o ganho

do trabalho nas oficinas, gerando conforto para si e para seus familiares.

- 50% das participantes conseguiram comprar máquinas de costura industriais, ampliando a produção e aplicando esses conhecimentos dentro de suas próprias casas.
- Participação no Fashion Rio 2010.

Após dois anos de prática de trabalho no Toque de Mão, podemos observar que foi possível construir um instrumental de intervenção que tem sido importante no favorecimento das relações daquelas mulheres consigo mesmas e com os outros. Conforme relatam, essa prática tem contribuído para a construção de outros posicionamentos dentro do grupo, com seus familiares e na localidade em que vivem. Assim, podemos avaliar positivamente nossa proposta de intervenção como promotora de saúde física e mental no cuidado com a população negra.

CENTRO CULTURAL CARTOLA – ECONOMIA FEMININA NA ARTE DO CARNAVAL

Projeto desenvolvido em 2010. Trabalho realizado na Ong Centro Cultural Cartola – Mangueira²⁵.

Equipe:

Nilcemar Nogueira - Coordenação de projetos especiais do Centro Cultural Cartola

Raphael Homem - Elaboração do projeto enviado para Secretaria especial de políticas para mulheres – SPM

Lilian Rabelo-Carnavalesca e figurinista

Fábio França- coordenador do curso

Sílvio Fernandes - aderecista

Adilson Dias - Professores/oficineiro:teatro

Nívea - corte e costura

Viviane Martins - moda

Janaina Reis - coordenação administrativa

Edna Chernercharo- Psicóloga do curso e professor oficinairo

Glauçiana Souza - Relatora do curso e Professores/
oficineiro: Historia

Introdução

Habitada por gente simples e tão pobre que só tem o sol que a todos cobre, como pode Mangueira cantar...

Sala de Recepção – Cartola

Nas primeiras décadas do século XX, o compositor Cartola descreveu a situação habitacional reservada à população do Morro da Mangueira em sua música Sala de Recepção. Passado quase um século, a música continua atual e podemos pensá-la como instrumento de denúncia, pois sabemos que a falta de acesso às necessidades básicas para sobrevivência em uma cidade grande impedem a possibilidade de ter uma vida digna.

25 CARTOLA – Centro Cultural Cartola – Rua Visconde de Niterói, 1296

Tel.: (21) 32345777 – Rio de Janeiro . E-mail: cartola@cartola.org.br. Sítio eletrônico: <www.cartola.org.br>

A ausência de políticas públicas estruturantes estabelece um sentimento de inferioridade que, pouco a pouco, vai transformando potencial transformador em potencial aniquilador.

Com o propósito de melhorar a qualidade de vida das mulheres moradoras do Morro da Mangueira, o Centro Cultural Cartola, em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres, promoveu o curso Economia Feminina da Arte do Carnaval, baseado na educação para o trabalho.

A grade curricular propiciou uma formação voltada para atuação no mercado do carnaval e reflexões sobre as condições de vida, considerando as relações sociais de gênero, classe e etnia.

O curso reuniu profissionais especializados e atuantes no universo do carnaval, o que permitiu às alunas vivenciar aulas teóricas e práticas e contou também com apoio sociopsicológico. Segue nas próximas páginas o relatório do trabalho desenvolvido.

1. Conteúdos trabalhados no curso

História da Sociedade

No primeiro encontro do curso de História da Sociedade, trabalhamos a apresentação inicial com as seguintes perguntas: nome, o que faz, onde mora e que ano estuda. Após a apresentação de todas as alunas, foi explicada, em linhas gerais, a proposta da disciplina e perguntado se elas gostam de história. A maioria respondeu que não, porque as aulas na escola são chatas.

No segundo momento, as participantes receberam três questões para pensar e discutir em grupos: o que é história, qual a importância de estudá-la e para que serve. Após as discussões em grupos, as alunas leram as respostas em voz alta e a mediadora as escreveu no quadro, são elas: "a história escrita com H é verdadeira e com E é inventada". "História serve para entender fatos do passado". Discutimos então que, ao contrário do que tinham afirmado, todas sabem o que é história.

No terceiro momento, a mediadora entregou a cada participante uma palavra que, depois, comporia um quadro sobre os temas que trabalharíamos ao longo do curso. São as palavras: pensamento, Lei

Áurea, Brasil, Rio de Janeiro, humanidade, sujeito, Mangueira, identidade, escravidão, cultura, poesia, música, ciência, índio, arte e negro.

Para discutir a questão racial no Brasil e a importância da população negra na construção do país, foi exibido o documentário *A voz dos quilombos*²⁶ – que retrata o cotidiano de remanescentes de quilombolas no estado do Rio de Janeiro, bem como suas crenças, manifestações culturais e religiosas. O documentário também fala sobre a dificuldade de pertencer a uma comunidade tradicional.

Após a exibição do documentário, foi feita uma roda de conversa sobre as desigualdades sociorraciais no Brasil e um breve relato sobre a história dos quilombos e sua importância para a luta contra o período escravocrata e a consolidação da abolição.

Com a finalidade de aprofundar o conhecimento sobre as causas do racismo no Brasil, exibimos o documentário *Vista a minha pele*²⁷, que retrata as relações étnico-raciais em uma instituição de ensino em forma de paródia. Mostra a construção do racismo e sua manutenção no universo escolar, ambiente propício para a reflexão e prática na construção de uma sociedade sem preconceito e discriminação.

Foi realizada uma roda de conversa sobre o voto feminino e a importância da participação da mulher na política. Para o acontecimento desse encontro, as alunas fizeram uma pesquisa prévia na internet sobre a história de vida de algumas mulheres que se destacam no cenário político brasileiro.

Para compreender a atual situação do Brasil, foram distribuídas cópias do mapa político do Brasil para as alunas e, na roda de conversa, falamos a respeito da organização dos estados e regiões, de suas peculiaridades e sobre o processo eleitoral no país.

Nesse encontro, trabalhamos a formação social do Brasil a partir da história dos povos indígenas, a chegada dos portugueses com o advento da colonização e a chegada de africanos para trabalhar em regime de escravidão.

26 *A voz dos quilombos* (Parte I – região Médio Paraíba). Direção: Lelette Couto. Brasil, 2009. Documentário idealizado pela equipe da Superintendência da Igualdade Racial da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos. O filme tem por objetivo dar visibilidade aos remanescentes dos quilombos que vivem na região Médio Paraíba, interior do estado do Rio de Janeiro.

27 *Vista a minha pele* é uma divertida paródia da realidade brasileira. Serve de material básico para discussão sobre racismo e preconceito em sala de aula. Direção: Joel Zito Araújo. Produção: Casa de Criação. 2003 (15min).

A partir do texto *A favela, ontem e hoje*²⁸ que explica as possíveis origens da palavra favela, trabalhamos os motivos sociopolíticos e econômicos que causaram a formação de favelas nos grandes centros urbanos e em especial na cidade do Rio de Janeiro.

Psicologia

- Dinâmica de apresentação

Foi realizada a apresentação da psicóloga às alunas em sala de aula. Solicitamos a elas que se apresentassem uma a uma citando nome e expectativa em relação ao que esperavam do curso. Inicialmente, houve uma pequena resistência para realizarem a atividade. Isso se deve ao fato da indagação geral: "para que psicóloga"? Aos poucos, as alunas foram se soltando e finalizamos as respectivas apresentações e os esclarecimentos a respeito de qual era a função do psicólogo no curso. Assim, além de subsidiar o trabalho dos docentes, ficou estabelecido que nos encontrassem individualmente com horários pré-agendados para que pudessem se colocar de forma mais reservada, com a finalidade de auxiliá-las em questões mais pessoais.

As alunas marcaram encontros individuais na sala destinada ao atendimento psicológico denominada "Afinando as emoções". Algumas se tornaram frequentadoras, outras apareceram apenas no primeiro encontro. Contudo, realizaram redações autoavaliativas a partir do tema "Quem sou eu".

História da Sociedade e Psicologia

Os encontros abaixo mencionados foram feitos com a mediação dos profissionais de Psicologia e de História da Sociedade por serem temas transversais e por ter sido avaliada pelo corpo docente a necessidade de realizá-los.

- Dinâmica do semáforo

Após a constatação das dificuldades com o manejo da turma durante as aulas, os mediadores nos procuraram, solicitando alguma atividade

28 A Favela, ontem e hoje. Autor: Francisco de Paula Melo Aguiar. Mestre em Ciências da Educação. Disponível em: <<http://www.academialetrasbrasil.org.br/membrofcoaguiarprogressocontinua.doc>>.

que ajudasse a melhorar o comportamento e a disciplina em sala. Muitos foram os relatos de comportamentos inadequados, como levantar enquanto o professor realizava a exposição de alguma temática, além da ocorrência de brigas, xingamentos, palavrões e desacatos – aspectos que solicitavam alguma intervenção. Essas questões foram ao encontro de nossas observações e do pré-levantamento de necessidades.

Havíamos agendado a confecção das regras de convivência, para tanto, reservamos o auditório, que é um ambiente mais solene, para a realização da atividade. Como previsto, foi bastante complexo o manejo com esse comportamento coletivo. Inicialmente, propusemos uma discussão para a elucidação de dúvidas como "para que dinâmica?", "para que aula de teatro, já que se trata de um curso de corte e costura?" Com essa proposta, conseguimos que a participação fosse alcançada com base em questionamentos e relatos de insatisfações das alunas. Após essa longa conversa, propusemos estabelecer as regras de condutas permitidas em sala, assim como condutas que deveriam ser evitadas e outras que ficassem em alerta. Procedemos à construção de um semáforo com os sinais coloridos. O sinal verde seria para condutas e comportamentos adequados em sala de aula; o sinal amarelo seria para comportamentos e condutas que careceriam de atenção; o sinal vermelho destinava-se a sinalizar comportamentos e condutas inadequados e proibidos no grupo.

Finalizamos essa atividade com as regras escritas em cartolina e que seriam, a partir de então, o código de conduta comportamental e ética do curso.

REGRAS CONSTRUÍDAS

PROIBIDO

1. Sair no meio da aula.
2. Xingar.
3. Comer.
4. Atender telefone.
5. Pegar o que não lhe pertence.

INTERROGAÇÃO

1. Comunicar quando quiser ir embora.
2. Ter três faltas.
3. Ir embora.

PERMITIDO

1. Falar uma de cada vez.
2. Participar.
3. Perguntar uma por vez ao professor.

- Exibição de filme para debate

Com a constatação das variadas formas de violência vivenciadas pelas participantes do curso, trouxemos o filme *Os escritores da liberdade*²⁹ para assistirmos e discutirmos. O filme é baseado em fatos reais e retrata uma realidade muito próxima da realidade das participantes. As causas da violência estão: na omissão do Estado, na opressão doméstica, nas desigualdades sociais e na perpetuação de práticas de racismo e discriminação que esvazia o sujeito de sua autoestima e dignidade.

As discussões sobre o filme trouxeram constatações do lugar que as participantes ocupam na sociedade brasileira. Ouvimos frases como: "já fui maltratada por professor"; "porque moramos em comunidade acham que não merecemos uma boa educação".

As participantes saíram reflexivas da aula e se propuseram a pensar sobre as cenas do filme em outros momentos.

- Atividade extraclasse: teatro e debate

A partir da peça *Maria – ritual das parideiras*³⁰, foram trabalhadas as questões relacionadas às condições de existência das mulheres: as mudanças sociais refletidas nas escolhas de cada uma, como ter ou não filhos e quando; a possibilidade de trabalhar e estudar e conquistar a autonomia; a violência contra a mulher e como lidar com essas situações. Os conteúdos trabalhados foram encadeados por meio de perguntas abertas visando provocar o debate e a reflexão:

1. Quem já havia ido ao teatro antes?

29 *Escritores da Liberdade* – (Freedom Writers). Direção: Richard LaGravenese. Roteiro: Richard LaGravenese, Erin Gruwell, Freedom Writers. EUA/Alemanha, 2007. Drama (123 min).

30 Espetáculo que retrata a situação das mulheres guineenses de uma determinada tabanca (comunidade), ressalta o diálogo entre passado e presente e a dicotomia entre cultura tradicional e mundo globalizado. O festival ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, no Sesc de Copacabana.

2. Quem não foi conseguiu compreender a estória por meio do descrito pelas colegas?
3. A viagem até o teatro já era um caminho conhecido?
4. O que chamou mais a atenção?
5. O que entendeu da estória?
6. Os atores eram pessoas diferentes? Descreva.
7. Qual a cena mais marcante?
8. O que acontece na peça é uma representação da cultura africana, será que essa estória que acontece lá tem alguma relação ou semelhança com a realidade vivida por vocês aqui na comunidade da Mangueira?
9. Qual o período de vida ou idade para ser mãe?
10. Quem aqui sonha em ser mãe?
11. É mais importante ser dona de casa e ter filhos ou estudar? Ou dá para conciliar as duas coisas juntas?
12. Qual a relação do que foi visto no teatro com o curso?

Essas perguntas foram apenas o mote para ampliarmos as discussões. O que ficou bem claro, dito por quase todas, é que gravidez precoce ou ter mais de dois filhos é uma escolha que se pauta muitas vezes em questões econômicas e afetivas. Dito por elas que não se trata de falta de informação nem de desconhecimento das diferentes formas de contraceptivos, a gravidez está relacionada com o momento amoroso no qual o filho é gerado. O filho pode representar para o companheiro ou namorado o elo definitivo de união e controle sobre o parceiro ou parceira. Existe um discurso bem formulado e pronto: "estudar, ter futuro e depois engravidar". Embora algumas das alunas seja exemplo de ruptura desse discurso, são jovens que se apaixonam, engravidam e depois é que amadurecem, quando se deparam com a maternidade.

- Atividade complementar ao debate sobre a peça

Em complemento à discussão sobre superação de dificuldades e preconceitos, foi exibido o filme *Preciosa – Uma história de Esperança*³¹. O filme narra a

31 Sinopse do filme: Produção vencedora do Oscar 2010 – melhor roteiro e atriz coadjuvante. Conta a história de Preciosa Jones, uma garota pobre do Halen que sofre com diversos infortúnios de vida. Ela está grávida pela segunda vez, sofre de abusos em casa e busca uma oportunidade de seguir a vida. A tristeza não abala a garota que acredita que seus sonhos podem ser realizados e o sucesso está próximo. Sua base se fixa na amizade conquistada com o tempo entre suas colegas de classe e sua professora.

história de uma adolescente negra, moradora da periferia de Nova York, que foi estuprada pelo pai e abusada pela mãe e que conquistou sua autonomia com ajuda de amigas e da professora.

Após a exibição do filme, solicitamos que respondessem às seguintes perguntas por escrito:

1. O que mais gostou no filme?
2. O que você menos gostou no filme?
3. Preciosa tem alguma coisa em comum com você? Diga o que.

Resumo das principais respostas:

Gostei da parte que ela aprendeu a ler, a cuidar dos filhos, quando ela conseguiu dar desprezo para a mãe, ficou com os filhos e não parou de estudar, depois de tudo que passou conseguiu dar a volta por cima.

1. O que menos gostei foi das injustiças e humilhações pelas quais passou, quando o pai estuprou a própria filha, a mãe não falava nada a favor da filha, a mãe batia muito nela.
2. O que ela tem em comum: uma parte da história, todas se identificaram um pouco, mas não querem entrar em detalhes.

Corte e Costura

- Apresentação da proposta do curso.
- Breve história da costura.
- Medidas femininas.
- Referências de base.
- Referências para a construção de medidas godês (saias).
- Referências para a construção da base de calça física (*lycra*) feminina.
- Referência para a base de como tirar medidas própria.
- Explicação sobre o funcionamento de uma máquina de costura.
- Passo a passo para utilizar uma máquina de costura.
- Modelagem e corte de vestido tubinho.
- Modelagem e corte de camiseta.
- Modelagem e corte de *top* (corpete).
- Modelagem e corte de calça comprida.

- Modelagem e corte de biquíni cortinha.
- Noções básicas de segurança para o trabalho.
- Modelagem e corte de blusa careca.

Fantasia e adereço

- Apresentação entre alunas e instrutor.
- Breve história da fantasia e adereços.
- Armação de penas e arte plumárias.
- Noções básicas de utilização de ferramentas para compor adereços.
- Ornamentação e peças carnavalescas.
- Confecção de chapéus a partir de cruzetas e de formas de gaze.
- Punhos, perneiras, golas e resplendores.
- Montagens, acabamentos e reciclagens de adereços e fantasias.
- Noções básicas de bordados em broches e ornamentos.

Figurino

- Apresentação entre alunas e instrutor. Discussão acerca do que é figurino e do trabalho do figurinista.
- A importância do figurino no carnaval.
- Criação de figurinos a partir do perfil psicológico do personagem.
- Construção de roteiro e enredo para criar figurinos carnavalescos.
- Como funciona o trabalho do figurinista no carnaval do Rio de Janeiro.

Teatro

- Apresentação da turma e dos conteúdos a serem trabalhados nas oficinas de teatro.
- No segundo encontro, foram realizadas técnicas de interpretação baseadas em improvisação. Desenvolvemos exercícios de respiração diafragmática, entonação e articulação.
- Realizaram-se jogos dramáticos com o intuito de começar a preparar um esquete com tema previamente discutido pelas alunas em uma roda de conversa com a mediação da psicóloga sobre gravidez na adolescência e suas implicações.
- Montagem do esquete e preparação para apresentações.

- Apresentação para a visita da ministra da Secretaria de Políticas para Mulheres, Nilcéia Freire, e demais autoridades.
- Avaliação da apresentação e jogos de improvisação.
- Análise de textos variados, a saber: humorístico, musical e dramático.
- Realização de exercícios de voz, tendo como proposta uma aula de canto coral para propiciar o desenvolvimento de relações interpessoais, disciplina, oratória, afinação e escuta.
- Aplicação de técnicas de relaxamento com a intenção de trabalhar a autoestima, a confiança e a importância de trabalhar em grupo.
- Ensaio com técnicas de expressão corporal, expressão facial, dinâmica de grupo e ocupação do espaço cênico.
- Ensaios com textos variados.

História do Carnaval

- Apresentação inicial.
- Origem do carnaval.
- Como o carnaval chega ao Brasil.
- O carnaval no Rio de Janeiro.
- A influência do Estado nas festas populares, a profissionalização da folia e sua incorporação na indústria cultural.
- O samba no Rio de Janeiro e sua importância para o Brasil.
- As matrizes que compõem o samba no Rio de Janeiro.
- Como funcionam os atuais desfiles das escolas de samba no Rio de Janeiro.

Empreendedorismo

- O que é empreendedorismo?
- Criando a minha visão de futuro.
- O perfil do empreendedor.
- A oportunidade de negócio.
- Como elaborar um plano de negócios.
- Planejamento financeiro.
- Quando começar o negócio.
- Componentes do plano de negócio.
- Tipos de empresa que podem ser abertas.

1. Metodologia utilizada: aprendizagem vivencial



A metodologia vivencial, modelo utilizado neste projeto, propõe um conjunto de ações que possibilitou aos profissionais envolvidos exercer o papel de facilitadores no processo de compreensão e desenvolvimento de potencialidades das educandas.

Para a formação da equipe, foi realizado um processo seletivo e encontros de sensibilização e formação contemplando o eixo temático que permearia todo o curso, a saber: gênero, raça, etnia e gravidez na adolescência.

Após a formação dos profissionais, iniciou-se o processo de divulgação e inscrição para as participantes. Para a realização desse trabalho, foram confeccionados panfletos e cartazes que foram distribuídos e afixados nas escolas públicas próximas à comunidade do Morro da Mangueira. Em algumas escolas, optamos pelo trabalho de conversar com a direção e com os alunos nas salas de aulas.

Os mediadores do projeto organizaram o primeiro encontro com as alunas inscritas para uma acolhida e apresentação do curso e sua

proposta. Esse encontro contou com a participação de Nilcemar Nogueira, neta de Dona Zica e Cartola, que narrou a história da formação do Centro Cultural Cartola, sua importância para comunidade do Morro da Mangueira, bem como sua missão.

Com o desenvolvimento do projeto, foi-se percebendo a necessidade de encontros entre os mediadores para socializar informações sobre o desenvolvimento das aulas em cada curso, formando assim uma proposta de educação para o trabalho baseado na interlocução dialógica.

Compreendendo a educação como prática da liberdade, os mediadores conduziram encontros que propiciaram às alunas: informações e formações, descobertas de suas potencialidades, compreensão de seu papel na sociedade e no mundo do trabalho e a importância de realizar trabalho em equipe.

Nos encontros, cada mediador procurou estimular a vivência teórica e prática para que ao final do curso as alunas tivessem os seguintes entendimentos: a importância do carnaval para a economia no Rio de Janeiro, a possibilidade de emprego no carnaval como profissional qualificada, a compreensão de seu lugar na sociedade brasileira como mulher trabalhadora com possibilidade de escolhas.

2. Atividades extracurriculares

1. Participação no Festival de Teatro de Língua Portuguesa (FESTILIP). Espetáculo: *Maria Ritual das Parideiras*. Apresentado pelo Grupo Feminino de Teatro do Oprimido de Guiné-Bissau.
2. Visita à Cidade do Samba – Barracão do GRES Estação Primeira de Mangueira.
3. Visita ao Atelier (Protótipos de Fantasias para o Carnaval 2011) – Estação Primeira de Mangueira. Aulas de Produção de Moda, resultado de uma parceria com o Studio Box, organização formada por um coletivo de 9 artistas e gestores culturais, interessados em criação de conteúdo relevante sobre moda e *design* e seu reflexo no mercado, além do estímulo do debate de assuntos referentes a áreas como consumo consciente, economia criativa, sustentabilidade e outros.

3. Perfil identitário³²

O perfil identitário se configura no levantamento dos aspectos sociopsicológicos do indivíduo e tem por finalidade instrumentalizar os processos psicopedagógicos e educacionais. Sabe-se que um perfil, seja ele de cargo, seja identitário, não é um instrumento que se destina a traduzir a complexidade do indivíduo nem de seu contexto biopsicossocial. O perfil identitário se constitui em um instrumento de levantamento de informações sobre os aspectos subjetivos do indivíduo e do grupo ao qual pertence no momento do levantamento. Portanto, as informações obtidas por seu intermédio são situacionais, o que quer dizer que o perfil identitário é um instrumento de levantamento da identidade temporária do indivíduo e do grupo; ele é o retrato instantâneo, dinâmico e temporal de uma configuração subjetiva construída artificialmente em grupos que se destinam a realizar uma tarefa de cunho psicopedagógico e educacional.

O perfil das alunas do projeto se deu por meio de entrevistas e acompanhamento individualizado de forma contínua durante o curso. A utilização do tema "quem sou eu" facilitou o estabelecimento do rapport com cada aluna.

No âmbito da individualidade, as alunas demonstraram, em suas redações, desejos e perspectivas de futuros adversos à realidade vivida e à conduta em grupo nas atividades em sala de aula.

Nas relações coletivas, demonstraram excessiva agitação e expressiva manifestação de carência tanto de afeto quanto de limites. Manifestavam comportamento defensivo e agressivo no sentido de delimitar espaços. Essas demonstrações subjetivas nos levaram a concluir que se tratava de um questionamento a respeito de nossas intenções e um teste preliminar de quantificação de forças.

Cabe destacar que, mais uma vez, o comportamento dessas alunas é extremamente desafiante no sentido da riqueza que cada uma apresenta quando se sentem levadas a sério, ou seja, existe uma áurea de alienação falsa que nos alerta a jamais subestimarmos as capacidades cognitivas e subjetivas dessas alunas. As competências subjetivas jamais devem ser confundidas com questões socioeconômicas.

32 Perfil identitário: expressão utilizada por nós, psicólogos e historiador, para nomear as leituras que empreendemos a respeito do perfil comportamental das alunas e do perfil da turma. Tal nomeação se pauta nos aportes de teorias culturais de George Yúdice (2004), Ernest Bloch (1954), Paulo Freire e na Psicanálise.

A riqueza das experiências de vida dessas alunas deve ser privilegiada e contextualizada nos conteúdos do curso como: as condições de existência das mulheres; as mudanças sociais refletidas nas escolhas de cada uma, como ter ou não filhos e quando; a possibilidade de trabalhar e estudar e conquistar a autonomia; a violência contra a mulher e como lidar com essas situações.

4. Dificuldades encontradas no desenvolvimento do projeto

Por compreender que o público feminino na fase da adolescência e juventude está vulnerável à gravidez indesejada e à falta de oportunidade de emprego, o Projeto Economia Feminina na Arte do Carnaval procurou organizar uma turma que contemplasse o perfil acima descrito. No entanto, as vagas não foram todas preenchidas, assim, como houve a procura pelo curso por mulheres acima dos 18 anos, decidimos acolhê-las. De um lado, a relação intergeracional contribuiu para o amadurecimento das mais jovens e o enriquecimento do curso, por outro, causou certa evasão, pois essas mulheres são chefes de família e, ao mesmo tempo em que gostariam de concluir o curso para se qualificar, precisavam colocar o alimento à mesa de suas respectivas famílias.

Outro dado que dificultou alguns aspectos da aprendizagem foi a constatação do baixo nível de escolaridade das alunas. Esse impasse, mesmo sendo negativo por um lado, por outro se tornou um estimulador para o regresso à escola a fim de concluir o ensino fundamental, condicionante para o desenvolvimento da vida social e profissional.

5. Avanços observados ao longo dos encontros

Os avanços nesse curso podem ser compreendidos como um processo de longa duração. É fato que a maioria das alunas tornou-se apta para trabalhar como auxiliar de figurinistas, aderecistas e demais atividades ligadas ao carnaval, porém, a elevação da autoestima, o resgate da dignidade, o entendimento de potencialidades e a conquista da autonomia são ações processuais combinadas com a formação da consciência e compreensão de seu papel no mundo.

Se pensarmos que as variadas formas de violência vivenciadas pelas alunas cotidianamente saíram do âmbito da normalidade e

agora são encaradas como situação a ser combatida, avançamos, porque conseguimos plantar a semente da mobilidade e da crença na mudança.

6. Avaliação

Partindo da compreensão de que a avaliação é um instrumento propositivo na concepção dialógica da educação, nossos encontros tornaram-se avaliativos no âmbito intersubjetivo e comunicativo. Procuramos desenvolver a escuta entre alunas e mediadores e dessa forma o projeto foi-se adequando às necessidades reais do público atendido.

É salutar registrar a dificuldade de adequação de um projeto em seu formato original à prática cotidiana. As participantes trouxeram consigo histórias, vivências, desejos e razões particulares. Por esses motivos, redesenhamos os conteúdos, a metodologia, a faixa etária das participantes e o modo de conceber o que é educação para o trabalho, esta entendida aqui não de forma tecnicista, e sim de forma humanizadora. Porque o trabalho permeia todas as dimensões da vida humana, sendo ele instrumento criativo e criador com poder emancipatório.

7. Avaliação parcial do curso realizada pelas alunas e posterior reflexão dos docentes a partir do material recolhido nessa avaliação

Avaliou-se o curso de forma livre de modo a propiciar às alunas um meio de expressar suas opiniões referentes ao que estão recolhendo do curso.

Após o término da aula ministrada nessa data, realizamos um pequeno debate solicitando às alunas que realizassem uma avaliação geral do curso. Distribuímos uma folha em branco e enfatizamos a importância da expressão da opinião de cada uma para que pudessemos realizar uma reunião com os professores a partir do que escrevessem livremente e de forma anônima.

8. Reunião pedagógica

Compareceram os professores de todas as disciplinas, o coordenador administrativo e o psicólogo.

Nesse encontro, nos surpreendemos com a seriedade das avaliações realizadas pelas alunas, cujo resumo ratifica a importância que elas dão ao curso e a verdadeira dimensão do potencial delas em se colocarem quando são respeitadas em suas idiossincrasias.

Os principais tópicos destacados nas avaliações são de que gostam muito do curso, dos professores, das aulas práticas.

As principais queixas são em relação à bagunça em sala, o desrespeito com os professores e com elas mesmas.

As principais reivindicações dizem respeito à necessidade de mais maquinário e material individual para não ter briga.

9. Conclusão

A realização do Projeto Economia Feminina na Arte do Carnaval no espaço do Centro Cultural Cartola gerou expectativas e possibilidades de futuros projetos relacionados à formação de pequenas cooperativas para geração de trabalho e renda no período do Carnaval e, se possível, em todo o ano.

Para a concretização desse desejo, é necessário organizar cursos profissionalizantes, estabelecer parcerias e consolidar a relação entre o Centro Cultural e a Secretaria de Políticas para as Mulheres.

Sabemos que a nossa contribuição para a comunidade que frequenta o Centro Cultural Cartola é estimular a participação ativa na sociedade em busca da dignidade e da autonomia.

SOFRIMENTO FEMININO E *ETHOS* MILITAR: EXPERIÊNCIAS EMANCIPATÓRIAS DE MULHERES EM PSICOTERAPIA DE GRUPO

Thaís Seltzer Goldstein

Atividade realizada no Hospital Naval de Salvador – Marinha do Brasil³³.

I INTRODUÇÃO

Ele levou o quartel para dentro de casa. Ninguém pode tomar iniciativa, propor nada. É ele quem determina! Eu digo pra ele: 'Sou sua esposa, não seu subalterno!' (Hortência, 52 anos)

O presente artigo é um desdobramento de nossa pesquisa de mestrado³⁴, cuja temática emergiu de uma inquietação vivida no âmbito do trabalho como psicóloga (a única) em uma instituição militar de saúde³⁵. Como alavanca da pesquisa, havia uma necessidade técnica e também um compromisso ético: era preciso incrementar nosso exercício profissional com vistas a semear transformações benéficas tanto ao estado de saúde das pessoas por nós atendidas como ao próprio Serviço de Psicologia, espécie de via de contramão no interior de um universo regido por dispositivos institucionais avessos ao diálogo e sustentados por dois grandes pilares: a hierarquia e a disciplina.

Buscaremos, ao longo desse artigo, primeiramente apresentar o que chamamos de *ethos* militar, para, em seguida, abordar os caminhos investigativos que nos levaram a estabelecer algumas articulações entre elementos desse *ethos* militar e as experiências de sofrimento e superação vividas por mulheres, a partir de uma intervenção psicoterápica grupal, durante 4 anos, no seio de uma instituição militar. Cabe ressaltar que tais experiências femininas, fortemente influenciadas por ingredientes desse *ethos* específico, não foram compreendidas como

33 Av. da França, 1400 Salvador/ BA – CEP: 40010-000; Tel.: (71) 3241-2000.

34 "Experiências de sofrimento de mulheres sob o olhar de uma psicologia socioantropológica: influências do *ethos* militar nas dinâmicas das famílias de militares, defendida no Departamento de Antropologia da Universidade Federal da Bahia, em 2007, sob orientação da Profa. Dra. Miriam Cristina Rabelo.

35 Trata-se de um Hospital Geral de complexidade média, que atende aos militares da Marinha e seus dependentes (filhos, cônjuges, pais), situado em uma capital do nordeste brasileiro.

meramente condicionadas por ele: estão entrelaçadas a dimensões que o ultrapassam (biográficas, sócio-históricas, de gênero, de classe social, geracionais, religiosas etc.)

Em alguns meses de trabalho, chamou-nos a atenção o fato de que nossa clientela era composta predominantemente por mulheres (esposas de militares), diagnosticadas como portadoras de algum transtorno depressivo ou de ansiedade, em geral acompanhado por outras patologias clínicas (como fibromialgia, obesidade, endometriose, hipertensão, enxaqueca etc.). Em sua maioria, faziam uso de medicações ansiolíticas e antidepressivas. Não eram raras as vezes em que referiam sentir profunda tristeza e raiva por serem traídas e ridicularizadas por seus maridos, sobretudo aquelas que tomavam "remédios controlados". Em termos de indicadores psicossociais, percebíamos alguns traços comuns no cotidiano relatado por essas mulheres. Dentre eles:

1. restrita rede de relações sociais;
2. tendência ao engessamento de papéis assumidos por elas em seu cotidiano;
3. subserviência como padrão típico nas relações conjugais;
4. ausência de autonomia financeira;
5. falta de projetos futuros ligados a anseios pessoais e profissionais.

Queria orientações mágicas, que aliviassem a minha angústia e acabei me viciando em remédios. (Fátima, 46 anos)

Buscando livrar-se de seus sofrimentos, essas mulheres acabavam por se engajar na psicoterapia quando percebiam que, mesmo fazendo uso de remédios, não havia resultado mágico e duradouro que dispensasse seus próprios esforços. A alta incidência dessa procura, bem como a recorrência de queixas, levou-nos a considerar possíveis relações entre o sofrimento feminino e aspectos do mundo militar, tema que assumiu centralidade no decorrer da psicoterapia e da pesquisa.

Faremos, por fim, breve discussão acerca da dimensão política de um percurso psicoterápico grupal, pela constatação de que a troca de experiências e a reflexão regular conjunta possibilitaram àquelas mulheres pôr em curso processos emancipatórios e problematizar

crenças e estereótipos relacionados a fenômenos que tendem a ser equivocadamente concebidos como individuais, a-históricos e naturais, tais como as psicopatologias e os papéis de gênero.

Descortinando o cenário da pesquisa: facetas do mundo militar

O hospital onde realizamos a pesquisa é uma Organização Militar (OM) que, mesmo permeada por rituais, valores, linguajar, regras, mecanismos de vigilância e controle próprios ao mundo militar, era referido por muitos como um lugar onde trabalhavam "civis de farda". Tal percepção é corroborada pelo fato de que, anualmente, as forças armadas abrem um número significativo de vagas para Oficiais Temporários³⁶, profissionais da saúde, convocados e voluntários, que buscam uma oportunidade de trabalho em suas respectivas áreas de atuação (Medicina, Odontologia, Psicologia, Fisioterapia, Nutrição, Farmácia e Bioquímica, Enfermagem e Fonoaudiologia). Esses profissionais não necessariamente têm como objetivo tornar-se militares, embora, para assumir a vaga profissional, tenham de se submeter ao ingresso na vida militar³⁷. Cabe acrescentar que a especificidade da missão institucional, qual seja, a de prestar assistência à saúde de militares e seus familiares, independentemente das patentes, suaviza expressões e efeitos de mando e obediência que perfazem as relações entre os atores sociais nesse universo.

Uma profissão-identidade

Em *O Espírito Militar - um antropólogo na caserna* (1990), Celso Castro apresenta sua pesquisa de campo sobre os militares no Brasil, realizada em uma Academia Militar renomada, lugar de (trans)formação dos sujeitos. Nesse importante estudo, aspectos significativos do mundo militar são postos à luz e discutidos socioantropologicamente, de modo a compor uma visão de conjunto que sugere a existência de um "espírito militar". O grupo (tropa, turno), ao ser submetido a um programa

36 Os Oficiais Temporários (era esse o nosso caso) fazem uma formação militar de 50 dias em regime de parcial aquartelamento. Nesse período, recebem instruções variadas, correm, nadam, marcham e têm aulas de tiro. Chegam a alcançar a patente de Primeiro Tenente e depois estacionam na carreira. Seus contratos podem ser renovados ano a ano, até no máximo oito anos. Até 2009, não podiam ser movimentados (transferidos de estado), tampouco tinham direito à moradia em Vilas Militares. Diferentemente, os Oficiais efetivos, ditos "do quadro", entram na Marinha por concurso federal, fazem uma formação de nove meses no Rio de Janeiro e podem ser promovidos a postos superiores.

37 Além do "rito de passagem" de ingresso na vida militar, esse profissional é frequentemente destacado de suas funções técnicas para cumprir obrigações militares.

intensivo de atividades, em regime de isolamento e obediência, tende a abandonar certos hábitos e seguir o regulamento institucional. Assim se engendram laços afetivos entre os membros, além de um sentimento de pertença que serve de base para o sucesso do rito de passagem da identidade civil para a militar. Após alguns meses, passam a ter um modo semelhante de se vestir, falar, andar e, afinal, de pensar e agir.

Por isso, comparada a outras profissões, a militar representa um caso-limite sociológico, contribuindo para uma grande coesão ou homogeneização interna ('espírito de corpo'), mesmo que frequentemente ao preço de um distanciamento entre os militares e o mundo civil. (CASTRO, 1990, p. 34).

Em tese, o cumprimento dos deveres por parte do militar que encarna o "espírito militar" deve se sobrepôr a tudo e a todos, ainda que vá de encontro a necessidades, vontades e limites pessoais. A disposição para enfrentar sacrifícios está pautada na valorização de algo maior que os indivíduos – a pátria, a nação, a tropa da qual cada um depende para que sua vida siga em ordem – e pode conferir ao militar um caráter de grandeza e dignidade, que o diferenciaria do civil.

Nos ambientes militares de Marinha, é comum que a pressão também se exerça pelo controle do ritmo de execução das tarefas operacionais e administrativas. Uma ordem costuma vir acompanhada de outra: a de "dar o pronto", ou seja, após o cumprimento da ordem, há que se avisar ao superior que ela foi realizada. Assim se reforçam a cadeia de comando e o funcionamento do sistema.

A hierarquia se expressa de diversos modos no mundo militar³⁸, inclusive pela legitimação do abuso da autoridade. Uma das práticas relatadas por Castro (1990), tão comum nos trotes aplicados nos "bichos", é a demarcação de superioridade dos veteranos (mais antigos) por meio da imposição da prestação de serviços que, em nossa cultura, são tradicionalmente considerados inferiores (como engraxar coturnos, passar uniformes, fazer faxina, dar polimento no cinto, etc.). Note-se que, fora do quartel, a maioria desses serviços costuma ser desempenhada por mulheres. De fato, em diversas Organizações

38 Sobre esse tema, recomendamos a leitura de LEIRNER, P. Hierarquia e Individualismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. Ciências Sociais Passo a Passo 26.

Militares, vê-se o subalterno servindo café, deslocando-se para buscar documentos, fazendo ligações e favores pessoais para o chefe, enfim, desempenhando funções que não estão relacionadas à sua especialidade. Mas, como se diz em linguagem de Marinha: "Manda quem pode, obedece quem tem juízo!" Ou ainda: "Ao receber uma ordem (por absurda que seja), primeiro obedeça, depois pondere!"

Essa atmosfera assimétrica faz-se ver não apenas no período de formação, mas ao longo de toda a carreira militar. Ela permeia tanto as relações entre "praças" e "oficiais"³⁹, como entre militares de um mesmo posto, embora com diferentes matizes. Tal assimetria também se infiltra (muitas vezes com a inversão de papéis) na esfera doméstica, permeando as relações dos militares com filhos e cônjuges, assim reforçando o fenômeno da desigualdade de gênero.

A psicoterapia e o mundo militar: demandas e contradições

É comum se escutar, em tom jocoso, no ambiente militar, que terapia é "coisa para doidos". Não é novidade que tal estereótipo circula no imaginário social, também fora do mundo militar. Doidos ou não, o fato é que, mesmo desfrutando de escuta atenta e receptiva por parte do profissional da psicologia, há uma sombria e enigmática atmosfera que se insinua nesse encontro, mesmo antes da primeira consulta, e que pode desencorajar a aproximação e o engajamento dos sujeitos no processo.

No caso, sendo o tratamento ofertado dentro de um hospital militar e por uma psicóloga militar (reconhecida primeiramente como tenente e depois como psicóloga), essa condição suscitava justificável desconfiança quanto à garantia de sigilo e à preservação das identidades dos que ali compareciam. Afinal, a presença de uma série de mecanismos formais e informais de vigilância e controle dos comportamentos reforçava a preocupação do militar com a imagem de si perante os outros, da qual dependem sua carreira e sua sociabilidade.

³⁹ Os militares estão distribuídos em duas classes: a dos "oficiais", classificados por postos, e a dos "praças", classificados por graduações, ambas as classes com graus variados. Os "praças" constituem uma classe hierarquicamente abaixo dos "oficiais". Na Marinha do Brasil, os praças compreendem os soldados, marinheiros recrutas, marinheiros provenientes da Escola de Aprendizes, cabos (terceiros, segundos e primeiros), sargentos. No topo da escala dos praças estão os suboficiais. Na classe de oficiais, os postos sequenciais na hierarquia são: guarda-marinhas, (segundos e primeiros) tenentes, capitães-tenentes, capitães-de-corveta, capitães-de-fragata, capitães-de-mar-e-guerra e por fim os almirantes (contra-almirantes, vice-almirantes, almirantes-de-esquadra). Os soldos e os direitos tendem a se ampliar progressivamente ao longo da cadeia hierárquica.

Para agravar esse quadro, as representações sociais acerca da psicologia e da psiquiatria não ajudam: associadas ainda hoje ao tratamento e à medicalização dos ditos loucos, essa imagem está fortemente vinculada à história do surgimento de cada uma como ciência e profissão, ao longo do século XIX. Nesse período, como nos ensina Foucault (1972, 1994, 2004), discursos e dispositivos "científicos" dedicaram-se a patologizar diferenças e a justificar práticas de classificação, isolamento, condicionamento e controle do comportamento dos indivíduos que destoavam de uma maioria (produtiva para o mercado), levando-os à estigmatização: eram os "anormais".

Na Marinha, quando um militar "da ativa" chegava para uma entrevista, em geral, tinha sido encaminhado por outro colega da saúde. Nessas ocasiões, uma vez iniciado o processo psicoterápico, problemas tendiam a ser gerados em seu ambiente de trabalho, principalmente porque seu superior estranhava a frequência semanal com que o militar precisava se ausentar, ainda que munido de atestado de comparecimento nas sessões. O tratamento, não raras vezes, era visto como "escamação"⁴⁰, pois que as sessões coincidiam com o horário de serviço. Também acontecia de militares nos procurarem "por ordem" do comandante, devido a "mau comportamento": se destoassem do padrão técnico e disciplinar preconizado, seus superiores podiam exigir-lhes relatórios de avaliação fornecidos por "especialistas"⁴¹. Percebíamos que a principal demanda feita pela instituição aos profissionais *psis* era a de avaliar e, dentro do possível, (re)adaptar, no menor tempo possível, o militar às suas funções.

O ethos militar como ferramenta para construir o objeto de investigação

Possivelmente pelas razões acima aventadas, mas não só, nossa clientela compunha-se predominantemente por mulheres. Assim, na busca por compreender o contexto social do sofrimento daquelas mulheres, esposas de militares, à luz de suas vivências e trajetórias em famílias chefiadas por militares, buscamos na antropologia o conceito de

⁴⁰ Em linguagem de Marinha, significa uma desculpa malandra para se furtar às obrigações.

⁴¹ Vale lembrar que tais especialistas são, em geral, também militares e hierarquicamente inferiores à maioria dos comandantes das organizações militares, de modo que, não raro, o profissional da saúde tinha que enfrentar situações de impasse, procurando saídas diplomáticas entre a ética profissional e o dever militar.

ethos, definido como "o tom, o caráter e a qualidade da vida de um povo, seu estilo moral e estético" (GEERTZ, 1973, p.143). Esse autor propõe uma relação significativa entre os valores que se perpetuam em um povo e a "ordem geral da existência em que esse povo se encontra", fenômeno que supõe a participação de dimensões implícitas e diretamente sentidas, orientadas para a "conservação da provisão de significados gerais em termos dos quais cada indivíduo interpreta sua experiência e organiza sua conduta" (idem, p.144). Geertz (1973, 1998) afirma ainda que tais significados precisam ser "armazenados" mediante símbolos que sintetizam o que se conhece sobre aquele mundo em termos morais, estéticos e afetivos.

Tomando como ponto de partida o reconhecimento de um *ethos* militar, pudemos identificar a existência de uma gama de símbolos, rituais, valores, condutas e discursos atrelados a esferas morais, estéticas e afetivas, com feições próprias. Percebíamos, ali, um conjunto cultural – complexo e estratificado – que orientava as ações dos indivíduos e os ajudava a conservar significados próprios à cultura militar. Da bandeira aos distintivos, da "ordem unida" às "escamações", da "ordem do dia" às "fainas" imprevistas, da rigidez das práticas à bebedeira incentivada, dentre tantas expressões e contradições – ora mais, ora menos explícitas –, era possível reconhecer uma eficácia operando sobre a construção de condutas, identidades e relações: facetas de um *ethos* militar.

Mas, a despeito da diversidade de aspectos socioantropológicos que perpassam o cotidiano de Organizações Militares e inspiram inúmeras reflexões acerca do *ethos* militar, no presente artigo optamos por privilegiar determinados modos como ele comparece na esfera da família, a partir da perspectiva feminina.

II OBJETIVOS E DIMENSÕES DA ANÁLISE

Desse lugar sobreposto de mulher, psicóloga, pesquisadora e militar, em um universo predominantemente masculino, procuramos compreender a problemática, articulando três dimensões de análise, que representam uma ampliação progressiva das lentes com as quais buscamos observar e compreender a complexidade do fenômeno:

1 Dimensão biográfica e intersubjetiva:

Que atenta para as expressões singulares de cada uma das mulheres participantes do trabalho (origem, história de vida, relações significativas, inserção social, sintomas e queixas, posicionamentos discursivos marcantes, formas de enfrentamento das dificuldades, gestos, temas de relevância partilhados, papéis assumidos em diferentes contextos, variações no modo de se vincular e se relacionar com o grupo psicoterápico) e também conosco (considerando que reuníamos a condição de ser mulher, ter formação em nível superior – Psicologia – e assumir um posto militar de tenente, por vezes superior ao posto de seus maridos).

2 Dimensão antropológica:

Que coteja os aspectos próprios ao *ethos* militar e suas influências na esfera da vida conjugal e familiar (como a tendência à reprodução das relações hierarquizadas no lar e nos ambientes sociais; a mobilidade e as rupturas socioafetivas acarretadas pelas Movimentações⁴², a interpenetração das esferas social, familiar e do trabalho, sobretudo entre as famílias residentes em vilas militares; determinadas expressões e valores que perpassam as relações de gênero e geração etc.)

3 Dimensão sociohistórica:

1. Que considera o processo histórico de produção da desigualdade de gênero, articulando-o às significativas mudanças ocorridas nas sociedades ocidentais, principalmente na passagem da Idade Média para a Modernidade (surgimento do capitalismo, de uma nova demarcação dos espaços público e privado, da família nuclear patriarcal e do processo de "confinamento" da mulher à esfera doméstica⁴³ etc.);

42 As Movimentações são expedientes administrativos que garantem o rodízio de equipes e funções em diversas Organizações Militares, espalhadas pelo Brasil. Isso significa que, após dois ou três anos, em média, morando em um determinado estado, o militar de Marinha é transferido para outro.

43 Em *Tecendo Por Trás dos Panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. São Paulo, Ed. Rocco, 1994, Maria Lucia Rocha-Coutinho aborda amplamente esse processo. Também destacamos o capítulo "A individualização no feminino, o casamento e o amor", de Anália Torres, in *Família e individualização*, de PEIXOTO; DE SINGGLY & CICCHELLI (orgs.), São Paulo, FGV, 2000.

2. Que considera aspectos e contradições próprios ao mundo contemporâneo, cada vez mais globalizado, com altos índices de desemprego, precarização do trabalho (em diferentes classes sociais); desigualdade social profunda; veloz profusão de informações; crescimento de redes sociais virtuais; desenvolvimento tecnológico inédito convivendo com pouca reflexão crítica sobre o mundo; consumo afirmado como valor supremo; crescimento de processos de desenraizamento étnico e estético; reificação das relações (seres humanos comportando-se ora como consumidores, ora como mercadorias); escassez de experiências solidárias e coletivas etc.

Por meio do entrelaçamento dessas dimensões, tínhamos o objetivo de compreender algo da especificidade (do percurso) do sofrimento, do adoecimento, bem como das possibilidades de sua superação por parte daquelas mulheres.

Um segundo objetivo, mais amplo, consistiu em gestar uma base metodológica para futuras intervenções psicossociais atentas à complexidade dos processos saúde-doença e comprometidas com a criação de práticas de produção de autonomia, empenhadas na superação (do sofrimento advindo) das desigualdades sociais e de gênero.

III CAMINHOS INVESTIGATIVOS

Hoje em dia eu sou uma jaca podre... Não presto mais nada... Mas eu tinha uma disposição, Doutora... a senhora precisa de ver... (Ana Lia, 61 anos)

Meu marido até hoje acha que eu não preciso trabalhar... De lá pra cá, trabalho em casa: lavo, passo, cozinho, arrumo tudo para seis pessoas. [...] Ele não me deixa fazer nada... Ele manda e eu obedeco... Vivo a vida dos outros e esqueci da minha. Não me sinto segura [...] Enquanto eu depender do dinheiro dele, eu tenho que ler a cartilha dele! (Fátima, 46 anos)

Enquanto oferecíamos apenas as esporádicas sessões individuais – esporádicas em função da grande procura e das poucas vagas – tomava-nos

uma sensação de impotência adiante da recorrência de queixas, sintomas, conflitos e frustrações vividos por grande parte das mulheres atendidas. Ora, isso nos parecia grande demais e impenetrável em termos da serventia das sessões psicoterápicas individuais. Foi então que decidimos reuni-las: no mínimo, perceberiam que não estavam sozinhas nessa condição.

Os grupos psicoterápicos de mulheres

Em maio de 2005, iniciamos a condução de dois grupos terapêuticos compostos somente por mulheres, com treze integrantes cada um. Um deles reunia mulheres entre 20 e 45 anos; o outro, aquelas com mais de 45 anos. A maioria delas ingressou nos grupos após uma ou mais sessões psicoterápicas individuais. Acreditamos que a adesão foi facilitada pelo vínculo de confiança que tinham estabelecido conosco individualmente e, depois, reforçada pelo compromisso assumido coletivamente quanto ao sigilo absoluto acerca do que fosse falado em grupo. Os encontros eram semanais e duravam cerca de hora e meia. Utilizamos uma abordagem qualitativa de matriz etnográfica e participativa, realizando:

1. a escrita de um diário de campo após os encontros grupais. Essas anotações registravam nossas lembranças das falas e dos acontecimentos mais significativos ocorridos nos encontros dos grupos terapêuticos, ao longo de três anos;
2. entrevistas individuais semi-estruturadas com oito mulheres voluntárias, participantes dos grupos, com idades variadas, em fases diferentes do casamento, assim como divorciadas e viúvas. Elas aconteceram sob a forma de conversas (que duraram de dois a três encontros, em suas casas), nas quais eram convidadas a narrar passagens da própria vida, estimuladas por questões temáticas. Dentre os temas abordados, estavam: origem, trajetória de vida; estudo e trabalho; vida afetiva e conjugal; amor e sexualidade; relação com os filhos; trajetória de mudanças e moradia; amizades, lazer e redes sociais; religião; sofrimento e psicoterapia; visão do mundo militar.

Cabe esclarecer que, nas entrevistas, ainda que nos colocássemos como pesquisadora, vigorava o laço de confiança estabelecido no processo

psicoterápico iniciado, permitindo uma abertura para dimensões íntimas da experiência vivida e a observação de particularidades próprias à história do vínculo firmado com cada uma delas. A utilização do enquadramento psicoterápico como campo de pesquisa foi um desafio empreendido com o consentimento (e mesmo o desejo) das participantes, que tiveram as identidades preservadas.

Pelo fato de que quatro mulheres dessa amostra já tinham residido em alguma Vila Militar e três outras residiam na época, pudemos incrementar a percepção do modo como o *ethos* militar perpassava suas vidas, por exemplo, observando semelhanças e diferenças de aspectos nas vilas militares de oficiais e de praças, por meio de elementos, como: a) localização geográfica de cada vila militar; b) disposição estética e funcional dos espaços; c) arquitetura e tipos de habitação destinados a cada morador pelo seu posto/graduação na hierarquia; d) serviços disponibilizados aos moradores; e) relações com a vizinhança; f) possibilidades e limites de iniciativas comunitárias etc. De um modo geral, tanto em relação ao universo dos praças como ao dos oficiais, ainda que haja fronteiras, as esferas social, do trabalho e da família acabam, inevitavelmente, se interpenetrando.

Com relação à dimensão interventiva de nosso método de pesquisa, buscamos, por um lado, oferecer uma escuta atenta e respeitosa a essas mulheres, tentando compreender os significados de suas experiências; por outro, suscitar nelas uma percepção mais atenta e crítica do próprio posicionamento nas relações, um olhar para a parte que lhes cabia na construção daquela e de outras modalidades de existência. Visávamos a semear a possibilidade de cada uma modificar, naquilo que lhe parecesse factível e desejável, a condição desconfortável em que se encontrava: em geral, sobrecarregada, solitária e dependente dos outros.

IV RESULTADOS DA PESQUISA E DISCUSSÃO

Melhorei muito lá no centro (espírito)... E também depois que comecei a terapia, né?... (Ana Lia, 61 anos)

Ele [o marido] tem um amor fervoroso a dinheiro, não quer comprar nada pra casa, não queria nem pagar a faculdade do filho... Ele

guarda, tem dinheiro pra comprar três carros zero quilômetro se quiser, mas a família não tem carro: andamos todos de ônibus! Até os telefones são trancados a cadeado. Outro dia, pedi a ele pra fazer uma ligação. Quando fui devolver a chave, foi que me toquei... Eu disse: 'Se aqui eu não mando nada, então vou-me embora! Ai ele deixou a chave ficar comigo... (Hortência, 52 anos)

Progressivamente, ao longo de quatro anos, pudemos testemunhar relatos e cenas que apontaram para mudanças importantes no modo como as mulheres passaram a encarar situações cotidianas, empreendendo posicionamentos mais genuínos do que antes nas interações sociais e afetivas. Destacamos, nesse sentido:

1 - O fortalecimento de sua condição de saúde e bem-estar, com a diminuição das queixas e dos sintomas iniciais. Por meio da troca de experiências (e às vezes da inserção em outros grupos comunitários, em geral religiosos), passaram a nutrir um sentimento de pertença, fé e amizade, que "lhes devolveia o gosto pela vida e a força para encarar dificuldades";

2 - A possibilidade de mulheres que até então não tinham fonte de renda própria, auto-estima, iniciativa e poder de escolha começarem a administrar alguma quantia de dinheiro, reivindicada ao marido ou alcançada por meio da incursão em alguma atividade remunerada (por exemplo, confecção e venda de artesanato e cosméticos). Assim, passavam a poder escolher determinados bens de consumo e a levar adiante iniciativas pessoais, como: viajar para a cidade de origem, comprar roupas e brinquedos para os filhos, fazer um curso supletivo, de informática etc.;

3 - Considerando o fato de que a maior parte dessas mulheres tinha uma trajetória de vida marcada pelas "movimentações" dos maridos, havia um sofrimento ligado à experiência de desenraizamento: ao acompanhar seus maridos, era preciso reunir forças para abandonar a vida e os laços estabelecidos num dado lugar, para realizar a passagem e a adaptação (de si e da família) ao novo lugar. Esse processo tendia a gerar desgastes interpessoais e isolamento social. Àquelas que nos grupos provinham de outras regiões, o impacto da mudança às vezes parecia amortizado pelo estabelecimento de laços sociais e afetivos entre as participantes, pela cumplicidade e troca de "dicas", pela construção conjunta de itinerários de circulação útil e de lazer na cidade;

4 - O reconhecimento das próprias necessidades e potencialidades, junto à formulação de um olhar mais crítico sobre si mesmas e sobre seu entorno. Assumindo-se como protagonistas nas dinâmicas sociais e familiares, passavam a expressar seus desconfortos, tomando parte nas situações incômodas diante das quais até então reagiam passivamente. Pudemos constatar mudanças significativas nas negociações conjugais (reivindicações afetivas concernentes à autonomia para tomar decisões, ter acesso ao dinheiro, planejar o lazer da família, orientar os filhos, etc.);

5 - A descoberta da internet como meio de informação, pesquisa, interação social, expressão de ideias, trocas eróticas e afetivas e até mesmo como instrumento de poder e negociação nos conflitos conjugais;

6 - O incremento da capacidade de escuta, reflexão, perdão e solidariedade. Parece que a ampliação do repertório de referências teve desdobramentos éticos: narrativas⁴⁴ e gestos permeados de preconceitos foram dando lugar a um convívio mais respeitoso e cooperativo com a diferença;

7 - O desdobramento do uso do espaço grupal: de uma função inicialmente atrelada ao acolhimento dos desabafos e das angústias individuais, o grupo, no decorrer de seu amadurecimento, passou a ocorrer como espaço lúdico, festivo, informativo e de sociabilidade, onde se viam as participantes afastarem-se de uma posição mais passiva (de pacientes), supostamente à espera do conselho profissional, para assumirem posicionamentos com maior entrosamento, inventividade e protagonismo.

Politizando o olhar terapêutico

Na medida em que as mulheres modificavam seus modos habituais de pensar e agir, apostávamos cada vez mais no poder dessas trocas, que, para além do objetivo inicial (redução das queixas e do uso de medicações), vinham suscitando ações políticas.

Por exemplo, quando uma deu dicas às demais sobre a obtenção de aposentadoria como trabalhadora autônoma (ela trabalhara a vida toda em casa e àquela altura, com dores crônicas, não tinha como financiar seu tratamento, a não ser pelo benefício adquirido); ou quando, diante do relato sobre a mesquinhez e a agressividade do marido, uma colega relatava sua bem sucedida estratégia em situação semelhante: decidira recorrer ao

44 Utilizamos o conceito de narrativa com o apoio na obra: *Experiências de Doença e Narrativa*. RABELLO, Miriam Cristina; ALVES, Paulo César & SOUZA, Iara Maria, Salvador, Fiocruz, 1999.

comandante do quartel dele para expô-lo publicamente e frear seu mau comportamento em casa. Sobre o mesmo tema, outra acrescentou ser possível reivindicar parte do salário do marido ao Núcleo de Assistência Social da Marinha, parte essa a ser depositada diretamente em uma conta da esposa. Houve também aquelas que, em busca do próprio dinheiro, ingressaram em oficinas de artesanato e cursos profissionalizantes. Esses são apenas alguns exemplos em meio a uma série de iniciativas empreendidas no campo das relações conjugais, da vida financeira, profissional, afetiva, erótica, do lazer, da criação dos filhos etc.

Após algum tempo, passou a ser comum a referência feita por elas de que os maridos estavam questionando a psicoterapia. Queixando-se de que suas mulheres "estavam ficando rebeldes", alguns as pressionavam para que largassem o grupo. A maioria delas, diante disso, assumia uma postura categórica e fortalecida pela pertença: estavam dispostas a pagar o preço dessa escolha e a usar a força de sua resistência como combustível de uma luta que não era só delas. Esse dado aponta para uma espécie de vivência política decorrente do trabalho psicoterápico grupal. Como se cada mulher participante do grupo passasse a ter uma dupla missão: por um lado, promover a própria saúde e bem-estar e, por outro, promover a saúde e o bem-estar de todas as mulheres.

Efeitos que perduram...

Recentemente, quase dois anos após nossa saída da Instituição, fomos surpreendidas por uma calorosa recepção festiva organizada pelas participantes dos grupos. Esse encontro aconteceu em uma "república" montada por duas senhoras que tantas vezes se queixaram, nos encontros, de serem tratadas ora como empregadas, ora como estranhas, na casa dos filhos e noras. Pois bem: decidiram experimentar viver de outro modo, aos quase setenta anos de idade. Claro que isso tem trazido outros desafios, mas, ainda assim, revela uma atitude de não resignação diante das dificuldades da vida: sinal de iniciativa e de saúde; anseio de mudança.

A experiência de reunir mulheres que falam sobre os próprios sofrimentos, conflitos, anseios, e que pensam conjuntamente formas de se posicionar em relação a eles, demonstrou que o grupo pode potencializar outras formas de elas se diferenciarem como sujeitos, que não o adoecimento. É certo que, às vezes, a doença já se instaurou. Mesmo

assim, há doenças crônicas que são melhor administradas quando se pode pensar, sistematicamente e na companhia de semelhantes, sobre as motivações sociais e afetivas que afetam o estado de bem ou mal-estar.

Acreditamos que uma de nossas principais funções tenha sido realizar mediações no âmbito das comunicações intersubjetivas, fomentando a prática da negociação entre interlocutores que precisavam se confrontar. Isso também insere o fazer do psicólogo no campo da moral e da ética, empreendendo uma "razão argumentativa" que, segundo Oliveira (2004), deve estar orientada pelo signo da solidariedade e do que parece adequado em termos de assegurar os direitos básicos e a autonomia dos sujeitos envolvidos. Trata-se, portanto, de uma ética discursiva, que parte do pressuposto de que as fronteiras entre os sujeitos/grupos – que delimitam saberes, valores, campos semânticos e visões de mundo diferentes – podem ser porosas ao argumento no discurso, permitindo reflexão por ambas as partes envolvidas na relação dialógica.

Sobre a construção da igualdade de gênero

Esse trabalho revelou-nos a importância de se problematizar certos meandros da dominação masculina presentes em tantos discursos e práticas sociais – muitas vezes respaldados por formulações correntes que são, de fato, moralizantes. Buscamos, nesse percurso, desnaturalizar crenças e estereótipos relativos a gênero e também enraizar histórica, sociológica e intersubjetivamente fenômenos equivocadamente concebidos como "coisas em si mesmas", isoladas, de origem endógena, tal como tendem a ser pensadas as (psico)patologias e os papéis de gênero.

Se considerarmos que os grupos pesquisados se formaram por conta da demanda e não por determinação externa, como grupos de mulheres, parece pertinente indagarmos sobre o caráter feminista deste estudo. Mas, mesmo sem a intenção prévia, tendemos a reconhecer que, destoando da cultura patriarcal que também permeia o *ethos* militar, os grupos psicoterápicos naquela instituição oportunizaram uma experiência psicoterápica emancipatória e coletiva de cunho feminista, apoiando a incursão de mulheres em novos lugares, tanto no universo extradoméstico, como na micropolítica da esfera privada.

Segundo Costa (2005), quando o feminismo ressurgiu no contexto dos movimentos contestatórios dos anos 60 em torno da afirmação

de que o "pessoal é político", rompe-se com os limites do conceito de "político", até então associado ao âmbito da esfera pública e suas relações sociais. Assim, ao afirmar que "o pessoal é político", o feminismo convoca para a discussão a dimensão política que permeia a esfera privada e problematiza a dicotomia público-privado que serviu de base à construção do mundo moderno.

Para Alvarez (1990 *apud* Costa, 2005), o feminismo distingue-se de outros movimentos de mulheres por:

1. defender os interesses de gênero das mulheres;
2. questionar os sistemas culturais e políticos construídos a partir dos papéis de gênero historicamente atribuídos às mulheres;
3. definir sua autonomia em relação a outros movimentos, organizações e o Estado;
4. possuir um princípio organizativo da horizontalidade, isto é, da não existência de esferas de decisões hierarquizadas.

Reconhecemos, portanto, o engendramento de um espírito feminista no interior dos grupos, sem que isso tivesse sido planejado.

Quanto ao modo de conduzir a pesquisa, Oliveira (1998) aponta para a necessidade de se desenvolver uma "Antropologia da Ação" imersa no campo da ética, ou seja, preocupada não apenas em conhecer o outro (como objeto de estudo), mas também a vida dos sujeitos observados. Ora, a pesquisa psicossocial, na maioria das vezes, também vai além da construção de conhecimentos, enlaçando-se às demandas da ação. No decorrer do trabalho, tornamo-nos, tal como Oliveira alude à terminologia utilizada por Gramsci, "pesquisadores orgânicos", profundamente ligados ao grupo social no qual estamos ideologicamente inseridos. Assim, fomos impelidos não apenas a conhecer, mas também a agir.

Schmidt (2006, 2007) defende que, na pesquisa participante, a construção de sentidos acerca da alteridade somente acontece como fruto do diálogo, da interlocução e das negociações culturais e interpessoais que se dão entre pesquisadores e pesquisados.

A prática da pesquisa participante é capaz de aglutinar em torno de si tanto a reflexão epistemológica que interessa à ruptura com o paradigma positivista quanto à apreensão crítica das dimensões éticas e políticas das pesquisas de campo, configurando

metodologias que promovem uma relação com o outro próxima à idéia de comunidades interpretativas.⁴⁵ (SCMIDT, 2006, p.13)

Mas, é preciso atentar para os riscos associados às pesquisas participantes que afirmam assumir um compromisso ético e político: relaciona-se aos efeitos contraditórios daquilo mesmo que chamam de "ação" e "intervenção".

Não deixa de ser uma pretensão do pesquisador – psicólogo, sociólogo, educador ou antropólogo – achar que um grupo ou uma classe social necessita de sua ajuda para agir politicamente, criar cultura e educar-se para a consciência de seus direitos. Há uma espécie de respeito pelo outro que se concretiza no interesse por seus modos de viver, sentir e pensar, sem cobrar que ele seja o que não é. (SCHMIDT, 2006, p. 17)

De maneira semelhante, José de Souza Martins, em *Reflexão crítica sobre o tema da exclusão social*, afirma:

Há que se atentar para os limites sociais involuntários e condições sociais presentes no afã de mudar. [...] Toda ação social intencionalmente transformadora, em graus variáveis e em diferentes circunstâncias, tanto concorre para a inovação social e a transformação social, quanto concorre para a reprodução das relações sociais existentes. (MARTINS, 2002, p. 47)

Mas, se esses autores discutem com notável riqueza de argumentos (históricos, antropológicos, econômicos, epistemológicos) os perigos da militância social e acadêmica⁴⁶, suas ideias não tiram a força da nossa indignação. Ao contrário, apontam para a importância de lapidá-la com maior reflexão e cautela, pois que a força do "inimigo" contra o qual se pretende lutar

45 As chamadas "comunidades interpretativas" seriam exemplos nos quais se percebe uma democratização do saber desde sua produção até o momento de sua divulgação ou aplicação, "integrando ao conhecimento científico, o pensamento de senso comum, os saberes populares e a mídia para um confronto dos problemas sociais em nível local, nacional, ou internacional." (SCMIDT, 2006, p.13).

46 Martins (2002) discute criticamente esses perigos, citando o exemplo do termo "excluídos", tão corrente e utilizado para designar a condição vitimada da população pobre, com valores vindos de fora, e uma lógica subjacente de que o "bom seria incluir no que aí está".

– processos de dominação política, desigualdades (sociais, étnicas, de gênero), preconceitos, violências etc. – é mais poderoso do que imaginamos e se (re) produz até mesmo no solo de discursos combativos.

Nesse sentido, o que vem a ser a uma boa intervenção? Até aqui, tendemos a apostar que é aquela que reconhece o que a motiva, dispõe-se a auto-reflexão e se orienta por e para os coletivos dos quais participam os sujeitos, na busca de se alcançar um bem comum. Tem, portanto, como horizonte, o signo da solidariedade⁴⁷ e da emancipação do ser humano, em termos de assegurar seus direitos básicos e sua autonomia.

V CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que o *ethos militar* contribuiu para o sofrimento e para o adoecimento de muitas mulheres, na medida em que está associado à assimetria de gênero, aos meandros do poder patriarcal dentro de casa, às recorrentes e compulsórias mudanças de Estado, à falta de privacidade nas vilas militares, ao embrutecimento dos maridos sujeitos a excessos de serviço e a situações recorrentes de humilhação social, entre outros aspectos. Mas o *ethos militar* não é o único fator responsável pelo sofrimento feminino; tampouco se pode dizer que esse mesmo *ethos militar* não ofereça brechas para a (re)ação, o engajamento e até a apropriação de novas habilidades por parte das mulheres, no sentido de enfrentarem suas dificuldades. Há passagens biográficas, por exemplo, em que elas enfrentaram desafios (como falta de dinheiro, solidão, traição, doenças na família, viuvez, mudança de cidade, criação de filhos etc.), recorrendo a contatos e estratégias oportunistas pela Marinha.

Sem dúvida, é pertinente que se aprofundem estas análises e se multipliquem as abordagens dos dados colhidos, não só tomando o ponto de vista das mulheres, como também de homens e de outros atores na cena familiar, pertencentes a outros grupos sociais e econômicos. Assim, seria possível explorar outras dimensões que também participam da constituição tanto do sofrimento como das forças em que se amparam as construções de gênero e saúde no mundo contemporâneo.

⁴⁷ Solidariedade é definida por Oliveira (2004) como "modo pelo qual iluminamos o teor de nossa imparcialidade e esta, sob o signo da justiça". (p. 28)

Não pretendemos apresentar o grupo terapêutico como solução definitiva para os problemas de gênero e saúde vividos por mulheres de militares. Tampouco isentá-lo do risco de também vir a produzir situações de sofrimento – como sentimentos de culpa, desaprovação, vergonha etc. – perante os quais são necessários manejos terapêuticos cuidadosos, que por um lado acolhem as percepções e as situações difíceis e por outro problematizam-nas, a partir de outros pontos de vista, visando à superação de padrões nocivos de conduta e pensamento.

De todo modo, pareceu-nos importante registrar e divulgar a potência das conquistas de cunho emancipatório engendradas nos/ pelos encontros psicoterápicos grupais de mulheres, lugar de reflexão, partilha e gestão coletiva de enfrentamentos variados do fenômeno da desigualdade de gênero.

A terapia me ajudou a ver que a coisa só acontece se eu deixar. Às vezes tenho vontade de culpar ele porque eu não trabalho por causa dele... mas aí penso que foi porque eu permiti... Se tivesse naquela época o pensamento que eu tenho hoje, eu não tinha homem. Tinha a minha casa, o meu carro, o meu trabalho: essas três coisas!
(Berenice, 41 anos)



Foto tirada no dia do encerramento dos grupos, em janeiro de 2009. Imagem desfocada para preservar as identidades das participantes. Foto e arte: Thais S. Goldstein (2009).

VI - REFERÊNCIAS

CASTRO, Celso. *O Espírito Militar: um antropólogo na caserna*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O Movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. In: Estudos feministas. Disponível em: <http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/01112009-115122costa.pdf> jan.- jul. 2005.

FOUCAULT, Michel. *História da Loucura na Idade Clássica*. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 1972.

_____. *Vigiar e punir: História da Violência nas Prisões*. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. *O nascimento da clínica*. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

_____. *O saber Local*. Petrópolis: Vozes, 1998.

GOLDSTEIN, Thaís. *Experiências de sofrimento feminino sob o olhar de uma psicologia sócio-antropológica: influências do ethos militar nas dinâmicas das famílias de militares*. 2007. Dissertação de Mestrado junto ao Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007

LEIRNER, Piero de Camargo. *Hierarquia e Individualismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. Ciências Sociais Passo a Passo n. 26.

MARTINS, José de Souza. Reflexão Crítica sobre o tema da exclusão social, In: *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis, Vozes, 2002, p. 25-47.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *O trabalho do antropólogo*. São Paulo: UNESP / Paralelo 15, 1998.

_____. O Mal-Estar da Ética na Antropologia Prática. ABA Antropologia e Ética. O debate atual no Brasil. Niterói, EdUFF, 2004.

RABELO, Miriam Cristina; ALVES, Paulo César; SOUZA, Iara Maria. *Experiências de Doença e Narrativa*. Salvador: Fiocruz, 1999.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. *Tecendo Por Trás dos Panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. São Paulo: Rocco, 1994.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval. *Pesquisa participante e formação ética do pesquisador na área da saúde*. São Paulo, Scientific Electronic Library Online, 2007. *Pesquisa Participante: Alteridade e Comunidades Interpretativas*. São Paulo, Psicologia USP, 2006

TORRES, Anália. A individualização no feminino, o casamento e o amor. In: PEIXOTO; DE SINGGLY; CICHELLI (Orgs.). *Família e individualização*. São Paulo: FGV, 2000, p.135-156.

MULHERES QUE VIVENCIAM VIOLÊNCIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO ATENDIMENTO NO CENTRO DA MULHER REVIVI

Sandra Adelina Giacomini
Liane Cilene Romanini

Ao reunir informações sobre as mulheres usuárias do Centro de Referência para Mulheres que Vivenciam Violência (Revivi), pretendemos dar visibilidade à violência de gênero, em específico, à violência contra a mulher, favorecendo discussões que possam produzir ações na busca de uma equidade de gênero. A situação de desigualdade entre homens e mulheres começou a ser problematizada com o movimento feminista, levando para discussão no ambiente público aquilo que era considerado como exclusivo do ambiente privado. A violência de gênero, por muito tempo, foi considerada normal e vista como um problema essencialmente doméstico.

Este artigo se propõe a apresentar o trabalho desenvolvido pelo Serviço de Psicologia do Centro Revivi de Bento Gonçalves, que fundamenta suas ações nos Estudos Culturais e de Gênero. Adota-se o conceito de gênero a partir de uma perspectiva pós-estruturalista proposta por Joan Scott (1995). Tal conceito reatualizado e ressignificado permite considerar

que as próprias instituições, os símbolos, as normas, os conhecimentos, as leis e as políticas de uma sociedade são constituídas e atravessadas por representações e pressupostos do feminino e do masculino e, ao mesmo tempo, produzem e/ou ressignificam estas representações (MEYER, 2003, p. 16).

Interessa neste estudo o uso do conceito de gênero e o seu poder de desestabilização da equação sexo/gênero, quando problematiza noções de masculino e de feminino que tomam a biologia como referência. Um conceito que, conforme nos diz Louro (1995), consolidou-se por sua carga conceitual densa e compreensiva, que inclui o social, a cultura e o biológico, passando a ser entendido como uma ferramenta conceitual, que possibilita pensar sobre como se produzem masculinidades e

feminilidades, constituídas por e dentro de relações de poder que se estabelecem na cultura.

O termo gênero é também utilizado para designar relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade de dar à luz crianças e que os homens têm uma força muscular superior. O gênero torna-se, antes, uma maneira de indicar "construções sociais" – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres (SCOTT, 1995, p. 75).

Louro (1995, p. 103) afirma ainda que "gênero é mais do que uma identidade aprendida, é uma categoria imersa nas instituições sociais", que são entendidas como generificadas, que educam, socializam e formam sujeitos. Em obra posterior, Louro (1997, p. 21) complementa: "Para que se compreenda o lugar e as relações entre homens e mulheres em uma sociedade, importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos".

Nessa direção, trabalhar com o conceito de gênero implica investigar como algumas das dimensões constitutivas de sua produção se articulam com, ou modificam, o que se entende e o que se diz sobre violência de gênero em nossa cultura, o que acarreta perguntas como, por exemplo: como o gênero atravessa e organiza relações de violência? Como se educam sujeitos de gênero em contextos culturais que também produzem determinadas formas de entender, viver e exercitar violência? Como se posicionam masculinidades e feminilidades nessa cultura?

Ao conceito de gênero, associa-se o entendimento de que a linguagem é um meio privilegiado pelo qual atribuímos sentido ao mundo e a nós mesmos, constituindo-se um elemento central da organização social e da cultura. As coisas começam a existir porque elas entram na linguagem. Segundo Louro (1995), os estudos de gênero, a partir de uma aproximação com Foucault, assumem a noção de linguagem como "constituidora dos sujeitos e da realidade" (p.

111). Nesse sentido, a linguagem não faz apenas um reconhecimento e descrição de corpos masculinos e femininos, mas produz e constrói esses corpos que assim nomeia.

Ancoradas nos estudos culturais, assumimos que os sujeitos aprendem e se reconhecem como homens e mulheres em uma sociedade por meio de processos educativos produzidos e reproduzidos pela família, pela igreja, pela mídia, pela escola, pelas políticas públicas (incluindo as voltadas para a promoção dos direitos das mulheres?!). Esses processos envolvem "estratégias sutis e refinadas de naturalização que precisam ser reconhecidas e problematizadas" (MEYER, 2003, p. 17), que podem estar imersas em processos sociais que reproduzem importantes diferenças/ desigualdades. Na articulação entre gênero e educação, amplia-se a definição de pedagogia, para *pedagogias culturais*, assumindo que, além da escola, instituições e práticas sociais também educam. A educação acontece na escola, nas bibliotecas, mas também quando assistimos a um filme, a uma propaganda, quando lemos revistas, jornais, quando participamos de uma brincadeira.

Citando Tomaz Tadeu da Silva (2000, p. 89), pedagogias culturais referem-se a "qualquer instituição ou dispositivo cultural que, tal como a escola, esteja envolvida – em conexão com relações de poder – no processo de transmissão de atitudes e valores". Nesse sentido, pode-se, e é importante questionar, em que medida e de que forma artefatos culturais contribuem para manter, atualizar, modificar e/ou naturalizar relações entre masculinidade e agressividade e/ou violência, feminilidade e sensibilidade e/ou fragilidade.

A cultura como um campo de luta e contestação apresenta um conjunto de saberes e práticas implicadas com a definição e produção de masculinidades e feminilidades, que justificam e naturalizam comportamentos, mantendo a ordem e o poder vigente.

Cada cultura tem suas próprias e distintas formas de classificar o mundo. É pela construção de sistemas classificatórios que a cultura nos propicia os meios pelos quais podemos dar sentido ao mundo social e construir significados. Há, entre os membros de uma sociedade, um certo grau de consenso sobre como classificar as coisas a fim de manter alguma ordem social. Esses sistemas partilhados de significação são, na verdade, o que se entende por "cultura" (WOODWARD, 2004, p. 41).

As diferenças entre homens e mulheres são naturalizadas por meio de diversos processos sociais que nos educam como sujeitos de gênero. Uma certa *natureza agressiva* seria inerente aos homens, e uma *certa natureza* de docilidade e fragilidade seria inerente às mulheres. Que jogos de poder estão envolvidos com a produção desses sujeitos, que acabam por determinar quem é o agressor e quem é a vítima? Que tipo de relação se estabelece quando chamamos as mulheres de vítimas e os homens de agressores?

Nesse exercício de problematização, nossa ação no Centro da Mulher – Revivi foi sendo ressignificada, ampliando-se as possibilidades de ação no enfrentamento a esse tipo de violência. Passou-se também a questionar o *a priori*, que posiciona homens como agressores e mulheres como vítimas, tencionando relações naturalizadas, promovendo um deslocamento da indagação *por que* para *como* essas práticas de violência foram sendo construídas, tendo em vista as relações que se estabelecem na cultura.

Uma das primeiras ressignificações resultado desses tensionamentos foi a mudança no nome do Centro da Mulher Revivi, que deixou de ser Centro de Referência para Mulheres Vítimas de Violência (criado em 2007) para ser Centro de Referência para Mulheres que Vivenciam⁴⁸ Violência (Revivi) – mudança política que indica um deslocamento do foco da mulher “dominada em si” (MEYER, 2003) para as relações de poder entre os gêneros, indo além do binômio *dominantes e dominados(as)*, problematizando as relações em que as diferenças/ desigualdades são produzidas e legitimadas. Uma proposta no sentido de ir além de uma polarização *maniqueísta*⁴⁹ que fixa as identidades – no caso da violência de gênero, o homem como o agressor e a mulher como a vítima. Até porque entendemos que violência também é um conceito relacional, e a denominação de vítima e agressor, se utilizada, não deveria ser fixada.

48 A expressão “mulher vítima de violência” passou a ser questionada pelo serviço, entendendo que o termo vítima fixa a mulher em uma posição de não sujeito, incapacitada para mudança. Considerou-se mais produtiva a expressão “mulheres que vivenciam violência”, procurando dar visibilidade à possível provisoriabilidade desse lugar de sujeito.

49 O maniqueísmo é uma forma simplista de pensar, em que o mundo é dividido em dois: o do Bem e o do Mal. A simplificação é uma forma primária do pensamento que reduz os fenômenos humanos a uma relação de causa e efeito, certo e errado, isso ou aquilo, é ou não é (REVISTA ESPAÇO ACADÊMICO, 2001).

Isso não significa deslegitimar a terminologia "violência contra a mulher", considerando a maior situação de vulnerabilidade das mulheres, quando falamos em violência de gênero. Exemplo disso é a criação de políticas públicas e de lei específica de proteção à mulher, a Lei nº 11.340/2006, Lei Maria da Penha⁵⁰. Por assim considerar, apresentaremos alguns dados sobre a violência contra a mulher.

Segundo a OMS (2002), quase metade das mulheres assassinadas no mundo tem o marido ou namorado, atual ou ex-companheiro, como o assassino. O homicídio de mulheres responde por, aproximadamente, 7% de todas as mortes de mulheres entre 15 e 44 anos no mundo todo.

Conforme Waiselfisz, no Mapa da Violência 2010, do Instituto Sangari, o índice de homicídios femininos no Brasil é de 3,9%, sendo que, em alguns estados, como o Espírito Santo, chega a 10,3%. Em uma comparação com países do mundo, o Brasil apresenta uma taxa elevada, sendo o 12º de 73 países. A Argentina apresenta uma taxa de 1,6%.

Alguns dados do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (os mais recentes são de 1997) indicam que :

1. um em cada cinco dias de falta ao trabalho no mundo é causado pela violência sofrida pelas mulheres dentro de suas casas;
2. a cada cinco anos, a mulher perde um ano de vida saudável se ela sofre violência doméstica;
3. o estupro e a violência doméstica são causas importantes de incapacidade e morte de mulheres em idade produtiva;
4. uma mulher que sofre violência doméstica geralmente ganha menos do que aquela que não vive em situação de violência;

O Brasil perde 10% do seu Produto Interno Bruto por ano com a violência praticada contra a mulher. É o custo do aparato colocado nos sistemas de saúde, policial e judicial, onde a mulher agredida é acolhida, somando-se às perdas decorrentes dos dias de licença médica.

50 Maria da Penha constitui um caso emblemático de violência contra a mulher. Em 1983, por duas vezes, o marido tentou assassiná-la. Na primeira vez, por arma de fogo, e, na segunda, por eletrocussão e afogamento. As tentativas de homicídio resultaram em lesões irreversíveis à sua saúde, como paraplegia e outras sequelas. Maria da Penha transformou sua vivência em luta pela garantia dos direitos das mulheres.

A informação foi prestada pela corregedora do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Eliana Calmon⁵¹.

Segundo a Fundação Perseu Abramo, na pesquisa *Mulheres Brasileiras e Gênero nos espaços público e privado/2010*, cerca de uma em cada cinco brasileiras (18%) declara espontaneamente ter sofrido algum tipo de violência por parte de um homem conhecido ou desconhecido. Quando estimuladas pela citação de diferentes formas de agressão, o índice de violência sexista ultrapassa o dobro, alcançando 40%. Entre as violências, destacam-se ter sofrido controle ou cerceamento (24%), violência psíquica ou verbal (23%), ameaça e violência física (24%).

Com exceção das modalidades de violência sexual e de assédio, nas demais modalidades o parceiro (marido, namorado) é o responsável, chegando a 80% dos casos.

Em nenhuma das modalidades de violência investigada a busca por autoridade policial ou judicial ultrapassa 1/3 dos casos.

Tanto as mulheres agredidas como os homens autores da agressão apontam como principais razões para os episódios de violência de gênero algum mote referindo o controle de fidelidade (48%);

10% chegaram a sofrer espancamento, com cortes, marcas ou fraturas.

A cada 24 segundos uma mulher é espancada no Brasil.

No estado do Rio Grande do Sul, segundo o estudo técnico nº 46 da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, verificamos que os crimes de ameaça e lesão corporal contra a mulher, entre os anos de 2002 e 2007, foram os que apresentaram as maiores médias históricas em relação ao total dos delitos. A cada dez mil mulheres, aproximadamente 132 já sofreram algum tipo de ameaça e 99 sofreram lesões corporais. Por ano, são em média 194 casos de homicídio e 26 casos de lesão seguida de morte. No ano de 2007, foram 154.249 registros de ocorrência policial de crimes cometidos contra a mulher.

Bento Gonçalves, município que sedia o Revivi, conta com uma população de 107.341 habitantes segundo o censo de 2010, com um PIB *per capita* de 22.673 (FEE/2005, disponível em <<http://www.fee.tche.br>>). O Posto da Mulher registra aproximadamente 110 casos de violência contra a mulher ao mês.

51 Disponível em: <http://www.bahiatodahora.com.br/destaques-esquerda/noticia_destaque2/violencia-contra-a-mulher-custa-10-do-pib-brasileiro-afirma-ministra-eliana-calmon>; abr. 2011.

Analisando os casos atendidos no Centro de Referência para Mulheres que Vivenciam Violência Revivi

O Centro Revivi foi criado no ano de 2007, concomitantemente a instalação da Coordenadoria da Mulher e do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher do Município. A equipe básica é composta por uma coordenadora, uma psicóloga, uma estagiária de Psicologia e uma recepcionista. O referido centro é composto ainda por uma equipe ampliada em que os mais diversos setores da comunidade, órgãos governamentais ou não governamentais estão representados, compondo uma rede de atendimento às *mulheres que vivenciam violência*. Procura-se oferecer um atendimento de suporte às mulheres que chegam ao serviço, proporcionando um espaço de escuta, orientações e o atendimento propriamente dito, com um enfoque para a autonomia dessas mulheres. O serviço também está preocupado com a promoção dos direitos da mulher e a garantia da equidade de gênero. Desse modo, procura-se desenvolver uma série de ações de caráter preventivo e educativo com a comunidade, com o objetivo de diminuir a vulnerabilidade da população feminina.

Apresentaremos as mulheres atendidas pelo Centro de Referência no ano de 2010 por meio de uma análise quantitativa e qualitativa dos dados, que se baseiam na ficha cadastral e nos relatos das entrevistas individuais e grupais realizadas pelo serviço de Psicologia. Inicialmente, os atendimentos são feitos individualmente (em média de seis) para, em seguida, recomendar-se a participação em grupo de apoio.

Foram atendidas, no período de 1ª de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010, o total de 114 *mulheres em situação de violência*, todas incluídas neste estudo.

A Tabela 1 mostra as características socioeconômicas culturais das mulheres.

Tabela 1 – Características socioeconômicas das mulheres incluídas no estudo.

Característica	%
Forma de buscar atendimento	
Espontânea	18 %
Encaminhada	82 %
Faixa Etária	
10-16	2 %
17-20	6 %
21-25	11 %
26-30	14 %
31-35	11 %
36-40	12 %
41-45	18 %
46-50	10 %
51-55	5 %
56-60	5 %
60 ou mais	2 %
Não informado	4 %
Situação no mercado de trabalho	
Aposentada	5 %
Em benefício	6 %
Estudante	2 %
Não trabalha	29 %
Pensionista	1 %
Trabalha	55 %
Não informado	2 %

Escolaridade	
Não informado	11 %
Analfabeta	1 %
1° a 5° série	26 %
6° a 8 série	33 %
2° grau incompleto	8 %
2° grau completo	14 %
Ensino técnico	1 %
Ensino superior incompleto	4 %
Ensino superior completo	2 %
Tempo médio de vida do casal	
Afastada / 1 ano +	3 %
Não informado	18 %
0 a 1 ano	9 %
2 a 5 anos	12 %
6 a 10 anos	15 %
11 a 15 anos	19 %
16 a 20 anos	16 %
21 a 25 anos	5 %
26 anos +	8 %
Autor da agressão e uso de álcool	
Sim	50 %
Não	37 %
Não informado	13 %
Autor da agressão faz uso de drogas	
Sim	29 %
Não	48 %
Não informado	23 %
Grau de parentesco com o autor da agressão	
Não informado	6 %
Sobrinho	1 %

Pai	2 %
Companheiro/Marido	69 %
Vizinho	1 %
Colega de trabalho	1 %
Ex-companheiro	7 %
Ex-namorado	3 %
Filho	3 %
Irmão	1 %
Namorado	4 %
Tipo de violência*	
Psicológica	100%
Patrimonial	31 %
Física	47 %
Sexual	7 %
Situação conjugal	
Casada	26 %
Solteira	9 %
Separada	9 %
União consensual	47 %
Víuva	3 %
Não informado	6 %

* Os tipos de violência não são excludentes, geralmente a mulher sofre mais de um tipo de violência.

A maioria das mulheres atendidas pelo Revivi tinha mais de 36 anos de idade, possuindo um relacionamento estável com mais de 11 anos de convivência com o autor da agressão. A situação da violência ocorre com alguém com quem se tem um vínculo afetivo, estabelecido numa fase adulta da vida.

Os autores da agressão, em sua totalidade, eram conhecidos das mulheres, tratando-se de homens com os quais mantinham relações de afeto: 69% eram companheiros ou maridos. A violência de gênero analisada nesse contexto trata-se de uma violência conjugal, uma violência no contexto de um casamento, de uma união estável.

Segundo Simone Beauvoir (1980, p. 165), "O destino que a sociedade propõe tradicionalmente à mulher é o casamento. Em sua maioria, ainda hoje, as mulheres são casadas, ou o foram, ou se preparam para sê-lo, ou sofrem por não ser". A conjugalidade ocidental está centrada numa categoria universal: o amor, uma experiência culturalmente constituída e, portanto, vinculada a relações de poder. Antony Giddens (1992) apontou para o aspecto subversivo da ideia de amor romântico. Para ele, no amor romântico, homens e mulheres não se colocam da mesma forma na relação. Nossa sociedade percebe o homem como um ser autônomo e produtor de sua existência; a mulher é percebida em oposição àquilo que o homem não é. Assim, o casamento se apresenta de maneira radicalmente diferente para um e para outro.

Nunca pensei nisso, a gente casa pra vida inteira (M.G.).

Jane Felipe (2007, p. 3) aponta para algumas características dessa idealização do amor romântico. Segundo ela, o sujeito que ama acredita que seu amor é maior do que qualquer outro; que um nasceu para o outro e se completa, "devendo" este amor ser mantido durante toda a eternidade. O amor romântico pressupõe que um conte "tudo" ao outro numa entrega incondicional. A autora segue apontando que "o casamento parece ser o coroamento do amor, em detrimento de outras modalidades de relação". Essa união, pautada na concepção de amor eterno, de completude e entrega, juntamente com a maternidade, produz uma representação do que significa ser mulher em nossa sociedade. Inúmeros discursos tratam de garantir a norma, que acaba por promover a desigualdade entre os gêneros e, nela, a violência de gênero. Instituições como a família, o casamento e a maternidade tornam-se mecanismos de dominação.

Quando tentava me separar, minha mãe me mandava de volta (M.S.).Tentei me separar e minha família disse que eu tinha que assumir (C.C.).Tive aquela criação: casou tem que aguentar; tem filhos, tem que aguentar (G.A.).Estava pensando em me separar, mas engravidei, tive que voltar para o meu lugar (A.C.).

Porque para eles é tão fácil abandonar tudo, a gente não consegue, pensa em tudo e por último pensa na gente (S.F.S.).

Ainda sobre o casamento, cabe aqui apontar que, antigamente, por uma obrigatoriedade civil, as mulheres incorporavam o sobrenome do marido quando se casavam, e ainda hoje, por "opção", muitas ainda o fazem. Assim, o último sobrenome das mulheres era/é da família do pai e depois do marido, indicando a quem as mulheres deveriam/devem obedecer.

O sentimento de fracasso e culpa também é algo que constitui a subjetividade de muitas mulheres. A família de origem, ao não apoiar *as mulheres em situação de violência*, reproduz uma lógica machista, de que cabe à mulher aguentar tudo, afinal, é seu marido. A reprodução dessa lógica corrobora a ideia de que a culpa deve ser dela por não ter sido capaz de manter um lar satisfatório para o marido. Muitas vezes, quando essas *mulheres em situação de violência* pensam em denunciar os maridos/companheiros na Delegacia da Mulher, a família de origem (suas mães, avós, tias, pais) é a primeira a ir contra, alegando que ela "não deve se meter em confusão". Como afirma Patrícia Grossi (1996, p. 135), "Ao destinar à mulher um papel submisso e passivo, a sociedade cria um espaço para dominação masculina, onde o processo de mutilação feminina é lento, gradual e considerado legítimo".

Aonde eu errei? (I.L).Tentei fazer o meu casamento dar certo. Fracassei (P.O).Vou tentar de novo, minha filha diz que não quer que eu me separe (S.C.P).

Um exemplo do papel da cultura na construção de uma feminilidade dócil, submissa, está presente em histórias infantis narradas para as crianças desde a primeira infância. Por meio de histórias como Bela Adormecida, Branca de Neve, Cinderela, a menina é convidada a entregar-se aos braços de príncipes e, assim, serem "felizes para sempre".

Talvez possamos então problematizar que o amor romântico possa ser um fator de vulnerabilidade da mulher em relação à violência de gênero. O discurso da masculinidade hegemônica, em que o homem é o mais forte, mais poderoso, é um imperativo para a mulher que deve a ele se submeter e buscar sua proteção.

Outras vezes, *as mulheres em situação de violência* são criticadas por manterem os relacionamentos em que a violência passa a ser naturalizada. Negam-se as desigualdades construídas culturalmente, atribuindo à situação uma questão somente individual, de desgraça pessoal ou de injustiça social.

As próprias mulheres, muitas vezes, não reconhecem a situação vivida como violência, dificultando assim qualquer perspectiva de resistência. Tanto homens como mulheres são sujeitos de um discurso construído pela cultura e por ele são subjetivados, dessa forma, não cabe dizer que o retorno à convivência com o autor da agressão deve-se ao fato de ela "gostar de apanhar", como se fosse uma "decisão" individual.

Logo que começamos a namorar, eu fiz uma festa de aniversário para ele. Foi a primeira vez que ele me bateu. Todo mundo dizia que eu era louca em ficar com ele. Estou me separando agora, oito anos depois. Eu aguardei até ele começar a mexer com a cabeça do meu filho (S.D.).

Miriam Grossi (2004) refere vários estudos sobre a temática da honra na sociedade brasileira. Um homem honrado é definido, na nossa cultura, como aquele que tem uma mulher de respeito, recatada, controlada, pura etc, cabendo a ele, então, controlar a mulher.

Tenho medo de sair com ele, não posso rir, nem virar para o lado (S.P.).Ele me cheira quando chego em casa, sou governada por ele (M.S.).Ele faz a lei (C.M.).

Outro discurso da hegemonia dominante é que bares são "lugares de homens", sendo o consumo de álcool uma característica "essencialmente" masculina. A maioria dos autores de agressão fazia uso abusivo de álcool, aqui entendendo a bebida não como a causa da violência, mas um disparador da situação de violência.

Ele bebe, mas me agride também quando não bebe (L.R.).

O ciclo da violência apresenta três fases: a tensão, a violência e a lua de mel. Na expectativa de ter um bom momento e diante de vários

pedidos de perdão, a mulher recua de sua decisão e investe mais uma vez na relação. Trata-se de estratégias de adaptação para preservar o casal e a família, já que a ela sempre lhe foi ensinado que tal tarefa, de manutenção do lar, do casamento, cabe às mulheres.

Prometia mudar e depois me batia até eu nem poder me mexer (C.C.).Ele voltou e eu deixei, ele tava um doce de bom (J.S.).Quando ele me agrediu pela primeira vez, eu não esperava, tive vergonha de registrar. Ele chorou de arrependimento (S.P.).Ele sempre me bateu, até quando eu tava grávida, quando a nenê nasceu ele se emocionou porque ela era perfeita, do jeito que ele me batia, ela podia ter nascido com problemas (M.I.L.).

A concepção foucaultiana propõe que o poder se constrói relacionalmente, apreendido como constelações dispersas de relações desiguais, discursivamente constituídas em campos sociais que se articulam a partir das correlações de forças internas (FOUCAULT, 1997). A igreja e a psicanálise são alguns exemplos desses discursos que reproduzem as relações desiguais de gênero, que, por sua vez, se reproduzem de geração em geração, garantindo o poder exercido pelo homem diante da mulher. Um poder que não é exercido somente pela força bruta, mas pelas ideologias vigentes e pedagogias culturais. Os artefatos culturais (mídia cinema, música, brinquedos...) exercem um importante papel dentro do que chamamos pedagogias culturais. Os enunciados produzem um discurso que subjetivam os sujeitos, na tentativa de normatizá-los. Para Zandra Argüello (2008, p. 71) "os adjetivos com os quais são caracterizados os sujeitos de gênero não são simplesmente descritivos, uma vez que exercem uma ação produtiva".

Simone de Beauvoir (1980) aponta que a religião, de uma forma geral, teve (e ainda tem) um papel significativo na construção da identidade feminina. Em várias passagens bíblicas, tanto no antigo como no novo testamento, o apóstolo Paulo refere o princípio de subordinação da mulher ao homem: "o homem não foi tirado da mulher e sim a mulher do homem; e o homem não foi criado para a mulher e sim está para o homem". Santo Ambrósio: "Adão foi induzido ao pecado por Eva e não Eva por Adão". São João Crisóstomo: "Em meio a todos os animais selvagens não se encontra nenhum mais nocivo que a mulher". Santo

Tomás certa vez afirmou: "O homem é a cabeça da mulher, assim como Cristo é a cabeça do homem".

A psicanálise coloca a mulher como alguém que se constitui a partir de um outro masculino. "As mulheres entram na ordem simbólica de forma negativa – isto é, como 'não homens' e não como 'mulheres'" (WOODWARD, 2004, p. 66).

A partir dos dados obtidos com as mulheres atendidas pelo Revivi, constata-se que se trata de mulheres que trabalham fora de casa, o que lhes oferece certa independência financeira, mas que parece não ser suficiente para possibilitar às mulheres relações de gênero mais igualitárias: 60% das usuárias têm uma fonte de renda fixa. "A independência econômica permanece abstrata porquanto não engendra nenhuma capacidade política" (BEAUVOIR, 1980, p. 116).

A maioria é oriunda de um nível socioeconômico menos favorecido, mas sabemos que muitas mulheres, independentemente de idade, classe social, escolaridade, profissão, raça, etnia, podem encontrar-se, em algum momento de suas vidas, em situação de vulnerabilidade simplesmente pelo fato de ser mulher.

Há também um planejamento sobre o número de filhos, o que evidencia uma articulação do movimento de mulheres aos chamados direitos civis. Garantiu-se a ampliação da renda familiar, o direito ao voto, à saúde, à educação etc., mas todas essas conquistas não foram suficientes para que se efetivasse uma mudança significativa na posição das mulheres em relação ao poder exercido pelos homens.

Não sei se vou conseguir me sustentar sem ele (M.M.).

É importante observar que todas as mulheres que vivenciaram violência física referem ter sido vítimas de violência psicológica – ameaça, calúnia, difamação, controle (100% delas!). Muitas mulheres afirmam ter medo de denunciar a violência psicológica por não terem efetivamente como comprovar sua situação, além do que muitos autores da agressão negam o fato e/ou atribuem a culpa para a vítima.

Mesmo que não haja marcas no corpo, sabemos que a violência psicológica causa danos à saúde de um indivíduo, levando muitas vezes a queixas no corpo. A busca por serviços de saúde acaba sendo um recurso em razão da vulnerabilidade em que a mulher se encontra.

Podemos entender também que o processo contínuo e perverso de violência psicológica, muitas vezes, passa a ser associado a outros tipos de violência, moral, física, patrimonial e sexual.

Pensando alternativas para a equidade de gênero

A cultura androcêntrica e machista em que estamos inseridos usa a diferença corporal e biológica dos sexos para justificar e tornar naturais as desigualdades sociais entre homens e mulheres. Essas ideias determinam um sistema perverso, que passa a considerar natural uma diferença inventada, construída pela cultura.

As desigualdades de gênero são diferenças socialmente construídas, que não se justificam pelas diferenças biológicas dadas pela natureza. Diferença não é sinônimo de desigualdade. É contra as relações desiguais, e não contra as diferenças, que se impõem os direitos humanos das mulheres. Superar o poder no sentido de dominação de uns sobre os outros é a base de um trabalho que resulta no entendimento de uma rede de relações interdependentes, sem que as diferenças resultem em processos de desigualdade.

Em alguns momentos da história, e ainda hoje, alguns dos direitos "garantidos" pela Constituição só valiam para homens, brancos, de maior poder aquisitivo e com determinado grau de escolaridade. Percebeu-se que alguns grupos da sociedade necessitavam de proteção especial, específica, pois eram mais discriminados e estavam em desvantagem, numa posição de inferioridade em relação aos demais. Justifica-se assim a existência de tratados internacionais e legislação específica que garanta os direitos das mulheres.

Sabemos, porém, que a intervenção da lei não dá conta do fim da violência de gênero, em específico, da violência contra a mulher, que exige uma articulação entre diferentes áreas de atuação e de conhecimento.

Trata-se de construir uma atuação consistente e articulada, já que entendemos que as significações de gênero e poder constroem-se reciprocamente. Nesse sentido, Michel Foucault (1997, p. 5) afirma que "Onde há poder, há resistência", portanto, deve haver sempre possibilidade de resistir contra determinadas formas de sujeição.

O poder não é algo que possa ser dividido entre aqueles que o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos.

O poder deve ser analisado como algo que circula, que funciona em cadeias, que se exerce em rede. Os indivíduos nunca são alvos inertes ou consentidos do poder, são sempre centros de transmissão. Em outras palavras, o poder não se aplica aos indivíduos, e sim passa por eles, sendo o indivíduo um dos primeiros efeitos do poder (FOUCAULT, 1997, p. 184).

A história das mulheres é uma história de sujeição, assim como uma história de resistência. Olympe de Gouge, citado por Maria Conceição Araújo Carrion (1985) em seu texto *Condição feminina: da opressão a resistência*, publica no século XVII uma Declaração dos Direitos das Mulheres, cujo artigo afirma que "a mulher tem o direito de subir ao cadafalso; ela tem da mesma forma o direito de subir na tribuna".

Da mesma forma que a religião católica deu visibilidade a mulheres bíblicas como Eva e Maria (Maria nos remetendo a um modelo de mãe sofrida e digna, tendo um importante papel na construção da identidade feminina no que se refere à noção de sofrimento como algo da mulher; Eva representando a mulher que não soube se controlar, definindo o ser feminino como aquele que necessita de um outro que o conduza e proteja), podemos passar a dar visibilidade a outras mulheres bíblicas como Lilith, personagem feminina do antigo testamento, uma figura de poder feminino. Trata-se de exercícios que procuram desnaturalizar processos construídos historicamente.

As relações de poder não são alguma coisa má em si mesma, [...] O problema não é, portanto dissolvê-las, [...] mas se imporem regras de direito, técnicas de gestão e também a moral, o *êthos*, a prática de si, que permitirão, nestes jogos de poder, jogar o mínimo possível de dominação (FOUCAULT, 2006, p. 284).

Segundo Foucault, o exercício do poder se estabelece entre dois sujeitos capazes de resistir, e uma relação de violência equivaleria a um estado de dominação, em que não se estabelecem relações de poder. Tais "estados de dominação" bloqueiam as relações de poder.

Só é possível haver relações de poder, quando os sujeitos forem livres. Se um dos dois estiver completamente à disposição do outro e se tornar sua coisa, um objeto sobre o qual ele possa exercer uma violência infinita e ilimitada, não haverá relação de poder. Portanto, para que se exerça uma relação de poder, é preciso que haja sempre, dos dois lados, pelo menos, certa forma de liberdade (FOUCAULT, 2006, p. 276).

O trabalho desenvolvido pelo Revivi se propõe a promover um "desequilíbrio" das relações de dominação, promovendo jogos de poder com o mínimo de dominação.

Buscar o atendimento no Centro Revivi já pressupõe uma mudança na posição do sujeito que deixa de sofrer a violência em silêncio, abrindo-se uma possibilidade de ressignificar as relações de poder entre os gêneros.

Da mesma maneira quando entendemos que a mulher está *em situação de violência*, o homem é autor de agressão, uma linguagem que aponta para a desconstrução de posições fixas, binárias. Somos todos indivíduos descontínuos, em construção, sujeitos de vários discursos que nos vão subjetivando e compondo nossa individualidade. Aquele que é objeto de desejo e objeto de um discurso pode ser sujeito de um desejo e de um discurso.

Este artigo é um modesto exercício de desconstrução de discursos que parecem contribuir com a situação da violência contra a mulher. Sabemos que a busca pela equidade de gênero implica uma atuação muito ampla, intersetorial, garantindo contínuas problematizações dos discursos hegemônicos de nossa cultura presentes nas instituições formais como família, escola, igreja e também na mídia, no cinema, na literatura, na música...

Encerro citando Mario Quintana:

Se as coisas são inatingíveis... ora!
Não é motivo para não querê-las...
Que tristes os caminhos, se não fora
A mágica presença das estrelas!

REFERÊNCIAS

ARGÜELLO, Zandra E. Representações de gênero nos discursos de crianças pré-escolares. *Revista Artemis*, v. 8, p. 68-83, 2008.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo 2. A experiência vivida*. 5. ed. São Paulo: Nova Fronteira, 1980.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero. Feminismo e subversão de identidades*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARRION, Maria da Conceição Araújo. Condição feminina: da opressão a resistência. In: ALBORNOZ, S.; CARRION, M. C. A. (Eds.). *Na condição de mulher*. Santa Cruz do Sul: Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul, 1985. p. 77-90.

FELIPE, Jane. *Do amor (ou como glamourizar a vida): apontamentos em torno de uma educação para sexualidade*. 2007. Trabalho apresentado no 3º Seminário Corpo, gênero, sexualidade – discutindo práticas educativas, UFRGS, maio 2007.

FERNANDES, Aparecida Luz. *Gênero e feminismo: coisa de mulher? Formação de mulheres para o exercício da cidadania*. Porto Alegre: Coletivo Feminino Plural, Fundação Luterana, 2006. p. 9-13.

FOUCAULT, Michel. *Ética, sexualidade, política*. 2. ed. São Paulo: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1. A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 2. O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *Mulheres brasileiras nos espaços público e*

privado. Pesquisa de opinião pública. 2010. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br>>. Acesso em 1º jan. 2011.

GIDDENS, Anthony. A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1992.

GROSSI, Miriam Pillar. Masculinidades: uma revisão teórica. Revista Antropologia em Primeira Mão, Santa Catarina, UFSC, 2004.

GROSSI, Patrícia Krieger. Violência contra a mulher: implicações para os profissionais da saúde. In: LOPES, M. J. M.; MEYER, D. E.; WALDON, V. R. (Orgs.). Gênero e saúde. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p.133-149.

LOURO, Guacira. Gênero, história e educação: construção e desconstrução. Revista Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 101-132, jul./dez. 1995.

LOURO, Guacira. Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira. Um corpo estranho. Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MEYER, Dagmar E. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira L.; NECKEL, Jane F.; GOELLNER, Silvana N. (Orgs.). Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 9-27.

PETERS, Michel. Pós-estruturalismo e filosofia da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Revista Educação e Realidade. v. 20, p. 71-94, jul./dez. 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: _____. (Org.). Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 73-102.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Teoria cultural e educação. Um vocabulário crítico. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da violência no Brasil. Anatomia dos homicídios no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari. Disponível em: <<http://www.institutosangari.org.br/mapadaviolencia/MapaViolencia2010.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2011.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 7-72.

MULHER: FORTALECIMENTO EM BUSCA DE AUTONOMIA

Kely Cristina Brocco de Oliveira
Sheila Farias Figueiró

Atividades realizadas pela Psicologia e pela Assistência Social

Atividades realizadas pelas profissionais da Psicologia e Assistência Social têm como foco a "prevenção e promoção da vida, valorizando os aspectos saudáveis presentes nos sujeitos" (Crepop, 2008). A prevenção é a atividade principal em que se trabalha em rede. As ações desenvolvidas estão de acordo com o que é realizado no Centro de Referência da Assistência Social. Os serviços de acolhimento e fortalecimento de vínculos, bem como de proteção e atendimento integral à família são a base das atividades realizadas.

Objetivo

Identificar as constantes mudanças e transformações que permeiam o universo feminino; refletir sobre as mudanças dos papéis da mulher e valorizá-las por meio de espaços de relacionamentos e fortalecimento de vínculos.

Temática central da experiência

Atuação da Psicologia e Assistência Social no atendimento a mulheres, tanto na prevenção de situações de risco e vulnerabilidades sociais quanto na promoção de ações pela cidadania plena das mulheres.

Problema abordado

A definição dos papéis sociais de homens e mulheres é uma construção histórica, política e cultural. Isso leva a mulher à condição de sujeito e proporciona a humanização das relações consolidando a dignidade humana. A função da mulher vem sofrendo transformações visíveis. Como a mulher pode fortalecer-se a fim de lidar com esses novos papéis, direitos e deveres?

Desenvolvimento do trabalho

O trabalho com o grupo de mulheres teve início no ano de 2009, em duas vilas da cidade consideradas com maior número de famílias em vulnerabilidade social. Inicialmente, foram convidadas a participar do primeiro encontro, no salão da comunidade, as famílias beneficiárias do programa Bolsa Família. Convites foram entregues nos locais contemplados pelo programa Estratégia de Saúde da Família (ESF) e, com a ajuda das agentes de saúde, foram entregues às famílias. Mesmo sendo grande o número de beneficiárias do programa, poucas famílias compareceram. Com o passar dos encontros, o grupo aumentou, tendo sempre em torno de 18 a 23 pessoas. Somente mulheres compareceram, apesar de toda a família ter sido convidada.

Foi apresentada a proposta do trabalho, com base no cumprimento das condicionalidades do programa Bolsa Família, as quais reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Foram combinados encontros quinzenais no próprio salão da vila.

Com a continuidade dos encontros, foi mantida a participação quase exclusiva das mulheres, somente com a presença de algumas crianças. Foi combinado então que aquele momento seria destinado às mulheres, e outros encontros foram marcados para atividades com crianças, adolescentes e avós. Interesses além de direitos sociais surgiram no decorrer dos encontros, como situações familiares, desemprego, relacionamento conjugal, violência psicológica, saúde da mulher. Foi proposto ao grupo, portanto, trabalharmos essas temáticas.

No ano de 2009, os encontros foram baseados em temas relacionados a relações sociais de gênero, focando-se nas histórias de vida das próprias participantes do grupo, nos papéis desempenhados por elas, pelas mães, avós. Sexualidade, religião e trabalho também foram temas abordados por meio de dinâmicas de grupo, discussões e relatos de experiências.

Diante da necessária (des)construção cultural a ser feita, no que diz respeito às relações entre o feminino e o masculino, já se pode vislumbrar avanços. Contudo ainda é preciso dar vários passos para vencer as desigualdades de gênero. Este deve ser um esforço coletivo de homens e mulheres (CENTRO DE EDUCAÇÃO E ASSESSORAMENTO POPULAR, 2006).

Violência doméstica foi um dos temas que surgiram para discussão e foi amplamente debatido nos grupos. Foi dada continuidade no ano seguinte, pois se percebeu o interesse das participantes.

A violência emocional prevalece em relação às outras formas de violência; é motivo de sofrimento e causa inúmeras doenças psicossomáticas, apesar de não deixar marcas, cujos sintomas muitos profissionais não percebem (OLIVEIRA, 2009).

No ano seguinte, 2010, novas participantes se juntaram ao grupo, mulheres beneficiadas pelo programa Bolsa Família, mas também outras que "ouviram falar" do grupo e do que era discutido nos encontros, que aconteciam quinzenalmente. A saúde da mulher foi amplamente discutida nos encontros, tendo como colaboradoras as enfermeiras e agentes de saúde das unidades de ESF. Temas como planejamento familiar, doenças sexualmente transmissíveis, depressão, doenças psicossomáticas, entre outros, foram abordados nos encontros.

Por sugestão das participantes, neste mesmo ano, novas atividades foram incluídas nos encontros, tais como artesanato, culinária, salão de beleza social. Essas oficinas passaram a acontecer semanalmente, sendo conduzidas por profissionais específicos. Os momentos de orientação e fortalecimento de vínculos continuaram a acontecer quinzenalmente, sendo conduzidos pela psicóloga e assistente social. Houve um aumento significativo de mulheres na participação dos grupos.

Em 2011, "Inclusão produtiva" é o tema desenvolvido. Além da oficina oferecida no grupo, as participantes têm a oportunidade de realizar oficinas que acontecem no próprio espaço da Secretaria de Desenvolvimento Social. Estão sendo oferecidas oficinas de cabeleireiro e manicure, culinária, crochê e pintura em tecido.

Neste ano, mais um grupo foi criado nas mesmas condições, em outro bairro – Frei Adelar. Os encontros acontecem em uma sala de aula disponibilizada pela escola. As famílias já iniciaram com encontros semanais com oficina de artesanato e quinzenais com orientações e fortalecimento de vínculos. Nas atividades desenvolvidas, os temas trabalhados nos anos anteriores são discutidos, para que a mesma evolução acontecida nos grupos desde 2009 também aconteça neste grupo.

Público-alvo

Mulheres jovens, em idade produtiva, residentes na vila Santa Helena, na vila Fátima e no bairro Frei Adelar do município de Marau-RS, algumas beneficiadas pelo programa de transferência de renda Bolsa Família e outras não beneficiadas, mas residentes na mesma localidade. Algumas delas realizam atividades como diarista, sem carteira assinada e renda fixa, mas a grande maioria realiza atividade no próprio lar. Todas têm baixa escolaridade (ensino fundamental incompleto).

Resultados esperados

A construção de novas relações, mais equilibradas e justas; a valorização de experiências próprias e a efetivação da cidadania. Reforçar o sentimento de pertencimento, do fazer parte, do ser capaz e, com isso, fazer acontecer na sua família, no trabalho, no grupo.

Avaliação dos resultados

Espaços de reflexão sobre a valorização e atuação da mulher dentro da família ocorreram como consequência de um aumento na autoestima, que pode ser percebido tanto fisicamente como nas relações familiares e com o grupo. Algumas mulheres ingressaram no mercado de trabalho formal e outras tantas no mercado informal, sendo este ainda um tema a ser discutido. Para muitas mulheres, entrar no mercado de trabalho formal não era bem visto, pois não receberiam mais o recurso do Bolsa Família. Com as orientações dadas nos encontros por profissionais convidados, essa visão está em processo de transformação, em que novas perspectivas estão sendo vistas. O fortalecimento que o grupo oferece a seus membros é algo reconhecido pelas próprias mulheres; a responsabilidade com a assiduidade, o compromisso com o que é discutido no grupo, o cuidado entre elas se fazem presente sempre. Observou-se que, lentamente, as mulheres passam a se dar conta da situação que vivenciam, buscando, a partir de suas histórias de vida, o fortalecimento necessário para compreenderem-se e buscarem formas alternativas de novas relações.

O processo vivenciado pelos grupos contribuiu e contribui de forma significativa para gerar dúvidas e inquietações sobre o papel e espaço ocupado por elas na família e na sociedade. Aos poucos, a

conquista dos direitos básicos e a igualdade de oportunidades surgem como uma necessidade.

Impacto da experiência

A garantia dos direitos, a luta por independência, a procura de ajuda, esses podem ser o significado do grupo para muitas mulheres. O grupo significa um espaço de valorização, crescimento, fortalecimento, confiança, obtenção de informações, conquista de novas amizades, enfim, um estímulo. A abordagem de temas que instrumentalizam as mulheres no seu cotidiano as fortalece, tornando-as sujeitos.

A instabilidade presente nas relações familiares, influenciada pela demarcação de gênero não se altera com facilidade. Porém, o grupo é visto como referência e como um caminho na busca de alternativas diante da complexidade que envolve as relações familiares.

Possibilitar a abertura de novas portas, lembrando que a construção de um mundo mais justo e humano depende da qualidade das relações que se estabelece, e o grande desafio a homens e mulheres é compartilhar o exercício do poder, respeitando suas diferentes capacidades, perspectivas e sensibilidades (FIGUEIRÓ, 2006).

Redes

Destaca-se que, para a realização das atividades, fizeram-se necessárias articulações em rede. Escolas, Estratégias da Família, Conselho Municipal de Desenvolvimento Social e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, juntos, contribuíram para o êxito dessa atividade que pode oferecer "Democracia e Cidadania Plena das Mulheres".

Acesso ao edital

O conhecimento do edital se deu por *e-mail* enviado pelo Conselho Regional de Psicologia 07.

REFERÊNCIAS

CENTRO DE EDUCAÇÃO E ASSESSORAMENTO POPULAR (CEAP). Educação popular com enfoque de gênero. CEAP. Organização de Ana Maria Miranda. Passo Fundo: IFIBE, 2006. 88 p. (Coleção Cadernos Temáticos, 3).

CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS (CREPOP). Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS. Brasília: Conselho Federal de Psicologia (CFP), 2008.

FIGUEIRÓ, Sheila Farias. Um novo olhar sobre a mulher na família: desafios numa perspectiva de gênero. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação) – Universidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, 2006.

OLIVEIRA, Kely Cristina Brocco de. A síndrome da mulher maltratada e o Rorschach no sistema compreensivo. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação) – Universidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, 2009.

MULHERES NO MUNDO: A CONSTRUÇÃO DO DIREITO DE VIVER SEM VIOLÊNCIA

Marília Cortes Gouveia de Melo⁵²

Maria Cristina D'Almeida Marques⁵³

"(...) E quem sabe então
O Rio será
Alguma cidade submersa
Os escafandristas virão
Explorar sua casa
Seu quarto, suas coisas
Sua alma, desvãos
Sábios em vão
Tentarão decifrar
O eco de antigas palavras
Fragmentos de cartas, poemas
Mentiras, retratos
Vestígios de estranha civilização"

(Futuros Amantes – Chico Buarque)

52 E-mail: mariliacgmelo@gmail.com

Mestre em Saúde Coletiva IMS/UERJ, especialista em Psicologia Jurídica pela UERJ, especialista em Saúde Mental IPUFRJ/ENSP/FIOCRUZ, psicóloga formada pela Universidade Santa Úrsula/USU em 1982. Trabalhou como psicóloga no CEDIM – Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio de Janeiro/CIAM – Centro Integrado de Atendimento à Mulher, de 1994 a 2007, como assessora técnica da Comissão de Trabalho e Gênero no atendimento a mulheres em situação de violência e discriminação, na coordenação de grupos de reflexão e coordenação do projeto "Mulheres no Mundo". Atualmente é psicóloga, admitida por concurso público, da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, vinculada ao NIAP – Núcleo Interdisciplinar de Apoio às Unidades Escolares/ PROINAPE – Programa Interdisciplinar de Apoio às Escolas Municipais do Rio de Janeiro.

53 E-mail: cdmarques@superig.com.br ou cdmarques@ig.com.br

Especialista em Psicologia Jurídica pela UERJ, Pós-Graduada em Gênero e Sexualidade pela UERJ/IMS/CLAM/SPM. Psicóloga formada pelo Centro Universitário Celso Lisboa/CEUCEL em 1994. Foi assessora técnica do Conselho Estadual de Saúde/Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro. Foi psicóloga do Serviço de Educação e Responsabilização para Homens Autores de Violência Doméstica/ISER/ Secretaria de Assistência Social de Nova Iguaçu/RJ, em 2009, na função de coordenadora de grupos reflexivos para homens. Coordenou oficinas sobre os temas "Violência Doméstica" e "Gênero e Masculinidades" no Projeto Mulheres da Paz/ Fundação Darcy Ribeiro/PRONASCI em 2010/2011. Psicóloga do Centro Integrado de Atendimento à Mulher – CIAM/SUDIM/Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro, de 2000 aos dias de hoje, atuando no acolhimento, na orientação e no acompanhamento às mulheres em situação de violência doméstica, coordenação de grupos de reflexão e do projeto "Mulheres no Mundo".

Endereço da Instituição onde foi desenvolvido o projeto: CIAM/
SUDIM/RJ - Rua Regente Feijó, nº15, Centro, Rio de Janeiro, RJ. Tel.: (21)
2332 7199/7200 - E-mail: ciam@cedim.rj.gov.br

"Mulheres no Mundo: a construção do direito de viver sem violência".

Apresentação

"Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou refletir".

(Michel Foucault)

A complexidade do fenômeno da violência de gênero requer o desenvolvimento de um conjunto de ações capazes de consolidar a decisão da mulher de exercer o seu direito de autonomia e de respeito à sua integridade física, moral e psicológica.

Foi com esse entendimento que elaboramos o projeto "Mulheres no Mundo", pois percebemos, ao longo dos acompanhamentos dos casos atendidos no Centro Integrado de Atendimento à Mulher – CIAM Márcia Lyra, a necessidade de criar recursos institucionais que dinamizem o processo de saída da relação violenta através de uma abordagem integral.

Nesse sentido, o presente texto descreve a experiência das duas autoras, na formulação, coordenação e desenvolvimento do projeto "Mulheres no Mundo", neste centro de referência de atendimento. As autoras, psicólogas e servidoras públicas, faziam parte da equipe técnica do serviço desde a sua inauguração e uma das profissionais atua no CIAM até os dias de hoje.

O objetivo do projeto foi o de ampliar as práticas de atendimento, na instituição, às mulheres em situação de violência nas relações afetivo/conjugais. O cotidiano de atendimento no serviço trouxe, para nós profissionais, vários questionamentos sobre esse fenômeno e, em especial, sobre quem são essas mulheres que vivem diariamente situações

de opressão e risco à sua integridade física e psicológica em uma época marcada por profundas mudanças nas relações de gênero e da participação da mulher nas sociedades contemporâneas. Trouxe também indagações sobre como todo o aparato político-institucional e legal, traduzido em leis específicas, centros de referência, abrigos, serviços, delegacias etc.: responde ou não às demandas trazidas por essas mulheres.

O CIAM Márcia Lyra foi instituído através do decreto n.º 27.115 de 14/07/2000. É especializado no atendimento às mulheres em situação de violência de gênero e discriminação, tendo como objetivo geral a promoção da plena cidadania feminina. O CIAM oferece atendimento individual e em grupo, no que se refere a aspectos psicológicos, sociais e jurídicos. Atualmente é um serviço da Superintendência dos Direitos da Mulher – SUDIM/ Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDIM, os quais, por sua vez, estão vinculados à estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro.

Desde 1993, o CEDIM presta atendimento às mulheres e o CIAM Márcia Lyra foi inaugurado em março de 2001. Entre 1999 e 2011, cerca de 16.000 mulheres inscreveram-se no serviço para atendimentos no plantão de primeira vez e acompanhamentos subsequentes. O centro de referência conta com uma equipe multiprofissional composta de psicólogas, assistentes sociais e advogadas. A importância do serviço já foi reconhecida publicamente mais de uma vez. Emblematicamente, o CIAM foi contemplado com a premiação instituída pela Fundação Getúlio Vargas e Fundação Ford às vinte melhores experiências de políticas públicas do país (Programa Gestão Pública e Cidadania⁵⁴), no ano de 2002, concorrendo nacionalmente com um total de 980 projetos e programas sociais.

Histórico da Constituição do Projeto

Pesquisa realizada sobre o perfil socioeconômico⁵⁵ das mulheres que

54 Ver Histórias de um Brasil que Funciona. Programa Gestão Pública e Cidadania, São Paulo: FGV, 2002.

55 Ver CEDIM/CIAM.. Relatório de Pesquisa sobre o projeto "O Perfil da Mulher Usuária do CIAM", FAPERJ: julho/2001. Vale ressaltar que a violência de gênero é um fenômeno que acontece em todas as camadas sociais, com mulheres de diversas faixas etárias, renda, escolaridade, etc. Os dados apresentados aqui são os das mulheres que buscam ou buscaram o CIAM, que é um serviço público e, portanto, atende à população que usualmente procura esses serviços.

procuram o serviço revelou que as usuárias, em sua maioria, estão na faixa etária entre 31 a 40 anos, seguida das que estão na faixa etária entre 21 a 30 anos e depois das que estão na faixa entre 41 a 50 anos, sendo que a soma das usuárias com idades entre 31 a 50 anos corresponde a 56% dos casos. Em relação ao quesito cor/etnia, o maior percentual é de mulheres não brancas, isto é, negras e pardas somadas. A grande maioria (média de 80%) tem entre 1 a 3 filhos. Quanto à escolaridade, as usuárias com ensino fundamental incompleto significam 40% do total. Quanto à renda mensal, 80% das mulheres ganham entre 0 a 3 salários mínimos, sendo que 36% do total não possuem nenhuma renda, podendo indicar uma grande dependência econômica em relação ao companheiro/marido. O percentual de mulheres que desenvolvem atividades profissionais (com carteira assinada ou autônomas) é de mais de 50%. E, em média, 20% das mulheres que procuraram o serviço no período da pesquisa estavam desempregadas. Esses itens vão ao encontro das pesquisas que apontam a presença, cada vez maior, da mulher no mercado de trabalho, o que não significa condições econômicas igualitárias. Dados do IBGE confirmam que as mulheres ganham em média 60% dos salários dos homens e se concentram em profissões tradicionalmente consideradas femininas, cujos salários são menores e as condições de trabalho mais precárias.

Face ao quadro exposto, percebemos que um número expressivo das usuárias vive em condições socioeconômicas bastantes difíceis. Além disso, observávamos que a saída da situação de violência significava, muitas vezes, a separação do casal, o que podia resultar na queda do padrão de vida ou, em muitos casos, na impossibilidade do sustento imediato delas próprias e de seus filhos. Fato que se agravava, muitas vezes, com a demora das ações judiciais para decidir a partilha de bens e a pensão alimentícia, isto é, a corresponsabilidade paterna no sustento da prole.

Todo esse cenário podia obstaculizar não somente a saída da relação violenta, mas também a manutenção das decisões tomadas no momento da denúncia das agressões. Nesse sentido, a proposta de realização do projeto teve como finalidade criar um espaço de escuta, reflexão e um outro modo de acompanhamento dos casos através da criação de um novo formato de atendimento em grupo. Nesse novo formato buscávamos estimular não só a reflexão sobre a violência doméstica e as relações de gênero mas também uma maior inserção social que

favorecessem sua autonomia.

O principal fator que reforçou a necessidade de elaborar o projeto foi a nossa observação, ao longo de um período de um ano coordenando grupos de reflexão, da formação de um número significativo de mulheres assíduas e participativas. Percebemos que as mulheres perseveravam no desenvolvimento das reflexões de gênero, no aumento da auto-estima, na ampliação da análise pessoal e principalmente no desejo de participação social.

Destaca-se que os grupos de reflexão organizam-se no CIAM de forma aberta, para onde são encaminhadas as mulheres após primeiro atendimento individual no plantão do serviço. A cada semana entram e saem componentes novos, e os grupos são estruturados com mulheres que expressam diferentes momentos da sua condição emocional no que se refere ao processo de superação da situação de violência. Essa diferença, observada pelas profissionais no grupo que coordenávamos, criava um impasse entre as usuárias recém-chegadas, que iniciavam o processo de reflexão sobre a sua condição, e as mais antigas, que desejavam abordar outros temas mais adequados ao enfrentamento da nova fase que estavam vivendo.

Assim, a formulação e o desenvolvimento do projeto vieram atender à demanda de um número significativo de usuárias por uma mudança no enfoque do grupo, direcionando-o para questões mais abrangentes, capazes de propiciar um espaço que potencializasse a autonomia e a inserção social e econômica das mulheres atendidas. O critério inicial para a participação das mulheres nesse novo grupo que estava sendo criado era o de ter frequentado, por no mínimo seis meses, os grupos de reflexão abertos que continuavam a ser oferecidos no serviço. Nessa fase, quatorze mulheres se inscreveram para participar do projeto.

A questão profissional e a participação social se mostraram fundamentais para aquelas mulheres naquele momento. O mundo do trabalho não é apenas gerador de rendimentos econômicos, mas produtor de vínculos sociais e de identidades que podem ser reconhecidas e valorizadas socialmente. Dessa forma, a realização de alguma atividade que pudesse gerar renda podia ter como efeito não somente a autonomia econômica, mas o desenvolvimento da autoestima e a produção de outras formas de subjetivação.

O projeto, estruturado em três etapas, se desenvolve até os dias de hoje. A principal finalidade da primeira fase, iniciada em 2003, foi a

de promover a participação das mulheres em atividades profissionais, culturais e associativas potencializando as condições para a superação da situação de violência.

Os objetivos iniciais do projeto foram:

- Encontros quinzenais do grupo participante do projeto;
- Discussão de temas relacionados à participação da mulher no mercado de trabalho e de vários outros relativos à questão de gênero;
- Estímulo às usuárias que já produziam artesanatos a participarem de Feiras de Artesanatos;
- Participação em atividades culturais e de lazer;
- Estímulo à participação em cursos de qualificação profissional;
- Incentivo à criação e organização de associações, cooperativas e/ou grupos de produção e a iniciativas individuais de geração de trabalho e renda.

Para subsidiar a execução do projeto, realizamos o levantamento e a visitação de outros serviços e instituições com experiências similares, sendo que algumas dessas visitas contaram com a participação das mulheres do grupo. Esse mapeamento teve também, além da troca de informações, a finalidade de identificar possíveis parcerias interinstitucionais.

Outras atividades realizadas pela coordenação técnica do projeto, em seu início, foram o levantamento de referencial teórico sobre atendimento em grupos adequados a essa fase do trabalho⁵⁶, a catalogação da metodologia utilizada nas oficinas e a aplicação e tabulação de um questionário sobre o perfil/expectativas das usuárias. Esse breve levantamento indicou que das quatorze integrantes do grupo nesta fase inicial:

- Quanto ao trabalho, treze mulheres declararam não desenvolver nenhuma atividade profissional naquele momento, sendo que uma usuária não o fazia por já estar aposentada;
- Quanto à escolaridade, quatro usuárias declararam ter o ensino médio, seis declararam ter o ensino fundamental completo e

56 Ver Coronel, I.L.C. Grupos de Reflexão. In: ZIMMERMAN, D.E.; OSORIO, L.C. (orgs.). Como trabalhamos com grupos. Porto Alegre: Artmed, 1997; COUTO, S. Violência Doméstica: uma nova intervenção terapêutica. Belo Horizonte: Autêntica/FCH-FUMEC, 2005, dentre outros citados na referência bibliográfica.

quatro não concluíram o ensino fundamental.

Outro dado importante era que a média de idade das mulheres se situava na faixa entre 40 a 50 anos. Essas características apontavam para a dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal, considerando que essa inserção era inédita para a maioria delas.

Dessa forma, nesta primeira etapa, as componentes inscritas no projeto, participaram de várias atividades como cursos, seminários e feiras de artesanatos⁵⁷.

Vale ressaltar que a participação nas feiras de artesanato foi de suma importância, pois permitiram o exercício das habilidades já existentes e até a aquisição de novas habilidades. Além disso, proporcionou a vivência no âmbito das relações de trabalho, vivência esta que era uma novidade para a maioria das mulheres.

Ao longo dos encontros do grupo e atividades extras, as mulheres tiveram a oportunidade de discutir sobre as possibilidades, os entraves e os impasses naturais na construção de projetos de geração de trabalho e renda, individuais ou coletivos. Os encontros potencializavam a consolidação das relações interpessoais ao abordar os aspectos subjetivos/afetivos necessários a essa integração. O debate sobre temas relacionados às relações de gênero, violência doméstica e mercado de trabalho, que norteavam a escolha da metodologia de trabalho com grupos, também contribuíam para o fortalecimento do processo grupal.

O grupo amadureceu e desenvolveu a ideia de criar uma cooperativa na área de alimentação a partir das diversas propostas, analisadas e discutidas. Essa escolha teve como base, também, o fato de a maioria das mulheres trazer em seus repertórios pessoais experiências em atividades ligadas ao serviço doméstico e ao comércio. Após a decisão do grupo

57 Curso de Educação Empreendedora – CEDIM/EMPRENDEC – Espaço Cultural CEDIM/RJ; Curso de Culinária – FAETEC; Curso de Gestão de Cooperativas – Espaço Cultural CEDIM; Seminário de Instalação do Fórum Estadual de Combate à Discriminação no Mercado de Trabalho – Ministério do Trabalho e Ministério Público do Trabalho; Curso de Segurança e Medicina do Trabalho: Prevenção de Acidentes, Higiene e Manipulação de Alimentos – Sindicato da Indústria de Panificação e Confeitaria do Município do Rio de Janeiro; Feiras de artesanato realizadas no Espaço Cultural do CEDIM; Feira de Artesanato do Lar Fabiano de Cristo na CAPEMI de Botafogo; Feira Natal Solidário no Museu da República/Catete.

de produzir na área citada, a consultoria de uma nutricionista⁵⁸ trouxe informações técnicas sobre a produção e manipulação de alimentos que auxiliaram na definição dos itens a serem produzidos.

O resultado de todo o processo descrito nessa primeira fase do projeto foi a decisão do grupo se organizar para criar uma cooperativa⁵⁹ de mulheres para a produção de pães artesanais e congêneres.

A segunda etapa, iniciada no final de 2004, se desenvolveu até 2007. A sua principal finalidade foi a realização de atividades que viabilizassem a criação, formalização, instalação e funcionamento inicial da cooperativa. Para isso, os encontros quinzenais tiveram continuidade e visavam o fortalecimento e o planejamento das ações do grupo.

Nessa fase, a cooperativa em gestação, se autodenominou "Delícia Feminina" e começou a atuar de modo bastante informal. O grupo constituiu um fundo para a legalização da Cooperativa, depositado em uma conta poupança no Banco de Brasil. Os recursos para esse fundo foram arrecadados através da organização de bufês e da participação em eventos realizados no Espaço Cultural do CEDIM/RJ.

A atuação, mesmo informal, do projeto associativo foi tão exitosa que o grupo de mulheres foi convidado a participar do programa "Globo Repórter" ⁶⁰ especial sobre violência doméstica e da gravação da campanha de rádio "As Vitoriosas: mulheres que superaram a situação de violência doméstica e deram a volta por cima" (realizado pelo CFEMEA, com financiamento do Fundo de População das Nações Unidas).

Nessa etapa, as mulheres do grupo continuaram a participar de vários cursos e seminários e foi de extrema importância o estreitamento da parceria com as seguintes instituições: *Sistema OCB/RJ/SESCOOP* – Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Rio de Janeiro/ Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo e a *Cooperativa*

58 Profissional do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis – CDDH. Essa ONG desenvolvia um projeto de geração de trabalho e renda na área da alimentação com mulheres residentes neste município.

59 Cooperativa é uma sociedade civil sem fins lucrativos para a produção de bens e serviços, cujos princípios são a adesão voluntária, a gestão democrática e participativa, a solidariedade e ajuda mútua, dentre outros. Essa modalidade associativa foi escolhida também por ter sido avaliada como mais vantajosa para a comercialização dos produtos e dos serviços, em comparação com outras formas associativas.

60 Ver REAPRENDENDO A VIVER. Globo Repórter, Globo, março de 2005. Disponível em: <http://redeglobo6.globo.com/globoreporter/>,

de *Garçons do Rio de Janeiro*, que contratou duas integrantes do grupo para ministrar aulas de culinária no Programa Nova Baixada/ Governo de Estado do Rio de Janeiro.

Ao longo de todo o período – 2003 a 2007 – vinte e nove mulheres participaram do projeto e se envolveram diretamente na organização dos eventos e nas outras diversas atividades realizadas, mas não em todas ao mesmo tempo. A entrada no projeto se dava através do encaminhamento de usuárias que já eram atendidas no serviço e manifestavam o desejo de participar da proposta.

Com exceção do primeiro evento para o pré-lançamento da cooperativa⁶¹, em geral a média de participação em cada evento e nas reuniões do grupo era de cerca de quinze mulheres. Isto é, havia um grupo de usuárias assíduas e participativas, algumas no projeto desde o seu início, e outras que entravam no grupo, o frequentavam algum tempo, mas não davam continuidade à participação no projeto. Isso significava, embora não tivesse sido o único obstáculo, uma constante dificuldade para a formalização da cooperativa "*Delícia Feminina*", na medida em que a legislação, que rege o funcionamento das cooperativas, exige que o número mínimo para a sua constituição seja de vinte pessoas.

O perfil socioeconômico das mulheres participantes do grupo, nessa fase, quanto à idade, escolaridade e atividade profissional era o seguinte: em relação à idade, do total de vinte e nove mulheres, vinte e cinco tinham mais de 40 anos ao entrar para o grupo. Quanto à escolaridade, o grupo era composto de dezenove usuárias que tinham até o ensino fundamental completo, oito mulheres que concluíram o ensino médio e duas com nível de escolaridade superior. Quanto à ocupação profissional anterior, dezesseis mulheres declararam ter tido alguma experiência profissional antes da entrada no grupo. Mas cabe ressaltar que essa experiência era relacionada às seguintes atividades: vendedora, manicure, auxiliar administrativo, copeira, costureira, comerciária, bancária, etc., sendo que somente uma declarou ter atuado profissionalmente como empresária. Quanto ao exercício profissional em culinária, apenas duas declararam ter tido essa experiência, iniciada de maneira informal no próprio domicílio, algum tempo antes da participação no grupo. O

61 Ver CEDIM MULHER NOTÍCIAS. CEDIM inicia projeto-piloto para se tornar uma incubadora de cooperativas. Rio de Janeiro: CEDIM, ano II, n. 5, 2004.

levantamento revelou também que do total de vinte e nove mulheres, dezenove usuárias declararam não estar trabalhando no momento em que começaram a participar do projeto.

Outra característica desse grupo era o fato de as mulheres residirem em locais diversificados, tornando o CIAM/CEDIM um espaço central e privilegiado para o encontro e reuniões da futura cooperativa. Mas havia a necessidade de se ter um lugar onde pudesse ser instalada uma cozinha/sede do grupo. Algumas usuárias propuseram a locação de um local independente do CEDIM e com custos arcados por todo o grupo. O debate sobre esse tema se estendeu por alguns meses, mas nada foi decidido. O principal motivo alegado por várias delas era o receio, naquele momento, de não poder arcar com os custos e as despesas decorrentes da instalação da cooperativa, caso não houvesse retorno financeiro em curto prazo.

Foram observadas, pelo grupo e pela coordenação do projeto, a importância e a necessidade de promover a qualificação profissional das mulheres, que possibilitasse a transformação da proposta de se criar uma cooperativa, em um empreendimento capaz de efetivamente gerar renda, ao atuar no mercado com qualidade, autonomia e sustentabilidade. Constatamos que a efetiva profissionalização era um fator fundamental, na medida em que todas, com exceção de duas usuárias, nunca tinham atuado profissionalmente com culinária, organização de bufês e muito menos no gerenciamento de empresas. Avaliamos que, embora várias usuárias já tivessem participado ou estivessem inscritas em cursos e seminários, essa participação era pontual e, se propiciava a aquisição de algum conhecimento, muitas vezes não se traduzia em plena qualificação técnica e principalmente gerencial. Além disso, por serem cursos regulares, não eram voltados para as necessidades e características específicas das mulheres da cooperativa em gestação. Assim, se a participação nos diversos cursos foi positiva para o crescimento individual de muitas, não determinava a coesão do grupo e nem o estabelecimento de um "saber fazer" comum.

As ponderações e hesitações do grupo em relação à formalização do projeto associativo apontavam para um conjunto de fatores para além da necessária qualificação. Para a maioria das mulheres, a participação no projeto trazia questões que se configuravam como uma total novidade, sem grande referência nas formas de sociabilidades anteriores. Cumpre mencionar, nesse sentido, o trabalho em equipe, que significava

a responsabilidade de cada uma pela qualidade de seu trabalho e pelo resultado final do conjunto da produção; a construção de uma relação profissional e de confiança com aquelas que seriam as suas sócias no empreendimento; e a forma democrática, participativa e igualitária de tomada de decisões sobre o trabalho, a partir dos princípios cooperativistas. Era necessário, pois, assimilar novas formas de agir e se relacionar no espaço público, o que envolvia, por exemplo, resolver conflitos através da negociação e do diálogo, ser capaz de defender opiniões sobre o seu trabalho ou sobre os destinos da proposta e a gestão financeira etc. Em função disso, a coordenação técnica procurava privilegiar as atividades que pudessem fortalecer a convivência entre as futuras cooperativadas mais do que priorizar a legalização da iniciativa, sugerida em algumas oportunidades.

É importante ressaltar que uma das características das relações afetivas e conjugais que se desenvolvem em um contexto de violência é o isolamento social estabelecido pelo parceiro em relação à mulher. É comum relatos de usuárias sobre a proibição, ditada pelo companheiro, relativa ao exercício de atividades profissionais, à escolarização e até mesmo a imposição do rompimento com as redes de amizades e o impedimento de contato com os familiares. A superação da situação de violência significa, muitas vezes, a (re)construção de vínculos e redes sociais que tornem possível a (re)inserção das mulheres na esfera pública e que não as limitem apenas à gestão da vida doméstica e das relações familiares. E a desconstrução de modos de subjetivação e sociabilidades anteriores requer um tempo diferenciado para cada mulher, tempo este carregado de ambivalências e tensões.

Assim, um número considerável de usuárias via na participação do projeto da cooperativa a possibilidade de se ter acesso a uma rede de relacionamentos e informações, tornando o grupo um espaço coletivo para o exercício de sociabilidades diferentes das vivenciadas anteriormente. Mas, se isso as beneficiava individualmente, não favorecia a consolidação da proposta associativa. A cooperativa criou um fato novo, e aquilo que era semelhante para todas no primeiro momento – os relatos de histórias de violência crônica e sistemática nas relações amorosas e conjugais – necessariamente não foram traduzidos em outros objetivos comuns.

Os encontros do grupo e as tarefas para organização de bufês e eventos, mesmo de modo informal, criaram um espaço que potencializou mudanças subjetivas significativas, expressas nas condutas em relação a si e à própria vida, e que afastavam as mulheres cada vez mais do momento inicial de seus atendimentos no serviço. Quase todas as mulheres conseguiram retomar seu cotidiano sem vivenciar situações de violência em seus relacionamentos afetivos/conjugais, considerando que algumas permaneceram com seus parceiros. Outras, a partir da entrada no projeto, voltaram a estudar, se associaram a outros grupos ou se profissionalizaram até mesmo em outras áreas. Tudo isso não constituiu meros efeitos colaterais, mas, talvez, os objetivos possíveis para as mulheres naquele momento: ao se engajarem no grupo, puderam perceber como capazes de ruptura de situações violentas e adversas assumindo a direção das suas vidas pessoais. Talvez sejam mudanças consideradas imperceptíveis para aqueles que não contavam com esses efeitos, e impossíveis de serem inauguradas em eventos com aplausos, festivos e formais. Ou mesmo pouco relevantes para um modelo de atendimento que defina o processo de superação da violência como uma consequência natural e espontânea do instante da denúncia.

O grupo não atingiu um dos seus objetivos explícitos – o de formalização e institucionalização da cooperativa. Mas, foi bastante evidente que o processo do grupo, em si mesmo, produziu resultados positivos, pois contribuiu para a mudança de perspectiva das mulheres em relação às suas vidas. A nossa avaliação foi de que a instalação da cooperativa não era considerada por elas o objetivo principal daquele processo; porém a tentativa da sua organização foi um meio para que as mulheres do grupo vivenciassem, no presente, formas de subjetivação distintas de um passado recente e pudessem experimentar a possibilidade de projetar um futuro pessoal naquele momento.

A Experiência Instituinte

Para nós, profissionais, a experiência no atendimento ao grupo permitiu conhecer algo sobre quem são as mulheres que procuram a rede de serviços, tanto os aspectos que as aproximam como sobre as características que as diferenciam. E evidenciou a necessidade da organização das ações e das políticas públicas contemplarem a

diversidade de questões e demandas surgidas no processo de ruptura da situação de violência para além da denúncia pública. Esse processo de ruptura não é linear, com resultados previsíveis, e os fatores (de ordem subjetiva, pessoal, socioeconômico e cultural) que o sustenta não são os mesmos para todas as mulheres.

Dessa forma, a trajetória desse grupo permitiu ainda problematizar os limites de um modelo de intervenção que prioriza o momento da denúncia em detrimento do processo de saída da situação de violência. Nesse modelo, o atendimento no plantão inicial passa a ser um fim em si, favorecendo a posição vitimista, pois se fundamenta no entendimento da situação de violência a partir de uma construção narrativa fragmentada, derivada da urgência do momento em que a mulher foi vítima de uma agressão. Os retornos recorrentes e espontâneos das mulheres ao centro de atendimento, meses ou anos depois, com relatos de que após um determinado período voltaram a sofrer agressões por parte de seus parceiros, mas também de que não seguiram nenhuma das orientações ou providências sugeridas na época do primeiro atendimento, apontam para a existência de uma dinâmica própria do mero ato de denunciar⁶².

Brandão, em estudo sobre a "suspensão" da queixa nas Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres, mostra que muitas vezes o objetivo da ida à delegacia não é a punição legal do agressor. O que se busca é a reordenação das relações familiares ou a aquisição de elementos de barganha nas negociações para a separação judicial, guarda dos filhos, disputa sobre patrimônio etc. Isto é, a denúncia, seja na delegacia ou em um centro de referência, faz sentido se a compreendermos como parte de um processo de enfrentamento feminino da violência no interior do vínculo afetivo/conjugal, "inserido em um contexto familiar hierárquico e assimétrico, no qual o gênero feminino ocupa posição subordinada ao masculino."⁶³

Outro estudo sobre a experiência do SOS Mulher criado em São Paulo no início da década de 80 e que inspirou posteriormente os

62 Ver Melo, M.C.G. E depois da denúncia? Violência doméstica contra as mulheres, subjetividade e políticas de atendimento. Monografia de conclusão do Curso de Especialização em Psicologia Jurídica, Rio de Janeiro: UERJ, 2008.

63 Ver Brandão, E. R. Renunciantes de direitos? A problemática do enfrentamento público da violência contra a mulher: o caso da delegacia de mulher. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*. RJ: 16(2) 207-231, 2006.

modelos de atendimento dos centros de referência às mulheres vítimas de violência, já avaliava, à época, que: "(...) um espaço que exclui o cotidiano e valoriza os momentos críticos, não pode, infelizmente, transformar noções e crenças arraigadas e, principalmente, não interfere nas configurações da vida." ⁶⁴

O projeto "Mulheres no Mundo" se constituiu em uma iniciativa inovadora e ousada, dentro de uma instituição que não previa em seu planejamento inicial nenhuma ação para além do momento da denúncia pública (policial ou não). Além disso, é de todo conhecido que as instituições públicas (e mesmo as privadas) abrigam lógicas e interesses em conflito, alguns caracterizados por não estimularem a autonomia e a criatividade nem mesmo de seus profissionais. Mas o projeto se desenvolve como uma experiência instituinte, que propiciou o enriquecimento conceitual e prático do serviço e dos saberes e fazeres da psicologia social, no campo das políticas públicas de gênero. Avaliamos o projeto como um movimento instituinte no sentido proposto por Linhares⁶⁵:

(...) importa insistir no caráter mestiço, tenso, arriscado das experiências instituintes, sempre em confronto com o já instituído, do qual não pode ser separado. Pelo contrário. Um e outros estão sempre em litígios, em afirmações que não são praticadas no vazio, mas que buscam expandir-se, ou seja, penetrar nos espaços e tempos que lhe são antagônicos.

Deve-se considerar que as ações propostas no projeto, à época de sua elaboração, não encontravam paralelo em outras instituições, governamentais ou não, e tão pouco fundamento na literatura acadêmica sobre práticas de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica.

A trajetória de implantação do projeto possibilitou pôr em xeque o enfoque "vitimista", que pode nortear o atendimento às mulheres em situação de violência doméstica, ao criar, através dos encontros de grupo,

64 Gregori, M. F. Cenas e queixas: um estudo sobre as mulheres, relações violentas e a prática feminista. Rio de Janeiro: Paz e Terra/ANPOCS, 1993, p.80.

65 Ver Linhares, C. Experiências Instituintes na Educação Pública: Alguns porquês dessa busca. [s/d], (mimeo).

um espaço de sociabilidade que não as exclua do processo de decisão e de superação das relações violentas e rotinizadas. A escuta sensível das demandas das mulheres por maior participação na esfera pública só foi incorporada pelo serviço a partir da experiência desse projeto. Com isso, foi possível ampliar o entendimento sobre os entraves e as necessidades que atravessam o cotidiano das mulheres no processo de superação da violência de gênero. Mas principalmente permitiu alargar a capacidade de questionamentos sobre as nossas ações e os princípios teóricos e metodológicos que as definiam.

O estudo de Machado sustenta nossas críticas às práticas que reforçam a posição vitimista, ao afirmar que a alternância entre as concepções da vítima como "coitadinha" ou como "heroína" pode trazer prejuízos ao processo de atendimento, incluindo às mulheres e aos profissionais. Nas palavras da autora⁶⁶:

Se a ênfase na fragilidade da vítima é paternalista, ignora seus recursos e sobrecarrega o terapeuta, também a idealização dos clientes comporta o risco de minimizar o seu sofrimento, de rigidificar as suas posições ou de constituir, indiretamente, uma forma de gratificação narcísica do terapeuta, já que este assume o papel de responsável por esta transformação. Sendo assim, talvez a heroicidade, quer das vítimas quer dos seus terapeutas, seja um dos últimos mitos que quem trabalha com estas populações tem que abandonar, reconhecendo que somos – terapeutas e vítimas – falíveis, frágeis e frequentemente errados, mas nessa fragilidade, traçando as nossas opções e, quem sabe, inventando novas formas de vida (...).

Todas essas reflexões fizeram com que redirecionássemos os rumos do projeto e iniciássemos uma nova fase, que se desenvolve até hoje, configurada em dois eixos. O primeiro eixo consistia em estimular e apoiar a criação e o desenvolvimento de iniciativas coletivas e associativas através de um programa de capacitação e "incubação" de cooperativas que promovesse a qualificação técnica, gerencial e administrativa, geralmente de alto custo para quem está iniciando o seu

66 MACHADO, C. Intervenção psicológica com vítimas de crimes: dilemas teóricos, técnicos e emocionais. *International Journal of Clinical and Health Psychology*, n. 2, año/vol. 4, mayo de 2004.

negócio. Também incluímos uma proposta para estimular o aumento da escolarização formal das mulheres. A realização dessa proposta requer a obtenção de recursos junto às instituições financiadoras de âmbito público, o que não foi possível até hoje, pois se articula com o cenário de definição e implementação das políticas públicas de geração de trabalho e gênero.

O segundo eixo se delinea a partir do saber produzido na tentativa do grupo em formalizar a cooperativa, pois faz com que reformulemos as perspectivas e a abrangência da nossa escuta e manejo dos grupos de reflexão do serviço. A fase inicial de compreensão das relações de gênero envolvidas no processo de violência doméstica propicia a recusa e superação dessa situação. Porém, resta a demanda voltada para o desenvolvimento de competências que as habilitem para o enfrentamento das dificuldades que existem e persistem quanto à entrada da mulher no mundo público.

O atual modelo de atendimento e acompanhamento de grupo proposto pelo projeto considera que mesmo nas fases iniciais de superação e elaboração subjetiva de suas histórias pessoais é fundamental que a metodologia de grupo contemple e promova também o contato da população atendida às atividades culturais, à informação e a debates políticos. É importante desenvolver ações que estimulem e provoquem o desejo de participação social e elaboração de projetos pessoais, coletivos ou não. E principalmente os encontros dos grupos devem implicá-las na construção de suas trajetórias de vida ao criar um espaço de reflexão e experimentação de outros modos de subjetivação. Observamos que esse novo enfoque de realização dos grupos promove a emergência de várias histórias de usuárias relatando que durante o relacionamento com seus parceiros vivenciavam situações de total dependência emocional e financeira e que após a participação no grupo buscaram a (re)inserção educacional e profissional, e algumas, atualmente, trabalham e militam a favor dos direitos humanos das mulheres.

A experiência obtida através do projeto consubstancia nossas práticas atuais, adaptadas para a perspectiva de acolhimento a diferentes projetos de vida que traduzam a diversidade das mulheres que buscam este ou mesmo outros serviços e instituições. Esse entendimento, aparentemente óbvio, é fundamental para o desenvolvimento de

metodologias de trabalho com grupos que visem às transformações das relações de gênero. Entender que não existe a mulher, mas sim mulheres, com histórias, trajetórias e projetos singulares, possibilita o desenho de ações e de políticas públicas que permita a compreensão do processo de permanência ou enfrentamento das situações de violência de gênero no âmbito doméstico.

Considerações Finais

"(...) as experiências instituintes estão sempre em 'devir', pisando em um terreno movediço, sem certezas e comprovações da história, mas enfrentando e infiltrando-se nas tramas instituídas, aproveitando frestas e contradições, é assim que afirma a outridade, o lugar da experiência, como criação interminável da própria vida, da sociedade e da existência e, portanto, com um potencial de surpreender-nos de modos infinitos."

C. Linhares

Podemos afirmar que a realização dessa experiência pioneira possibilitou um grande aprendizado sobre as práticas e possibilidades de atuação do profissional de psicologia no campo dos Direitos Humanos das Mulheres. Como as manifestações de violência contra a mulher são reflexos de uma forma de organização de base sócio histórico e cultural, entendemos se tratar de um fenômeno complexo. Assim, o seu enfrentamento envolve ações de diversas áreas, compondo uma rede de atendimento que não se limite a estimular a denúncia dos fatos aos órgãos policiais e jurídicos. Para além das medidas de saúde, policiais, jurídicas e sociais de emergência, existem também a necessidade de reflexão sobre o processo de construção e reprodução das relações violentas e a implicação das mulheres nesse processo. São importantes, também, ações que visem estimular a inclusão das mesmas em programas no âmbito da educação e da geração de trabalho e renda.

Cumpramos destacar ainda que a lei Maria da Penha (lei 11.340), promulgada em 2006, criou mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, incorporando a perspectiva de

proteção integral. A lei determina a atuação da justiça, através de órgãos específicos, não apenas em relação ao processo penal, mas em todos os processos cíveis e nas questões relativas ao direito de família de forma conjunta; e define uma política pública com medidas integradas de prevenção à violência.

O projeto aponta para que no desenvolvimento do trabalho com os grupos seja necessário não cristalizar o lugar de vítima, mas sim perceber a mulher como alguém enredada em uma "situação de violência doméstica", ou seja, em um processo relacional que como foi construído é passível de desconstrução. A expressão "vítima" denota uma ideia de passividade e fixa lugares aprisionantes e imobilizantes. Isso, porém, não significa afirmar que ela não tenha sido vítima de fato de uma ação violenta, que a tenha atingido em seu corpo de maneira brutal e colocado em risco sua segurança e integridade. Quando a mulher procura uma delegacia, ela realmente deve ser vista como vítima de um crime. No momento em que ela precisa ser encaminhada emergencialmente para uma Casa Abrigo, ela também é vítima, pois precisa sair de sua residência de modo imediato, alterar sua rotina e de seus filhos, abandonando bens e algumas vezes até seus empregos para evitar que seja morta ou mutilada.

Entretanto, os Centros de Referência têm um papel diferenciado no atendimento às mulheres, atuando sobre o processo de seu envolvimento emocional nas relações com dinâmicas de violência, o que demanda outro tempo e outros recursos técnicos e teóricos. Como a relação violenta se estabelece ao longo de uma convivência íntima e afetiva, é necessário que essa mulher se perceba participante da construção dessa relação, pois somente desse modo ela pode reconhecer sua implicação nessa construção e suas possibilidades de decisão e ação.

Atualmente a metodologia dos grupos incorporou também em suas práticas a inclusão de uma agenda de atividades culturais, sociais e políticas, que favoreçam a ocupação dos espaços públicos. Acreditamos que estimulando e propiciando a efetiva participação das mulheres nesses espaços pode ser possível ressignificar as relações de gênero.

Concluimos que o projeto "Mulheres no Mundo" também ampliou o entendimento de que apenas propiciar meios de sobrevivência, promoção e inserção profissional, para que ocorra o rompimento da

situação de violência, não é o suficiente. Assim como não é suficiente reduzir as ações de enfrentamento à criação de dispositivos legais e enquadramentos jurídicos. Nesse sentido, o que o projeto evidencia é que o enfrentamento da violência nas relações de gênero impõe a contínua ampliação das respostas do poder público. E sugere que consideremos a complexidade desse fenômeno para além de ações isoladas e reducionistas, para que então seja assegurado o direito a uma vida sem violência e a cidadania plena das mulheres.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, C. Relatório de Pesquisa sobre o projeto "O Perfil da Mulher Usuária do CIAM". FAPERJ, julho/2001.

BRANDÃO, E. R. Renunciantes de direitos? A problemática do enfrentamento público da violência contra a mulher: o caso da delegacia de mulher. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*. RJ: 16(2) 207-231, 2006.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Norma técnica de uniformização: centros de referência de atendimento à mulher em situação de violência*, Brasília, 2006.

CEDIM MULHER NOTÍCIAS. CEDIM inicia projeto-piloto para se tornar uma incubadora de cooperativas. ano II, n. 5, Rio de Janeiro: CEDIM, 2004.

CORONEL, I.L.C. Grupos de Reflexão. In: ZIMERMAN, D. E.; OSORIO, L.C. (orgs.). *Como trabalhamos com grupos*. Porto Alegre: Artmed, 1997.

COUTO, S. *Violência Doméstica: uma nova intervenção terapêutica*. Belo Horizonte: Autêntica/FCH-FUMEC, 2005.

GREGORI, M.F. *Cenas e queixas: um estudo sobre as mulheres, relações violentas e a prática feminista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/ANPOCS, 1993.

LINHARES, C. Experiências Instituintes na Educação Pública: alguns porquês dessa busca. s/d,(mimeo).

MACHADO, C. Intervenção psicológica com vítimas de crimes: dilemas teóricos, técnicos e emocionais. *International Journal of Clinical and Health Psychology*, n. 2, año/vol.4, mayo de 2004.

MARQUES, M.C.D. Entrevista ao Jornal do CRP/RJ- A Condição Feminina, *Jornal do CRP/RJ*, n.17, março de 2008.

MELO, M.C.G., MARQUES, M.C.D., et al. *Mudando a pele do mundo: a hora é essa* – Manual de Orientação do Seminário Mulheres Cooperativistas em Ação / Encontro de Mulheres Cooperativistas, Sistema OCB/RJ/ SESCOOP: Teresópolis/RJ, 2006.

MELO, M.C.G. *E depois da denúncia? Violência doméstica contra as mulheres, subjetividade e políticas de atendimento*. Monografia de conclusão do Curso de Especialização em Psicologia Jurídica, Rio de Janeiro: UERJ, 2008.

O Conselho Federal de Psicologia (CFP), sempre comprometido com os direitos humanos, estimula a divulgação de experiências e práticas dos profissionais de Psicologia que contribuam com o avanço da profissão, em seus diversos campos. O prêmio, cujos resultados trazemos nessa publicação, é parte da campanha Psicologia: profissão de muitas e diferentes mulheres, realizada ao longo de 2011. O CFP, ao prestar a sua homenagem à mulher brasileira, busca incentivar e aproximar o diálogo com as muitas e diferentes mulheres que compõem a riqueza e a diversidade da sociedade brasileira, em especial a mulher psicóloga.

ISBN 978-85-89208-44-4



9 788589 208444